



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos

Deolinda Maria de Matos Machado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador

Doutor Hermano Carmo, Professor Catedrático, Universidade Técnica de Lisboa- Instituto Superior de
Ciências Sociais e Políticas

Co-orientadora:

Mestre Ana Esgaio, Assistente, Universidade Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas

Setembro, 2011

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

Aos meus pais Antónia e Agostinho (in memoriam),

*que tão dignamente me explicaram a importância da família, da amizade, do trabalho,
da honestidade, da persistência e da alegria, inibindo a vaidade em prol da
simplicidade e da humildade.*

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

AGRADECIMENTOS

Ao **Professor Hermano** e à **Ana Esgaio**, o meu reconhecimento pela oportunidade que me deram quando aceitaram orientar este trabalho. O meu respeito e admiração pela vossa serenidade, rigor, disciplina e capacidade de análise crítica, transmitidas com a simplicidade de quem possui sabedoria.

Bem hajam e obrigada

Ao **Professor Roque Amaro** e a toda a **equipa docente**, bem como aos **meus colegas** de mestrado, agradeço o acolhimento, a ajuda e a disponibilidade constantes.

Bem hajam

À **Comunidade dos Barronhos**, principalmente aos **Clientes**, aos **Técnicos** e aos **Parceiros** do VIPP, pela sua disponibilidade e por partilharem de modo tão generoso as suas vidas, as suas opiniões e informações, que permitiram a concretização deste trabalho.

Muito obrigada

Aos todos os **amigos e colegas**, que comigo partilharam momentos difíceis, partilharam tarefas e festejaram alegrias e, em especial, à Ana Paula, à Bina, à Cátia, à Cláudia Amaral e à Cláudia Luís, à Gabriela, à Goretti, à Isabel Andrade, ao Nelson, à Odete, à Paula Almeida, à Sandra Mariano e à Sónia.

Obrigada por estarem comigo e por serem meus amigos.

À **família**, aos **sobrinhos “verdadeiros”** e aos **“adoptados”**, que nunca deixaram o meu ânimo esmorecer, em especial à Patrícia, sobrinha e afilhada, cuja força e determinação, tantas vezes me contagiou.

Ao Rui Pedro e novamente à Patrícia, pelas “gostosas” gargalhadas que demos, quando nas vossas horas de lazer, traduziam do inglês para o português o famoso caso “Wild Salmon Center”, para a disciplina de GCO.

Obrigada Família

Um agradecimento muito especial

ao meu filho João, “o melhor filho do mundo”, pelo incentivo pelo apoio incondicional, por ter tomado conta de mim em todos os momentos, principalmente nos de incerteza, pela alegria e pelos momentos de diversão que conseguiu proporcionar enquanto esta missão se concretizava.

Obrigada João

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada.

À parte disso,

tenho em mim todos os sonhos do mundo...

(Álvaro de Campos)

e

tenho, ainda, todos vós como amigos

obrigada

(Deolinda Machado)

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

RESUMO

Paralelamente ao fenómeno da globalização, ganha importância o “local”, enquanto conceito multifacetado que envolve tamanho/dimensão, diferença/especificidade, autonomia e complexidade. É também identificado como espaço, onde as pessoas habitam, realizam as suas práticas quotidianas, lugar onde ocorre a reprodução e a transformação das práticas sociais. A globalização não elimina os contextos sociais e institucionais locais. Ao contrário, reforça a importância dos tecidos locais. Surge o conceito de “glocalização”.

Possuindo como moldura o desenvolvimento local, e recorrendo a conceitos como “empowerment” e parcerias, pobreza e exclusão social e inserção profissional e recorrendo à metodologia estudo de caso a mestranda analisa uma intervenção social, apoiada pelo Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que decorreu de Maio de 2008 a Abril de 2011 no Bairro Camarário Alto dos Barronhos, em Carnaxide. Como questão de partida, a mestranda procura identificar as variáveis que permitiram, naquele momento e àquelas pessoas, classificadas como vulneráveis, inseridas num território também caracterizado como crítico e vulnerável, concretizar e assegurar a sua inserção profissional.

Partindo de aproximações sucessivas ao grupo de clientes, procedeu à caracterização do universo e da amostra dos clientes, à identificação das metodologias do sistema interventor, à identificação das variáveis que contribuíram para o referido processo de inserção profissional, bem como ao impacto da inserção profissional nas dimensões individual e familiar e à sistematização das implicações dos resultados para os processos de intervenção a nível micro e macro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Empowerment, Parcerias, Pobreza e Exclusão Social, Inserção Profissional.

Classificação JEL: I300 e I380.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

ABSTRACT

Parallel to globalization, becomes relevant the “place”, as a multifaceted concept that involves size/dimension, difference/specificity, autonomy and complexity. It is also identified as a space, where people live, carry out their daily practices, where is the reproduction and transformation of social practices. Globalization does not eliminate the social contexts and institutional sites. On the contrary, reinforces the importance of local tissue. Arises the concept of "glocalization".

Based on local development, and using concepts like "empowerment" and partnerships, poverty and social exclusion and employability and using the methodology “case study” the master's degree student examines social intervention, supported by “Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social”, which ran from May 2008 to April 2011 in Bairro Camarário Alto dos Barronhos in Carnaxide. As a matter of starting the master's student seeks to identify the variables which have, at that time and those people, classified as vulnerable, also entered an area characterized as critical and vulnerable, implement and ensure their employability.

Starting from successive approximations to the client group, proceeded to characterize the universe and the sample of customers, the identification of methodologies of the intervening system, to identify the variables that contributed to this process of professional integration as well as the impact of employability at individual and family dimension and systematization of the implications of the results for the intervention processes at the micro and macro level.

Keywords: Local Development, Empowerment, Partnerships, Poverty and social exclusion, employability.
Classification JEL: I300 and I380.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – APROXIMAÇÃO AO OBJECTO DE ESTUDO	7
CAPITULO I. DESENVOLVIMENTO LOCAL	7
1.1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	7
1.2. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÓMICO – “30 ANOS GLORIOSOS” – O PARADIGMA FUNCIONALISTA	8
1.3. A RENOVAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO – O PARADIGMA TERRITORIALISTA E A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	10
1.3.1. <i>Contextualização</i>	10
1.3.2. <i>Desenvolvimento Integrado</i>	13
1.3.3. <i>A fileira ambiental - Desenvolvimento Sustentável</i>	13
1.3.4. <i>A «fileira» dos direitos humanos e da dignidade humana</i>	13
1.3.4.1. <i>Desenvolvimento Humano</i>	14
1.3.4.2. <i>Desenvolvimento Social</i>	14
1.3.5. <i>A «fileira» das pessoas e das comunidades</i>	14
1.3.5.1. <i>Desenvolvimento Participativo</i>	15
1.3.5.2. <i>Desenvolvimento Local</i>	15
1.3.6. <i>O Desenvolvimento Local enquanto instrumento de inovação social</i>	17
1.3.7. <i>“Empowerment” e Parceria – ao serviço da inserção profissional e na luta contra a Pobreza e a Exclusão Social</i>	19
1.3.7.1. <i>O “Empowerment”</i>	19
1.3.7.1.1. <i>Introdução ao conceito</i>	19
1.3.7.1.2. <i>A Sociologia de Intervenção Saul Alinsky e Paulo Freire</i>	20
1.3.7.1.3. <i>Teorias da aprendizagem do comportamento impotente</i>	20
1.3.7.1.4. <i>Movimentos de reconceptualização do serviço social</i>	21
1.3.7.1.5. <i>Conceitos-Chave na abordagem de empowerment</i>	21
1.3.7.2. <i>Trabalho em Parceria</i>	24
CAPITULO II. (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL, POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL	27
2.1. PONTO PRÉVIO	27
2.2. POBREZA E A SUBCULTURA DA POBREZA	28
2.3. DO CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL AO DE DESAFILIAÇÃO E DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL	31
CAPITULO III. INSERÇÃO PROFISSIONAL	35
3.1. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	35
3.2. A INSERÇÃO PROFISSIONAL ENQUANTO PROCESSO	36
3.2.1. <i>Entrada na vida adulta e inserção profissional</i>	36
3.2.2. <i>- A “transição profissional”</i>	37
3.2.3. <i>Inserção e re-inserção profissional</i>	38
3.3. A INSERÇÃO PROFISSIONAL ENQUANTO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO PESSOAL E SOCIAL	39
3.3.1. <i>A inserção profissional e o projecto de vida do individuo</i>	39
3.3.2. <i>As dimensões estrutural e individual da inserção profissional</i>	41
CAPÍTULO IV. O CLDS ENQUANTO INSTRUMENTO DE POLITICA SOCIAL	43
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	43
4.2. OS CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	45
PARTE II. ESTUDO EMPIRICO	49
CAPÍTULO V. OPÇÕES METODOLÓGICAS	49
5.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	49
5.1.1. <i>Questão de partida</i>	49
5.1.2. <i>Delimitação dos objectivos</i>	49
5.1.3. <i>Pertinência do estudo</i>	49

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

5.2. METODOLOGIA ADOPTADA.....	50
5.2.1. <i>Tipo de estudo – O Estudo de Caso</i>	50
5.2.2. <i>Universo do estudo</i>	51
5.2.3. <i>Amostra</i>	51
5.3. MÉTODOS DE OBSERVAÇÃO INDIRECTA.....	52
5.4. MÉTODOS DE OBSERVAÇÃO DIRECTA.....	53
5.4.1. <i>Inquérito por entrevista</i>	53
5.4.2. <i>Histórias de Vida</i>	53
5.5. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	55
5.6. QUESTÕES ÉTICAS.....	56
5.7. LIMITAÇÕES/OBSTÁCULOS DO ESTUDO.....	56
CAPITULO VI. O BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS E A SUA ENVOLVENTE.....	59
6.1. O CONCELHO DE OEIRAS E A FREGUESIA DE CARNAXIDE.....	59
6.1.1. <i>Dimensão histórico-geográfica</i>	59
6.1.2. <i>Dimensão sócio-demográfica</i>	60
6.1.3. <i>Dimensão económica</i>	62
6.1.4. <i>Dimensão ideológica e governança</i>	63
6.2. O BAIRRO.....	64
6.2.1. <i>Dimensão histórico-geográfica</i>	64
6.2.2. <i>Dimensão sócio-demográfica</i>	64
6.2.3. <i>Dimensão económica</i>	66
6.2.4. <i>Dimensão ideológica e participação cívica</i>	67
6.2.5. <i>Características e recursos: o projecto VIPP enquanto recurso do Bairro</i>	67
CAPITULO VII. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL.....	71
7.1. SISTEMA CLIENTE.....	71
7.1.1. <i>Caracterização do universo de clientes</i>	71
7.1.2. – <i>Análise sócio-demográfica dos clientes inseridos profissionalmente</i>	72
7.1.2.1. <i>Introdução</i>	72
7.1.2.2. <i>Caracterização sócio-demográfica</i>	75
7.1.2.3. <i>Caracterização Sócio-Familiar</i>	76
7.1.2.4. <i>Percurso sócio-profissional</i>	81
7.1.2.5. <i>Inserção Profissional</i>	83
7.2. O SISTEMA INTERVENTOR.....	86
7.2.1. <i>Estrutura do Sistema Interventor</i>	86
7.2.2. <i>Recursos Humanos e perfis para a intervenção</i>	87
7.2.3. <i>Recursos Materiais do Sistema Interventor</i>	88
7.3. A INTERVENÇÃO.....	88
CAPITULO VIII. A PERCEÇÃO DOS ACTORES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO ...	91
8.1. O OLHAR DOS CLIENTES.....	91
8.2. O OLHAR DOS INTERVENTORES.....	94
8.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	95
CONCLUSÃO.....	101
BIBLIOGRAFIA.....	107
ANEXOS.....	112

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 7.1.- Distribuição do universo segundo as habilitações literárias e o sexo
- Quadro 7.2.- Distribuição do universo face ao emprego e por sexo é a seguinte
- Quadro 7.3.- Caracterização 46 clientes - Ficha de acolhimento
- Quadro 7.4.- Ficha de acolhimento – Caracterização 18 clientes
- Quadro 7.5.- Nacionalidades dos diversos grupos em análise
- Quadro 7.6.- Sexo * Estado Civil – Comparação Grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.7.- Nº. de filhos * Estado Civil – Comparação Grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.8.- Estado Civil * Situação face ao Emprego à chegada do GADE - Comparação Grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.9.- Situação do alojamento * Estado Civil – Comparação Grupo dos 46 e 18 clientes
- Quadro 7.10.- Tipologia familiar – Comparação grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.11.- Apoios * Nº. de filhos – Comparação grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.12.- Situação profissional à chegada ao GADE – Comparação universo / grupo 46 / grupo 18
- Quadro 7.13.- Motivações iniciais * Situação profissional à chegada ao GADE – Comparação 46 – 18 clientes
- Quadro 7.14.- Inserção profissional * Idade – Comparação grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.15.- Idade * Número de filhos - Comparação grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.16.- Área de inserção * Experiência profissional - Comparação grupo 46 e 18 clientes
- Quadro 7.17.- Colocações * Saídas do emprego

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1.1. Modelo de actuação de empowerment
- Figura 2.1.- Pobreza como carência
- Figura 2.2.- Modelo integrador da cultura de pobreza
- Figura 5.1.- Do universo à definição da amostra
- Figura 6.1.- Apresentação e mapa do concelho de Oeiras
- Figura 7.1.- Fluxograma de funcionamento do VIPP

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

APSD – Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento

CEC – Commision of the Europeen Comunities

CEE - Comunidade Económica Europeia

CLAS – Comissão Local de Acção Social

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

DDLDM – Desenvolvimento Diversidades Locais e Desafios Mundiais

DL – Desenvolvimento Local

GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Empregabilidade

ISS – Instituto da Segurança Social

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

JFC – Junta de Freguesia de Carnaxide

NE – Núcleo Executivo

NLI – Núcleo Local de Inserção

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSI – Rendimento Social de Inserção

VIPP – Valorização e Inserção Pessoal e Profissional

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barronhos**

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

INTRODUÇÃO

Ao mundo a preto e branco dos nossos pais, sucede-se uma caleidoscópica sociedade em que se oferecem escolhas múltiplas (...) a sociedade contemporânea, contrariamente à industrial, está a transformar-se numa sociedade de minorias: com efeito por detrás dos estilos de vida aparentemente globais fortemente condicionados pela sociedade de consumo e de valores universais ainda fragilmente defendidos pelas instâncias internacionais, desenvolvem-se com grande vigor constelações de subculturas, com modos próprios de ver o mundo e a vida, como portos de abrigo onde os diversos grupos sociais se vão ancorar para fazer face à terrível insegurança de optar.
(Carmo, 2008: 42-43).

As grandes instituições herdadas dos séculos XIX e XX, como as organizações sindicais, profissionais, partidárias, classistas, empresariais, mergulham numa nova organização social cuja força as ultrapassa e as conduz numa nova corrente dita de globalização¹ e, como afirma Alain Touraine (1996: 9): "...quer nos agrade ou não, o nosso fim de século não é dirigido por actores sociais, políticos ou ideológicos como o fora o fim do século XIX; é dirigido pelo Banco Mundial e pelo FMI, ou seja, pelo enfraquecimento dos controlos políticos e sociais da economia e pelos reforços dos mercados mundiais e das vantagens relativas de cada país". "A experiência veio a mostrar que no comércio internacional e na globalização uns ganham mais do que outros e muitas vezes alguns perdem," (Caldas e Louçã (2009: 197).

O trabalho perde a sua função, enquanto lugar de referência para a criação de solidariedades, de vínculos sociais, de identificação ideológica, para se transformar no lugar do status, a partir do qual se acede ao consumo, à informação, à tecnologia, ao lazer e ao prazer.

Acresce o desemprego em grande escala e a emergência de reajustamentos estruturais, que envolvem novas necessidades ao nível da educação e formação.

Associadas à pobreza absoluta, da fome e do analfabetismo, ganham forma novas exclusões associadas à precarização do mercado de trabalho, à crescente desigualdade, aumento da violência urbana e a mais recente forma de exclusão, a exclusão digital.

Paralelamente ao fenómeno da globalização, ganha importância o "local", enquanto conceito multifacetado que envolve tamanho/dimensão, diferença/especificidade, autonomia e complexidade. O local é também identificado como espaço, onde as pessoas habitam, realizam as suas práticas quotidianas, lugar onde ocorre a reprodução e a transformação das práticas sociais. A globalização não elimina os contextos sociais e institucionais locais. Ao contrário, reforça a importância dos tecidos locais. Surge o conceito de "glocalização" que, segundo Carmo (2008: 85), "alguns autores definem como o processo simultâneo de forças opostas a que as sociedades contemporâneas (e os seres humanos individualmente considerados) estão sujeitas, de globalização e de localização." Significa que a

¹ "A globalização é um processo de interacção e integração entre as pessoas, empresas e governos de diferentes nações. Processo esse impulsionado pelo comércio e investimento internacionais, com o auxílio da tecnologia de informação." <http://www.portalwebmarketing.com/Gestão/>, consult. 16 de Maio de 2011.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

globalização confere um novo status ao local que, para ser revelado, exige também uma nova construção teórica. Embora o global estabeleça um espaço de fluxos que amarra diferentes e mutáveis sistemas locais, não há redutibilidade entre o local e o global, nem o todo pode ser dividido em partes, nem a soma das partes perfaz o todo. Trata-se de sistemas com organização própria, logo não desmembráveis.

Como refere Pochmann et al (2004: 45)

Não existe uma relação directa e necessária entre globalização e ampliação da desigualdade e da exclusão social. Parece mais cauteloso afirmar que, num contexto de expansão desregulada do capital financeiro, de manutenção do proteccionismo nos países desenvolvidos e de reforço de políticas discricionárias – canceladas pelos organismos multilaterais que pretendem tratar países diferentes como iguais – a exclusão social acaba por se tornar um corolário da globalização.

O surgimento do conceito de coesão territorial, ao defender a diversidade e as identidades territoriais (CEC: 2008), procura contrariar aquela tendência. O papel das políticas públicas é revalorizado, enquanto garantia da concretização das funções sociais para todos e do combate à fragmentação e à marginalização dos territórios e das comunidades que acolhem.

A mudança e a rapidez dos acontecimentos afectam as dinâmicas territoriais e o processo de planeamento. Há soluções que ficam precocemente desajustadas ou mesmo impróprias, aparecem problemas não equacionados e surgem oportunidades não enquadráveis, que podem desaparecer se não acolhidas em tempo útil. O processo necessita de um acompanhamento mais próximo e de permanentes reconfigurações, das dinâmicas emergentes, dos actores intervenientes.

Neste quadro de instabilidade, a cultura do planeamento ganha consistência, os territórios precisam de projectos mobilizadores dos interesses em presença, mas também de persistência na prossecução da execução dos seus elementos estruturantes e capacidade de antecipação face aos ajustamentos ditados pelas diversas conjunturas. Este contexto de actuação, é agravado pelas mudanças políticas do poder, associado a ciclos curtos, enquanto que o planeamento está associado a um ciclo longo, conduzindo ao comprometimento do projecto territorial e, conseqüentemente ao desenvolvimento desse território. A existência de estruturas de governança territorial, que confirmam continuidade e estabilidade ao projecto assumem-se como emergentes.

Às estruturas do Estado, juntam-se instituições de regulação e de representatividade das comunidades e dos agentes económicos e sociais que intervêm no mesmo território, mas com níveis organizativos muito diferenciados, com interesses e actuações muito próprias e diversificadas.

Pereira (2009: 95) refere que “o conceito de governança emerge pela incapacidade da gestão pública tradicional acudir aos problemas, responder aos desafios e às formas contemporâneas de organização das sociedades. Como refere Ascher trata-se de “... um sistema de dispositivos e de modos de acção, associando às instituições os representantes da sociedade civil para conceber e pôr em prática as políticas e as decisões públicas.” (Ascher in Pereira, 2009: 95).

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

De facto, a entrada de actores ligados a organizações e a movimentos cívicos em âmbitos antes da esfera pública implica outras formas de relacionamento e “... a actividade governativa torna-se assim progressivamente orientada por actividades processuais e negociais – a maioria de base informal – incluindo demonstrações de poder e entendimentos tácitos entre forças desiguais” (Seixas, 2006: 105). Em oposição ao modelo vertical hierárquico tradicional, surge um novo modelo - um modelo horizontal de cooperação e de participação, assente na descentralização, na construção de estratégias colectivas, na cooperação vertical e horizontal (público-público), parcerias público-privadas, envolvimento da sociedade civil, promoção de processos de avaliação e disseminação da informação. A Administração Pública passa a ser um parceiro obrigatório.

Num cenário mundial envolto numa teoria do caos, em que simultaneamente se acentuam processos de pobreza e de exclusão social, de globalização e de localização, com aplicações potencialmente negativas e positivas, associadas muitas vezes à inibição da iniciativa dos agentes locais na constituição de formas de acção colectiva, o desenvolvimento local pode constituir-se como um meio para a operacionalização destes novos conceitos e para a diminuição dos índices de pobreza e exclusão social.

É neste contexto científico, que apela ao princípio da complexidade, da perspectiva transdisciplinar² e da visão holística, a partir “de aspectos observáveis em todo o planeta, que parecem condicionar tanto a forma como as pessoas concebem o Mundo e a Vida, como o modo como efectivamente vivem o seu quotidiano” (Carmo, 2008: 31) que a mestranda começa a efectuar a aproximação ao objecto de estudo.

Ao pretender compreender e identificar as variáveis que facilitaram o processo de inserção profissional dos clientes do GADE (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Empregabilidade), estrutura integrante do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), cujo âmbito de acção se situa ao nível de um território específico, caracterizado como crítico e vulnerável, a mestranda deparou-se com uma temática complexa, que a conduziu a um conjunto alargado e inextricável de conceitos. Só após a reflexão efectuada e através de um conjunto de aproximações sucessivas, foi possível destacar como fundamentais, para o estudo em questão, os conceitos de “pobreza e exclusão social” e inserção profissional” e como ambiente teórico e simultaneamente “veículo” de transformação o “desenvolvimento local”.

² A perspectiva transdisciplinar, sem anular a perspectiva disciplinar recorre ao «entre» a micro realidade e os outros níveis de realidade, para a compreensão de uma totalidade fenomenológica, onde se constrói o objecto de estudo, Trata-se de uma construção resultante de sínteses, que geram novos sistemas complexos, que interagem com os diversos níveis de realidade e não da junção de camadas sobrepostas e incomunicáveis - Aula do professor Roque Amaro do mestrado DDLDM.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Assim, de forma a delimitar o objecto de estudo, a presente dissertação incide sobre o caso do projecto VIPP – Valorização e Inserção Pessoal e Profissional (VIPPP), que decorreu de Maio de 2008 a Abril de 2011, no âmbito do Programa CLDS, desenvolvido pela APSD – Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento, no bairro camarário Alto dos Barrinhos em Carnaxide e zonas envolventes.

Para alcançar a resposta à questão de partida - Quais são as variáveis que facilitaram o processo de inserção profissional dos clientes do GADE? - foram definidos como objectivos da investigação os seguintes:

1. Caracterizar de forma global os clientes que acederam ao GADE, no período compreendido entre Setembro de 2008 e Dezembro de 2009;
2. Caracterizar os clientes do GADE que conseguiram concretizar o seu processo de inserção, no período compreendido entre Setembro de 2008 e Dezembro de 2009;
3. Caracterizar os clientes do GADE que em Março de 2011 mantinham o seu trabalho;
4. Identificar as metodologias do sistema interventor;
5. Identificar as variáveis que permitiram a alguns dos clientes consumir e manter a sua inserção profissional;
6. Identificar o impacto da inserção profissional nas dimensões individual e familiar;
7. Sistematizar as implicações dos resultados para os processos de intervenção social a nível micro e macro.

O trabalho foi estruturado em duas partes. Na primeira parte – Aproximação ao objecto de estudo - através dos capítulos 1, 2 e 3 exploram-se os conceitos considerados fundamentais ao desenvolvimento do estudo.

No capítulo I procede-se a uma síntese da evolução histórica do conceito de desenvolvimento, a uma panorâmica das diferentes correntes e, finalmente, aos conceitos de empowerment e parceria, que se constituem, simultaneamente como instrumentos do próprio desenvolvimento e como quadro teórico autónomo.

No Capítulo II procede-se à exploração dos conceitos de pobreza e de exclusão social, fazendo sobressair as interpretações de Alfredo Bruto da Costa, Óscar Lewis, Castel e Paugam.

O capítulo III. é dedicado ao conceito de inserção profissional, alertando-se para o facto de se tratar de um quadro de construção teórica relativamente recente, extremamente interactivo com o conjunto de desafios e obstáculos que atravessam o desenvolvimento da sociedade e os percursos dos indivíduos, sendo que, quer a emergência do conceito, quer a sua evolução são indissociáveis do contexto económico, social e profissional em que ocorrem.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

O último capítulo da primeira parte é dedicado ao programa CLDS, enquanto instrumento de política social, que, através de uma metodologia de desenvolvimento local, constitui uma resposta directa aos problemas da pobreza, da exclusão social e da inserção profissional dos públicos vulneráveis.

A segunda parte da dissertação – Estudo Empírico, apresenta 4 capítulos. O capítulo V. refere-se às opções metodológicas, nas quais é apresentada a formulação do problema de pesquisa, é efectuada uma reflexão acerca dos métodos e técnicas utilizados para o estudo, é explicada a forma como se procedeu ao tratamento e análise dos dados e são apresentadas as questões éticas e as limitações/obstáculos do estudo.

No capítulo VI caracteriza-se o bairro e a sua envolvente. Parte-se de uma caracterização do concelho e da freguesia, para, seguidamente se caracterizar o bairro, recorrendo a comparações entre estes 3 níveis de análise: concelho - freguesia - bairro.

O capítulo VII é destinado à Caracterização do Processo de Intervenção Social, onde são apresentados e caracterizados o sistema cliente, o sistema interventor e a intervenção, seguindo-se no capítulo VIII a interpretação e discussão das percepções dos actores sociais sobre o processo de inserção.

Por fim, apresenta-se a conclusão do estudo, onde se analisa e verifica a concretização dos objectivos específicos, se reúne elementos para responder à questão de partida e se identificam possibilidades para futuras investigações e de recomendações para a acção.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

PARTE I – APROXIMAÇÃO AO OBJECTO DE ESTUDO

CAPITULO I. DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1. O Conceito de Desenvolvimento

Sinónimo de “adiantamento, ampliação, aperfeiçoamento, aumento, crescimento, desdobramento, educação, minuciosidade, progresso, prolongamento, vastidão”³, o termo “desenvolvimento” apresenta-se “infestado por uma acumulação excessiva (quase cancerígena) de definições” (Carmo, 2007: 73). Associado a uma ideia de “movimento”, significa “progressão, crescimento ou aumento gradual, como parte de um processo de formação, em que um ser ou uma coisa se vai modificando, amadurecendo ou passando de um estágio mais rudimentar, incipiente ou incompleto a outro mais complexo, completo, pleno, (...) trata-se de uma acção de melhorar gradualmente, de tornar mais avançado, mais eficaz”⁴.

Numa acepção política e “aplicada a uma sociedade, a noção de desenvolvimento envolve crescimento e prosperidade é, pois, o processo económico-social de onde resulta uma melhoria geral de vida para os membros dessa sociedade ou comunidade humana”⁵.

Carmo (2007:75), expondo a perspectiva de Leuret, demonstra que o importante autor da escola francesa de Economia e Humanismo, possui uma perspectiva do desenvolvimento ligada ao sentido etimológico acima referido, associando o conceito a níveis superiores de qualidade de vida:

série de passagens, para uma população determinada, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano menos elevado possível, tendo em conta a solidariedade entre todas as populações.

Como refere Carmo (2007: 75) sobressaem as seguintes ideias:

- trata-se de um **processo dinâmico e inacabado**, de uma direcção que se toma e não de um ponto que se alcança. Neste sentido nenhum país se deve considerar desenvolvido, mas apenas posicionado num dado ponto de uma escala;
- inerentes a ele, estão os critérios de **pragmatismo e economicidade**, tendo permanentemente de se avaliar os seus custos e os seus benefícios;

³ Dicionário de sinónimos, Porto Editora, Porto Compilação da Tertúlia Ediptica, 1977.

⁴ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, 2001 , I volume A-F, uma realização da Academia das ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian.

⁵ Grande Dicionário Enciclopédico, Verbo, I Volume, Editorial Verbo, Lisboa/São , Paulo, Direcção João Bigotte Chorão, 1997 .

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

- está directamente ligado à noção de **solidariedade** intra e inter-nacional, o que lhe confere uma ideia de **globalidade e radicalismo**: o desenvolvimento parece não se conseguir sem ser participado por todos e sem ir à raiz da estrutura social.

1.2. Desenvolvimento e Crescimento Económico – “30 Anos Gloriosos” – O Paradigma Funcionalista

Comumente aceite pela academia⁶, a segunda metade do século XX, marca o nascimento do conceito de desenvolvimento e a sua afirmação do ponto de vista científico, associando a emergência do conceito a acontecimentos como:

- a independência da maioria das colónias europeias, decorrente dos ideais democráticos. Citando Amaro, (2004:40), estes países pretendiam “caminhar para a prosperidade e a riqueza total, como os seus antigos colonizadores, a par da sua independência política (...) Uma boa parte da produção teórica inicial sobre «desenvolvimento» visava a evolução desses países, pelo que o conceito apareceu sempre ligado à resolução dos chamados “problemas do subdesenvolvimento”;

- a reconstrução europeia, apoiada pelo Plano Marshall, que permitiu à Europa Ocidental, o crescimento consideravelmente acima dos níveis pré-guerra e cujos reflexos – prosperidade e crescimento, se fizeram sentir nas duas décadas seguintes.⁷

- guerra fria⁸;

- surgimento de novas correntes da ciência económica – paradigma keynesiano – que contrariamente ao até então definido pela escola neo-clássica, a “mão” que era invisível passou a ter uma enorme visibilidade com a assunção de funções socioeconómicas pelo Estado, que passou a ter uma função primordial na concretização do progresso e no bem-estar das populações;

- as novas convicções a favor do progresso e da paz entre os povos, que se traduziram em diversos compromissos assumidos pela ONU, nomeadamente pela declaração do Presidente Truman – “Ponto Quatro” (1949) - primeiro programa dos Estados Unidos da América de ajuda ao desenvolvimento. (Amaro, 2004:41).

⁶ Lopes (2008); Arndt (1987), Amaro (2003), Brasseul (1993), Bustelo (1999), Hunt (1989), Cooper e Packard (2005) apresentam a origem do conceito após a Segunda Guerra Mundial. Brasseul (1993) precisa a data de 1943 como a do nascimento da economia do desenvolvimento com a publicação de um artigo de Rosenstein-Rodan sobre os problemas da industrialização da Europa de Leste e do Sudeste.

⁷ O Plano Marshall também é visto como um dos primeiros elementos da integração europeia, uma vez que anulou barreiras comerciais e criou instituições para coordenar a economia a nível continental.

⁸ Designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). Tratou-se de um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e respectivas zonas de influência.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Assim, e face ao contexto descrito, “os 30 anos gloriosos”⁹ (1945-1973), são caracterizados pelo acentuado crescimento económico da Europa ocidental e dos EUA. Tratou-se de um crescimento económico feito de recuperação, depois de uma guerra que destruiu a Europa, assente num modelo de crescimento fordista: salários altos – lucros altos – produtividade elevada; massificação dos consumos, caracterizada pela intensificação e alargamento dos mercados (conjugação do mercado interno com o externo). Crescimento da população – “baby-boom”, afirmação do Estado Social, tanto no modelo capitalista, como no socialista;

Capital, tecnologia e capacidade de organização, foram elementos presentes na recuperação da Europa, que os EUA não deixaram faltar, tendo em conta a sua necessidade para o crescimento económico, evitando, assim, que a Europa Ocidental ficasse mais vulnerável à solução socialista que vigorava nos países de Leste.

Com recursos financeiros, tecnológicos, humanos, organizacionais e também ideológicos (a ideia de reconstrução dos países, transformou-se numa missão), a reconstrução permitiu a um grande número de países conhecer níveis de crescimento nunca antes vistos. Países, que passaram pela II Guerra Mundial na posição de “espectadores” beneficiaram da destruição dos vizinhos para crescer industrial e economicamente¹⁰. De salientar, ainda, que a Europa beneficiou da pobreza e subdesenvolvimentos da grande maioria dos países do mundo e das limitações impostas pela organização internacional do comércio.

A economia assente na grande indústria dos anos 50 e 60, com ganhos extraordinários de produtividade; a homogeneidade étnica das populações que facilitou as transferências sociais; as elevadas taxas de natalidade; o aumento do financiamento das políticas sociais e o sentido de solidariedade de uma geração que tinha visto familiares e amigos morrer na guerra, e tinha conhecido níveis extraordinários de entreatajuda durante a mesma, foram condições fundamentais para o desenvolvimento do período também conhecido como “Golden Age”.

Segundo Amaro (2004: 46-47), as principais características deste modelo são o economicismo, o produtivismo, o consumismo, o quantitativismo, o industrialismo, o racionalismo, o tecnologismo, o etnocentrismo, o uniformismo, o urbanismo e o individualismo.

Esta posição, acentuadamente etnocêntrica, com uma visão hierarquizada – abordagem top down, que privilegia processos de replicação por imitação, que apresenta rigidez na acção, com recurso a modelos “pronto a vestir”, conduziu os países designados “em vias de desenvolvimento” à

⁹ Designação utilizada por Roque Amaro nas aulas de mestrado de DDLDM

¹⁰ Exemplo: parte do sucesso industrial da Suécia nas décadas de 40/60 deveu-se à necessidade que a Europa tinha de aço. Metade da Europa, destruída, não conseguia produzir aço suficiente para a sua reconstrução.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

descharacterização e ao aumento do fosso entre países ricos e pobres, sendo que a maioria dos países/populações do globo viviam em situação de pobreza, verificando-se um relativo proteccionismo e uma fraca concorrência entre continentes/países altamente assimétricos.

A desvalorização sistemática das questões sociais, apresentou custos muito elevados, empurrando para a exclusão grupos significativos de pessoas, com todas as consequências daí provenientes.

A acção social (aspectos culturais e sociais) ocupou claramente uma função secundária, face à acção económica.

O movimento Maio/68 em Paris, que nos países então socialistas, se expressou através da “Primavera de Praga”, também em Maio de 1968, foram as expressões máximas do mal-estar social que se vivia. Acresce a este cenário, a progressiva tomada de consciência que se estava a destruir pilares fundamentais da vida na natureza, tendo em conta a sobre utilização dos recursos naturais que “deixaram de ser inesgotáveis” - o crescimento, assente num modelo produtivista bruto, nada tinha de ecológico, sendo por isso insustentável a longo prazo (deu lugar à Conferência de Estocolmo em 1972), e, por fim, a crise do petróleo em 1973, ditaram a inoperância do modelo e conduziram à necessidade de renovação do conceito de desenvolvimento.

1.3. A Renovação do Conceito de Desenvolvimento – O Paradigma Territorialista e a Doutrina Social da Igreja

1.3.1. Contextualização

O paradigma territorialista tem como fundamento teórico as insuficiências das políticas regionais, uma vez que a aposta na integração funcional através dos mecanismos de grande escala causaram fenómenos de desagregação espacial.

Pretende-se um tipo de desenvolvimento que não seja determinado e/ou dirigido por “inputs” externos, reclama-se o direito às diferenças derivadas das circunstâncias da história (ex.: “explosão multicultural, ocasionada pela concentração de grandes massas populacionais portadoras de diferentes culturas” (Carmo, 2007:81), da cultura, das instituições e da dotação de recursos, retomando-se aqui o conceito de “comunidade”, enquanto “um agregado social, com um conjunto de interesses vitais comuns (...) traduzida numa forte consciência de pertença e (...) proximidade geográfica que permite uma estruturação sólida de tais interesses.” (Carmo, 2007: 80).

A exclusividade da componente económica desaparece e surgem, com o paradigma territorialista, as componentes cultural, social e ambiental e, em vez da intervenção pública institucionalizada, da centralização das políticas, dos recursos e das actividades surge a descentralização e a participação dos diferentes actores locais no processo de desenvolvimento. Passa pela mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes no território, apela à participação da comunidade em geral, com

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

vista à satisfação das suas necessidades fundamentais. Nesta medida, torna-se premente aumentar o poder das populações no sentido de serem estas a delinear o seu próprio caminho – desenvolvimento de processos de “progressivo fortalecimento individual e colectivo” (Carmo, 2007: 168) e de abordagens “bottom up”, porque são elas que melhor conhecem os seus problemas, as oportunidades e as necessidades não satisfeitas.

Enquadrados neste novo paradigma, verificou-se, a partir da segunda metade do século XX, o surgimento de novos conceitos: em 1950, o conceito de Desenvolvimento Comunitário e a partir dos anos 70, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado, para além de outros que estiveram na origem dos atrás citados

Neste enquadramento, refira-se a importância de algumas encíclicas e outros documentos pontifícios, que constituem o “corpus” da doutrina social da igreja, que apresentam uma reflexão sobre as questões sociais em curso, dando conta da necessidade de enveredar, em termos de desenvolvimento, por novos caminhos e novas concepções. Directamente relacionadas com as questões do desenvolvimento, destacam-se as encíclicas de diálogo¹¹, publicadas a partir de 1958.

Neste conjunto de encíclicas e de outros documentos com relação directa aos novos conceitos de desenvolvimento sobressaem:

- a “Mater et Magistra” (1961), que discute “as relações entre os diversos sectores produtivos e entre regiões com diferentes graus de desenvolvimento e, no plano mundial, as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (Silva, 1993: 778);

- a “Pacem in Terris” (1963), que se revelou extremamente importante e inovadora. Para além do alargamento do tema de reflexão: “os direitos do homem, a democracia, o desarmamento, as organizações internacionais (...) o relacionamento dos católicos com os não católicos na tarefa da promoção do bem comum” (Silva, 1993: 778), alargou o âmbito do público-alvo, dirigindo-se “a todos os homens de boa vontade” (Silva, 1993: 778).

- a Constituição Pastoral sobre “A Igreja no Mundo Contemporâneo”, resultante do Concílio Vaticano II, reunido em Roma de 1962 a 1965, no qual o desenvolvimento é apontado “como uma meta a atingir com a participação de todos e condição irreductível da consecução de uma paz justa e duradoura.”

- a “Populorum Progressio” (1967), na qual Paulo VI, dando seguimento aos trabalhos do Papa João XXII, promoveu o diálogo com o mundo, com religiosos e não religiosos, aprofundando a questão do desenvolvimento como o “novo nome da paz, na equidade das relações comerciais internacionais, na rejeição de novas formas de colonialismo emergente, e faz notar aos ricos que, a

¹¹ Falconi in Peter Stilwell 2002: 17-106, classifica as encíclicas de modo cronológico e sistemático: 1740-1830: *Encíclicas Administrativas*; 1831-1878: *Encíclicas de Protesto*; 1878-1958: *Encíclicas de Magistério*; 1878-1958; *Encíclicas de Diálogo*: desde 1958

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

permanecerem desigualdades tão gritantes, se corre o risco de os pobres (indivíduos ou colectividades) serem tentados a recorrer a soluções de violência para as removerem.” (Silva, 1993: 779)

- a Carta Apostólica “Octogésima Adveniens”, publicada em 1971, na qual o Papa aborda questões e procura respostas para o mundo que se encontra em transformação, decorrente de novos problemas sociais, como sejam a urbanização, o lugar dos jovens e o estatuto da mulher, o desemprego, os idosos e os emigrantes, dando especial atenção ao meio ambiente, por motivo de uma exploração desmedida da natureza, constituindo-se como um problema social de envergadura, porque respeita a toda a humanidade.

São as grandes conturbações sociais, económicas e políticas, que explicam a movimentação na procura de novas soluções e simultaneamente de novos conceitos de desenvolvimento que passam a estar adjectivados

Estes novos conceitos e entendimentos trouxeram “um valor acrescentado”, que segundo Roque Amaro (2004: 59-60) pode ser resumido em sete pontos:

1. o seu carácter multidimensional, recusando qualquer leitura disciplinar; 2. a mudança do enfoque da satisfação das necessidades para a realização das capacidades das pessoas; 3. a sua íntima relação com o conceito e os processos de cidadania, exigindo metodologias participativas e uma lógica de «empowerment»; 4. uma nova relação com a Natureza baseada, na interdependência sistémica; 5. a redefinição das suas bases territoriais, deixando de assentar apenas no Estado-Nação, para assumir uma multiterritorialidade que, para além daquele, inclui os níveis supranacional e transnacional (definidores do global) e infranacional (ao nível local), podendo ser simultaneamente global e local (glocal); 6. a sua associação a múltiplos protagonistas (todos os cidadãos e todos os seus modelos organizativos, formais e informais, públicos ou privados), e não apenas o Estado, as empresas e os sindicatos, como no modelo anterior e 7. a extraordinária diversidade dos caminhos propostos por estes novos conceitos, exigindo uma permanente criatividade...

Segundo Amaro (2004:55), e tendo em conta os respectivos conteúdos e contextos científicos e institucionais de afirmação dos conceitos, é possível organizá-los em três grandes «fileiras», ficando o Desenvolvimento Integrado isolado, enquanto conceito transversal às diferentes fileiras¹²:

- a) A «fileira» ambiental;
- b) A «fileira» das pessoas e das comunidades;
- c) A «fileira» dos direitos humanos e da dignidade humana.

¹² “...esta sistematização deve ser essencialmente vista como um exercício útil de arrumação analítica...”
(Amaro, 2004: 56)

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

1.3.2. Desenvolvimento Integrado

Não é um conceito de fileira, devido à sua natureza transversal a todos os outros conceitos referenciados, surge interligado e apresenta a função de sintetizar, motivo pelo qual alguns autores o designam como “desenvolvimento síntese”.

Marcado pela ciência Pós-Moderna, nomeadamente, pelo paradigma da complexidade, pela teoria geral dos sistemas e pela teoria do caos, este conceito implica uma abordagem interdisciplinar:

“e uma metodologia copulativa (do «e» e não do «ou», chamada disjuntiva), podendo ser concebido como o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; (...); o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.” (Amaro, 2004:59).

Trata-se de um processo de mudança, que pretende ser fiel, na sua concepção e operacionalização, à complexidade da realidade a que se refere, à causalidade sistémica dos factores que analisa e das soluções que propõe, à dinâmica da instabilidade e da mudança permanente que implica e, sobretudo, à preocupação de relacionar e conjugar todas as partes dessas mudanças que antes estavam desligadas.

1.3.3. A fileira ambiental - Desenvolvimento Sustentável

Numa primeira fase designado ecodesenvolvimento e, posteriormente (1987), desenvolvimento sustentável, deu lugar à designada “fileira verde”.

A consciência ambiental foi institucionalmente referenciada, a partir de 1972, com o Estudo do Clube de Roma e na Conferência de Estocolmo., ficando claro que a Terra é um sistema finito de recursos, não sendo possível sustentar um crescimento populacional e produtivo cumulativos, por um período infinito de tempo, Sendo, assim, definido como o atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (World Commission on Environment and Development, 1991).

1.3.4. A «fileira» dos direitos humanos e da dignidade humana

Também designada por “fileira azul”, é a fileira actualmente mais institucionalizada. Foi marcada pela actuação da , (especialmente do Secretário-Geral – Mahboud Ulhaq- Cimeira do Milénio 9/2000) e do Banco Mundial, sendo a única fileira que concebeu um indicador de natureza não económico – IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

1.3.4.1. Desenvolvimento Humano

A primeira referência ao conceito de desenvolvimento humano surge no Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, em 1990, sob a liderança de Mahbub ulHaq - economista e ex-ministro das finanças do Paquistão - onde se preconiza um novo modelo de desenvolvimento.

Para enfrentar o crescente desafio da segurança humana é necessário um novo modelo de desenvolvimento que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende. (PNUD in Antunes, 2004: 6).

Mahbub Ul Haq (in Martins, 2002: 53), refere que o desenvolvimento deve ser “uma acção de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objectivando a igualdade de opções e não de renda. A oportunidade de escolha, o direito à liberdade e a condição das pessoas de optarem e buscarem por melhores condições de vida formam, pois, o cerne do conceito de desenvolvimento humano.” Parte do pressuposto que todas as pessoas devem poder desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

1.3.4.2. Desenvolvimento Social

O conceito de desenvolvimento social entra em discussão num período de confrontação das teorias económicas que defendem o mercado e as que defendem a intervenção do Estado. Procurando uma posição intermédia, considera que o Estado deverá assegurar “mínimos” garantidos.

É definido como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais”. (Amaro, 2004: 59).

Em Portugal, esta fase é desenvolvida no 1º. Governo de Guterres e atinge o seu expoente máximo com a criação do Instituto para o Desenvolvimento Social, que através do desenvolvimento do Programa Redes Sociais, promove a aplicação do conceito ao nível do território: concepção conjunta do diagnóstico social – discussão alargada – realização do Plano de Desenvolvimento Social – Plano de Acção.

1.3.5. A «fileira» das pessoas e das comunidades

Também designada por “fileira vermelha,

inclui conceitos de desenvolvimento essencialmente centrados nas pessoas e no local, “sendo o desenvolvimento, antes de mais, o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação activa de todos. A satisfação de necessidades é uma consequência, mas não a vertente principal do conceito (Amaro, 2004: 57).

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Esta fileira inicia-se em 1950, com a emergência de um conceito novo, que reparasse os estragos realizados nos países ditos do “terceiro mundo” com a aplicação dos modelos e dos “kits”, assentes no paradigma da modernização, cujo expoente máximo se traduziu no Documento das nações Unidas – “Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário”. Nesse documento desenvolvimento comunitário é definido “como um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa” (Silva in Carmo 2007: 84).

1.3.5.1. Desenvolvimento Participativo

O conceito de desenvolvimento participativo, segundo Amaro (2004:57) traduz-se

na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres.

É assim introduzido os conceitos de participação e de empowerment nas metodologias de trabalho adoptadas, nomeadamente pelas ONG's, Banco Mundial e ONU.

1.3.5.2. Desenvolvimento Local

Inicialmente reconhecido através das inúmeras experiências realizadas pela sociedade civil, no mundo inteiro, que lhe conferiu diversidade e riqueza - via indutiva, e posteriormente por via dedutiva, através da evolução académica do conceito, assente na revisão dos paradigmas até então dominantes, obtendo assim reconhecimento académico, o conceito de desenvolvimento local (DL), reuniu nos anos 80 os factores e as condições necessárias para se afirmar.

Assente nos pressupostos do paradigma territorialista, defende que cada território deverá promover o melhor uso possível dos seus recursos naturais, de capital físico e humano.

Muitos são os autores que definem o conceito, Greffe (in Henriques 1990: 29), apresenta-o como

um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa.

Vachon (1993 : 104), intégra na definição do conceito a noção de parceria e de inovação :

une stratégie qui vise, par des mécanismes de partenariat : à créer un environnement propice aux initiatives locales afin d'augmenter la capacité des collectivités en difficulté; à s'adapter aux nouvelles règles du jeu de la croissance macro-économique ; ou à trouver d'autres formes de développement qui, par des modes d'organisation et de production inédits, intégreront des préoccupations d'ordre social, culturel et environnemental parmi des considérations purement économiques.

Finalmente, Amaro (2004: 57) refere que o DL

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

Diferentes, mas reunindo aspectos comuns, as definições de DL apresentadas e outras que não foram transcritas, são unânimes em defender que deverá existir tantos modelos de DL, quantas as diversidades de contextos, espaços e percursos socioculturais. Terá que assentar numa iniciativa de carácter endógeno, de mobilização voluntária, regra geral alimentada por um projecto local, que promova as condições necessárias à referida iniciativa e mobilização, ou seja, que promova competências e capacidades nas pessoas para trabalharem individualmente e em grupo, que promova lideranças no interior do grupo,

Inscribe-se numa lógica circular, sistémica e integradora, que se caracteriza pela interpenetração das três dimensões do ser humanos (individual, colectiva e ambiental), contendo todas as dimensões práticas sectoriais antes utilizadas de forma dispersa, interligando e ponderando, da base para o topo, em busca de objectivos consensuais, capazes de dar coerência a uma estratégia comum para o desenvolvimento interno de um território e de suas relações com outros solidariamente articulados, procurando o bem-estar da comunidade.

O DL, constitui uma prática que funciona como um exercício dinâmico de cooperação para a aquisição da capacidade de gerir interesses, algumas vezes conflitantes, como resultado de uma consciência sócio-política, prova da evolução democrática das lideranças locais que alavancam o desenvolvimento da base para o topo.

Caracteriza-se, ainda, por uma ruptura face ao desenvolvimento preconizado no pós guerra, que, como refere Roque Amaro, exige verdadeiros actores sociais e não, apenas, simples figurantes. Cada processo é único e irrepetível, os projectos de desenvolvimento local são feitos à medida e não de “pronto-a-vestir”, poderá haver pontos em comum, mas será sempre necessário adaptar e acima de tudo inovar¹³.

Assim, parece ser de entendimento comum, que constitui condição necessária para que o DL ocorra, ou melhor, para que se verifiquem práticas de DL, a existência de iniciativa privada, vontade e decisão, sugestão de caminhos e reivindicações. Ninguém externo, seja pessoa ou instituição, pode assumir esse papel que compete aos agentes e demais actores sociais existentes na comunidade, no entanto e como refere Mortágua (1998), o DL não deve ser apenas expressão

de uma vontade forte de um grupo ou organização em querer planear e desenvolver o território de todos. Tem que ser a resultante, tecnicamente trabalhada, da vontade expressa pelo maior número possível de pessoas que vivem nesse território. No fundo é uma concepção que reafirma a convicção de que, sem

¹³ Aulas de Mestrado de DDLDM

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

liberdade e práticas democráticas substantivas, não é possível o Desenvolvimento das sociedades humanas, por muita que seja a “riqueza” material que possuam.¹⁴

1.3.6. O Desenvolvimento Local enquanto instrumento de inovação social

Simultaneamente conceito e prática, o DL, tem que ser entendido de forma plural, conforme a variedade de iniciativas existentes, sendo, praticamente, impossível, a tipificação dos projectos que se proclamam do seu domínio. Todas as práticas, desde que motivadas pelo desejo de melhorar as condições dos indivíduos e/ou comunidades contribuem para o desenvolvimento local, mas isso não significa que passem a ser práticas reflectidas e inseridas numa estratégia de DL.

Mesmo quando inspiradas pelos princípios e pressupostos do DL, essas práticas podem ser desenvolvidas com recursos a diferentes metodologias e por diferentes pessoas, que as transformam em projectos diferentes.

Apesar das dificuldades de tipificar os projectos de DL, Roque Amaro, apresentou¹⁵ um conjunto de dez princípios estratégicos e orientadores fundamentais para um iniciativa de DL.

Só é possível falar em DL, quando se verifica:

1. Processo de transformação, de mudança - Sequência contínua de acções que apresentam unidade, com o objectivo de alcançar a melhoria das condições de vida de algumas pessoas. A mudança não é obrigatoriamente boa para todas as pessoas. Nestes processos há quem ganhe e quem perca, pelo que será necessário contemplar processos de solidariedade para minimizar as “percas”. Perroux¹⁶, defende que o Desenvolvimento é assimétrico, existem perdedores e ganhadores, pelo que a aplicação do indicador “rendimento per capita” é extremamente redutor face à realidade.

2. Comunidade territorial de pequena dimensão - A delimitação está associada mais a uma dimensão sócio-cultural e não administrativa, ex.: Bairro, Freguesia, Concelho. Com identidade, solidariedade de acção e autonomia

3. Necessidades fundamentais por satisfazer - Necessidades obrigatoriamente identificadas e reconhecidas pela comunidade

4. Mobilização das capacidades locais/endógenas - A todos os níveis, ex.: localização geográfica, clima, recursos materiais da comunidade, composição da comunidade, “saber-fazer” específico, valores, etc O DL privilegia o que foi desperdiçado, aumentando assim a eficiência. As capacidades endógenas da população geralmente estão inertes, marginalizadas, é necessário um trabalho continuado e persistente. Este trabalho de mobilização conduz à “participação”.

¹⁴ <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=82>

¹⁵ Referido nas aulas de Mestrado DDLDM

¹⁶ Referido nas aulas de Mestrado DDLDM

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

5. Dinâmica de participação e de empowerment - As pessoas não são assistidas, o indivíduo é actor do processo de mudança. Processo de activação para o protagonismo próprio nos processos de desenvolvimento - obriga a existência de pedagogia e de metodologia. Trata-se de um processo de envolvimento activo e continuado. É ser actor do processo, é ter iniciativa própria. Processo de natureza individual e colectivo (tem que ser obrigatoriamente individual numa 1ª. fase, para ser obrigatoriamente colectivo na fase seguinte), com momentos de desencontro, de tensão na definição e na resolução dos problemas da vida em comunidade, ou seja, de mudança de vida: projecto de vida individual e projecto colectivo.

A participação é um processo de activação, de acção contínua, que tem como patamar o empowerment, que ao ser atingido reforça a participação, verificando-se um processo interactivo entre Participação ↔ Empowerment

6. Recursos exógenos - Não existe DL que seja completamente auto-suficiente, pelo que é necessário o apoio de recursos exógenos, numa lógica de acção "fertilizadora" e não de assistência. Os recursos exógenos geralmente são de natureza material, financeira ou recursos humanos.

7. Perspectiva integrada das acções - Trata-se da vida na proximidade, onde predomina uma visão territorial e horizontal em detrimento de uma visão sectorial-visão vertical, o que remete para trabalho em parceria. Abordagem integrada dos problemas e das respostas – visão multidimensional

8. Trabalho em parceria - Processo de acção conjunta entre diferentes entidades (serviços públicos desconcentrados, autarquia, sindicatos, associações, grupos formais e informais, empresas), que actuam no mesmo território, que a partir de um diagnóstico partilhado (partilha de olhares – avaliação ex-ante), definem, em conjunto, os objectivos dessa acção conjunta, planeiam e organizam as acções. Partilham os recursos necessários para as acções e actividades, definem e repartem as tarefas inerentes à sua execução, coordenam conjuntamente e avaliam colectivamente, de forma partilhada, esse processo – avaliação "on going" e ex-post.

9. Impacto tendencial em toda a comunidade - Envolvimento da comunidade em todas as actividades – efeito "mancha de óleo".

10. Diversidade de processos, protagonistas e resultados - Diversos protagonismos aos diferentes níveis – multiplicidade de actores; lógicas de parcerias entre esses actores; diversidade de processos e caminhos – não há "one best way". O desenvolvimento é um processo de criatividade, de inovação social e irrepetível.

Para Rozas (in Martins, 2002: 53), DL corresponde a organização comunitária em torno de um planeamento para o desenvolvimento, orientado por uma perspectiva de construção social, constituindo um instrumento fundamental, de carácter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata de atender, apenas, às carências materiais, mas de identificar e promover as qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar e de praticar inovação social.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

1.3.7. “Empowerment” e Parceria – ao serviço da inserção profissional e na luta contra a Pobreza e a Exclusão Social

O DL, enquanto método de trabalho, que se reporta a um território, que aposta na realização das capacidades das pessoas, assente em metodologias que convocam a participação de múltiplos protagonistas, apontando para uma diversidade de caminhos a seguir, parece constituir uma concepção de trabalhar o desenvolvimento, que se enquadra na linha das preocupações europeias com a competitividade, o emprego e a coesão social. O ensaio da complementaridade inovadora entre as diversas políticas, nomeadamente política de emprego e outras políticas sociais, apela aos pressupostos relativos ao DL, enunciados no ponto anterior, destacando-se o “empowerment” e o “trabalho em parceria” como “pivots” desta complementaridade inovadora. O enquadramento externo aos projectos de DL - programas públicos - coloca a ênfase nas dinâmicas concretas estabelecidas entre actores em contextos espaço-temporais específicos.

1.3.7.1. O “Empowerment”

1.3.7.1.1. Introdução ao conceito

Carla Pinto (1998: 247), define empowerment como um

processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania.

O desenvolvimento do conceito é consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, e de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram na sociedade. “O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana.” (Pinto, 1998: 247).

Ainda que se trate de uma abordagem recente - finais da década de 70, “as raízes intelectuais e políticas deste estilo de intervenção situam-se em movimentos políticos e sócio-culturais que exprimem ideias de maior liberdade pessoal, maior responsabilização individual e colectiva e maior participação na vida social e política...”(Pinto, 1998: 252).

Mais recentemente (a partir de 1945), a abordagem recebeu influências dos diversos movimentos de cidadania, dos movimentos de independência anti-colonial, da Nova esquerda, da técnica de “consciousness-raising”, dos Movimentos de auto-ajuda, da Sociologia de intervenção, da Teologia da Libertação, da Teorias da aprendizagem do comportamento impotente e do Movimento de reconceptualização do serviço social.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Para a presente dissertação assumem especial relevância as influências da sociologia de intervenção, as teorias da aprendizagem do comportamento impotente e os movimentos de reconceptualização do serviço social.

1.3.7.1.2. A Sociologia de Intervenção Saul Alinsky e Paulo Freire

“A sociologia de intervenção é uma perspectiva de encarar e fazer sociologia, segundo a qual não basta conhecer a realidade social, é importante modificá-la. Procura-se conhecer para intervir (Hess, in Pinto, 1998:261).

Saul Alinsky e Paulo Freire, são dois importantes marcos da sociologia de intervenção, talvez dos mais influentes para a abordagem do processo de empowerment. Considerados “radicais”, na medida em que procuravam as raízes dos problemas para efectuarem a intervenção.

Para Alinsky, o papel do interventor social passa, fundamentalmente, pela organização e pela mobilização “das energias dos clientes para que estes pudessem, constituídos como comunidade de interesses, lutar pela obtenção de um maior poder, definido por Alinsky como “a capacidade mental, física e moral de agir” (Hess, in Pinto, 1998:262)

Citando Paulo Freire (in Pinto, 1998: 262-263)

é fundamental interromper a reprodução social das estruturas opressoras, que perpetuam situações de dominação e cerceiam a tarefa ontológica da humanidade de “ser mais”. Esta intervenção libertadora só seria possível através da educação dialógica entendida como “prática da liberdade”, pela qual os indivíduos dominados se “conscientizam” das contradições da realidade em que vivem. Esta “conscientização” é um passo para a acção, sobre esta mesma realidade, iniciando-se um processo de reflexão-acção contínua. Este processo não é simples nem sem dificuldades, muito pelo contrário. O interventor social deve apoiar este processo, sem o dirigir, mas ajudando o cliente a enfrentar o “medo da liberdade” (Freire 1975:46) que a consciência da necessidade da mudança pode criar, e a aceitar e desempenhar o seu papel de sujeito no processo histórico. Para que o profissional possa desempenhar convenientemente o seu papel é necessária uma perspectiva multidimensional e multidisciplinar da intervenção social. O trabalhador social deve aceitar o seu papel de mobilizador e organizador de massas, educador e interveniente implicado no processo de mudança. A intervenção social não é neutra: ao acreditar que é neutra, o interventor social está a apoiar a facção detentora do poder dominador. Sendo assim, o profissional não pode ter uma atitude de descrença na possibilidade de transformação da realidade social (Freire 1977).

1.3.7.1.3. Teorias da aprendizagem do comportamento impotente

Desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Seligman, a teoria da aprendizagem do comportamento impotente, defende que clientes que evidenciam um deficit de controlo sobre as suas vidas, ou seja, pessoas que experimentam situações onde as suas acções não têm qualquer efeito sobre o que lhes venha a acontecer são condicionadas a não esperar dos seus comportamentos resultados úteis na maioria das situações. Se o indivíduo não espera conseguir influenciar uma dada situação na qual está envolvido, é provável que perca a motivação para agir de todo. Vê também afectada a sua

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

capacidade de aprendizagem de novos comportamentos e de reassociação entre comportamentos e resultados esperados. Tal situação revela deficits aos níveis motivacionais, cognitivo e afectivo e o indivíduo começa por temer a situação que não consegue controlar e ao perceber, que nada do que faça pode alterar a situação, torna-se ansioso, desesperado e resignado. Aprendeu um comportamento de impotência que se generaliza.

Uma intervenção que pretenda contrariar este tipo de comportamento deve passar pela exposição do indivíduo ao maior número possível de situações onde possa ter controlo e nas quais o seu comportamento seja incentivado e treinado de modo a produzir efeitos sobre os resultados da situação, a fim de serem alteradas as expectativas negativas (Barber , in Pinto, 1998: 264). Esta forma de intervir, é muito utilizada pela abordagem do Empowerment.

1.3.7.1.4. Movimentos de reconceptualização do serviço social

Os movimentos de reconceptualização do serviço social, revelaram-se muito importantes para a abordagem de Empowerment, uma vez que o cliente passa a ser entendido como sujeito, como construtor e transformador do mundo e de si mesmo. Verifica-se uma alteração do “focus” do serviço social, que por oposição a uma visão mais tradicional – perspectiva psicológica e interpessoal - passa a estar mais centrado nas relações entre o geral e o particular, promovendo uma visão mais social e política do trabalhador social.

1.3.7.1.5. Conceitos-Chave na abordagem de empowerment

O termo inglês empowerment, é traduzido para português como “fortalecimento”, “aumento de poder”, “auto-capacitação”. Tem subjacente o conceito de “poder”, entendido como “uma relação estruturada em termos de dominação/submissão” (Pinto, 1998: 251)¹⁷. Do ponto de vista do empowerment, o poder provém de várias fontes, sociais, económicas, políticas e culturais e psicológicas, podendo ser infinitamente gerado e disseminado, através das interacções sociais. Assim, para Rieger (in Pinto, 1998: 251) o poder é entendido como a capacidade e autoridade para:

- Influenciar o pensamento e o comportamento dos outros – poder sobre
- Ter acesso a recursos e a processos disponíveis e a capacidade para influência a sua distribuição – poder sobre
- Tomar decisões e fazer escolhas próprias e a capacidade de as pôr em prática – poder para
- Vigiar e resistir, se necessário, ao poder dos outros – poder de

Ao pretender desenvolver todos estes tipos de poder, o empowerment, enquanto perspectiva de intervenção, precisa de recorrer a outros conceitos, igualmente importantes para o fortalecimento e auto-determinação dos indivíduos (Pinto, 1998: 264-269):

¹⁷ “Segundo Adriano Moreira (1979), o poder não pode ser entendido somente como uma estrutura, mas sim como uma relação que depende fundamentalmente da vontade em obedecer que nela esteja presente. A obediência torna-se assim no principal problema quando falamos em poder.” (Pinto, 1998: 251).

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

1. Advocacy – Entendida como a defesa ou representação do cliente, seja indivíduo, grupo ou comunidade, junto das instituições e da sociedade em geral.

O trabalhador social desenvolve uma participação activa pelo cliente e deve procurar desenvolver o self advocacy, ou seja a capacidade do cliente em se representar a si mesmo na defesa dos seus interesses. Para Payne (in Pinto 1998: 265), a actividade de advocacy pode ser entendida como um serviço individualizado pelo qual se procura aumentar o acesso do cliente aos serviços e demais recursos necessários para seu benefício, ou então pode ser entendido como uma defesa de causas ou movimentos sociais numa dinâmica de mudança social que beneficia grupos sociais mais vastos.

Perante populações tradicionalmente excluídas ou diminuídas em poder, o técnico deverá desempenhar um papel mais activo, constituindo um suporte securizante e treinador das competências de negociação e afirmação dos clientes. Progressivamente deverá aprender a “apagar-se”, perante a tomada em mãos pelo cliente da sua auto-representação.

2. Suspensão da descrença - para o desenvolvimento de um projecto de empowerment e de advocacy é necessário acreditar nas pessoas clientes, nas suas potencialidades e forças e na sua capacidade para determinarem o rumo das suas vidas, sendo responsáveis por ela. Caso contrário não será possível efectuar intervenção (Freire in Pinto, 1998: 265). É também fundamental que o técnico se acautele com o que Barbara Solomon designou de valorações negativas, entendendo-se por tal todos os preconceitos e discriminações contra certas populações.

Por seu lado, as populações excluídas também reproduzem estas valorações negativas, estando, por vezes imobilizadas em estereótipos que perpetuam o seu desempowerment (ex.: teoria da aprendizagem do comportamento de impotência). O processo de empowerment, “procura utilizar estratégias específicas a fim de reduzir, eliminar, combater e reverter as valorações negativas” (Payne in Pinto, 1998: 266), permitindo que o cliente vivencie valorações positivas no relacionamento com o profissional.

3. Validação – para suspender a descrença no cliente, o principal meio de intervenção é a validação do cliente, que consiste no reconhecimento das suas capacidades. O técnico terá que trabalhar com o cliente, no sentido de levá-lo a (re) descobrir a sua capacidade de expressão e de criação/descrição da realidade, pois é ele mesmo o seu maior recurso.

Uma metáfora utilizada para esta situação é de “healer”, isto é alguém com capacidade para se auto-regenerar, de “tratar” a sua própria situação e, ainda, para ajudar outros indivíduos. Esta perspectiva mantém o “focus” no bem-estar e nos aspectos positivos do cliente e na forma de os alcançar ao invés de procurar diagnosticar os problemas e respectivas formas de ultrapassá-los. Não quer dizer que se deva menosprezar as suas dificuldades, mas sim que se deve partir de um ponto de vista diferente, vendo a pessoa cliente como um recurso, como tendo capacidades e poder para ser agente de mudança e não simplesmente como objecto de mudança. Tal posição, é mais uma faceta da liderança do cliente relativamente ao seu processo de empowerment.

Os autores do empowerment, recorrem com frequência a outras formas de perspectivar o cliente:

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

- o cliente como agente causal – o cliente é a força motriz do seu empowerment , é ele que determina o ritmo, o conteúdo e o rumo do processo, é ele que determina como utiliza os recursos, inclusivamente como utiliza o próprio técnico. (Payne in Pinto, 1998: 267). O trabalhador social deve trabalhar com o cliente e não para ele – é essencial que o cliente se envolva no seu processo de ajuda e não seja o seu maior sabotador, assim como é fundamental que o técnico potencie este envolvimento e esteja atento às diferentes sabotagens: da parte do cliente e/ou mesmo da sua parte;

- o cliente como sobrevivente (Nelson in Pinto, 1998: 267) – ao contrário da vítima, o sobrevivente é percebido como sujeito activo, com capacidade de resistência face às adversidades, apresenta formas operacionais de lidar com as dificuldades e com as mudanças na sua vida. Ao contrário da vítima, tem recursos e possibilidades. A vítima é entendida como um ser impotente, digno de pena e caridade que espera pela acção dos outros para se restabelecer e que permanece muitas das vezes imobilizada pela auto-comiseração: é um objecto da acção dos outros.

4. Comunidade – outro conceito associado ao de empowerment, que segundo Ander-Egg (in Pinto, 1998: 268)

é um conjunto organizado de pessoas que se percebem como unidade social, cujos membros participam de alguma acção, interesse, elemento, objectivo ou função, com consciência de pertença, situados numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas interacciona mais intensamente entre si que noutros contextos.

As comunidades podem funcionar como meios de risco ou como potenciadores do empowerment, sendo que, um ambiente propiciador à participação dos seus membros, apresenta fortes redes de apoio e maior solidariedade (Saleebby in Pinto 1998: 268)

5. Sinergia – A abordagem de empowerment assenta em relacionamentos sinérgicos, ou seja, um indivíduo não conseguirá alterar sozinho situações e estruturas discriminatórias e opressivas, mas quantos mais indivíduos se unirem e agirem concertadamente, maiores serão as possibilidades de poderem em conjunto produzir algum efeito de mudança consistente. Mesmo perante um processo de empowerment individual, este indivíduo é sempre inserido num contexto social mais alargado. Não se consegue empowerment individual sem ligação ao mesmo processo com outros indivíduos.

Face ao exposto e procurando sistematizar ideias fundamentais e inerentes a uma prática de empowerment, temos:

1. O modelo de actuação de empowerment, apresentado por Rose e Black (Payne in Pinto, 1998: 272) – trata-se de um modelo circular, composto por duas grandes fases:

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Figura 1.1. Modelo de actuação de empowerment

Fase	Processo
Inicial	Colocação de limites e posicionamento do problema. Identificação de opções de acção
Prática de advocacy e empowerment	<ul style="list-style-type: none">- Compreensão e aceitação- Tematização- Problematização- Anomia – o que Freire 1975 chamou de “medo da liberdade”- Análise das consequências da acção- Escolha- Acção- Avaliação- Compreensão e Aceitação

Este modelo é fortemente influenciado pela “conscientização” de Paulo Freire. Assenta numa relação dialógica, sustentada pela confiança e empatia entre cliente e profissional, e na qual se dá a validação do cliente, da sua dignidade, protagonismo e capacidade de auto-expressão.

Num modelo desta natureza o técnico deve apresentar-se como um recurso do cliente, desempenhando papéis, que vão desde a função de mobilizador de recursos e energias; à de facilitador, treinador e formador, de competências e de capacidades; municiador da auto-estima e do auto-conhecimento do cliente; advogado dos interesses do cliente; à de organizador e planificador de intervenções; gestor e administrador de acções de intervenção; consultor de recursos e de investigador da realidade social.

1.3.7.2. Trabalho em Parceria

O livro, *Entre Parceria e Partenariado* (1998), possui dois prefácios. O primeiro de Alfredo Bruto da Costa, que ao falar do fenómeno da pobreza e da exclusão social, refere que qualquer acção que se queira eficaz tem que ser obrigatoriamente interdisciplinar e interinstitucional, logo

a parceria surge, acima de tudo, como uma exigência da natureza do problema (...) São chamadas a construir e executar o projecto todas as áreas científicas (disciplinas) e todas as instituições que têm algum contributo a dar para a resolução do problema. Costumo dizer que a parceria é a expressão institucional do carácter multidimensional dos problemas.

O segundo prefácio é da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho, que, a dado momento, refere que “um dos processos de potenciar as competências, saberes e recursos destes actores-chave que tem tido mais impacte e disseminação, particularmente, em alguns estados membros, é o recurso a partenariados (parcerias).”

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Sem pretender aprofundar demasiado a discussão, parece poder afirmar-se que parceria e parceria são sinónimos, no entanto, Bruto da Costa, sociólogo especializado no tema da pobreza e da exclusão social utilizou o termo parceria, enquanto um processo, uma estratégia, para intervenção num determinado problema, enquanto que a Fundação aplicou em primeiro lugar a expressão parceriados enquanto via de disseminação de competências, saberes e recursos.

Decorrente da crescente utilização do modelo do parceriados, a Fundação Europeia, decidiu promover, em 1994, um programa de investigação transnacional, procurando desenvolver conhecimento sobre os parceriados locais, da qual resultou o livro *Entre Parceria e Parceriados*.

O termo “parceriados” surgiu em Portugal, sobretudo, através dos programas europeus, pelo que seja entendido como cooperação entre parceiros de diferentes países

Por outro lado o parceriados como cooperação mais informal entre pessoas/entidades com os mesmos objectivos e interesses comuns, no sentido de promover projectos locais de desenvolvimento tomou forma em Portugal nos anos 60, com o nome “parceria”. Os trabalhos conduzidos por Manuela Silva, envolvendo a promoção do Desenvolvimento Comunitário, retratam este tipo de cooperação. Em causa estava a construção de uma lógica alternativa ao modelo de desenvolvimento entendido como crescimento económico.

Manuela Silva promoveu a noção de desenvolvimento como actividade multidisciplinar, baseada em projectos experimentais, constituindo a participação e a cooperação a filosofia de trabalho. A ideia central baseava-se na identificação de líderes locais, entendidos como potenciais catalisadores da mudança, encorajando tais agentes e a população local a desenvolver as suas próprias iniciativas

No contexto do período de 1974-75 e fazendo parte da convicção de que as raízes sociais melhor se encontrariam a nível local e como parte de uma nova concepção política baseada na cultura de associação e parceria, Alberto Melo, director-geral da Educação Permanente, promoveu parceriados entre departamentos governamentais e associações locais independentes.

Se o parceriados enquanto parceria foi a lógica dominante na década de 70, gradualmente e, sobretudo em 1986, com a entrada de Portugal na CEE, a parceria enquanto parceriados veio a tornar-se hegemónico durante os anos 80. O aparecimento de programas que obrigavam que a noção de parceriados estivesse presente desde a fase de concepção das candidaturas, conduziu a uma actividade intensa de procura de parceiros.

Rodrigues e Stoer (1998: 37), com base na investigação realizada a pedido da Fundação Europeia, referem que

a análise efectuada permitiu identificar dois modelos de parceriados para a realidade portuguesa: o “parceriados” e a “parceria”. Numa combinação que designamos por oscilação dinâmica...” Separadamente, cada um dos modelos, revela-se incompleto:

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

- o “parterariado”, porque apresenta uma estrutura organizacional que é excessivamente formal, ao ponto de ser, em certos casos uma concepção imposta, por parte do governo central ou por parte de programas patrocinados e financiados pela UE;

- a “parceria”, porque apresenta uma orgânica que é basicamente informal, que por vezes os parceiros dificilmente se distinguem dos “colegas” e “amigos”, reproduzindo um efeito de homogeneização que questiona a noção de parterariado enquanto “coligação de interesses” e “compromisso de um conjunto de parceiros em torno de uma agenda comum.

Em ambos os modelos, a operacionalização do conceito de parterariado, promove um programa de acção multidimensional, em que o objectivo comum inclui um programa para “combater a exclusão social e promover a coesão social”.

Os programas assentes em políticas e recursos da UE promoveram sobretudo o modelo de parterariado, onde se verifica uma referência directa à luta contra a exclusão social. Por outro lado, o modelo de “parceria”, como parte da sua natureza específica, materializou-se, especialmente, em processos de desenvolvimento local integrado, onde a exclusão social é perspectivada como parte integrante de um processo de desenvolvimento baseado na participação local e na responsabilização de forças sociais e económicas locais.

Como refere Giddens (in Rodrigues e Stoer 1998: 15), “numa época da “destradicionalização das sociedades”, ou “modernização reflexiva” (nas palavras dos autores Beck, Giddens e Lash in Rodrigues e Stoer 1998: 15), o surgimento de uma preocupação com o conceito de parterariado parece relacionar-se com a procura de novas formas de solidariedade num clima mundial de globalização. Assim, pode defender-se que o parterariado se desenvolve como elemento importante da formação de consenso ao nível mundial, como parte da emergência de uma nova ordem global.

Roque Amaro¹⁸, definiu “trabalho em parceria” como um processo de acção conjunta entre diferentes entidades (serviços públicos desconcentrados, autarquia, sindicatos, associações, grupos formais e informais, empresas), que actuam no mesmo território, que a partir de um diagnóstico partilhado (partilha de olhares – avaliação ex-ante), definem, em conjunto, os objectivos dessa acção conjunta, planeiam e organizam as acções, partilham os recursos necessários para as acções e actividades, definem e repartem as tarefas inerentes à sua execução, coordenam conjuntamente e avaliam colectivamente, de forma partilhada, esse processo – avaliação “on going” e ex-post.

O “trabalho em parceria”, é uma dimensão fundamental do desenvolvimento local, através do qual se consubstancia a abordagem de empowerment individual e colectivo, funcionando, simultaneamente, como recurso e como o contexto, que permite a concretização do processo de empowerment, assim como confere ao processo de desenvolvimento local a perspectiva integrada das acções e a diversidade de processos, protagonistas e resultados.

¹⁸ Aulas de mestrado em DDLDM

CAPITULO II. (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL, POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Muito apropriadamente, Yunus (1998) afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação. O enfrentamento e a superação da pobreza têm sido a tónica do desenvolvimento

2.1. Ponto prévio

Fabrizio Barca, Director-Geral no Ministério das Finanças e da Economia de Itália, apresentou em Bruxelas a 27 de Abril de 2009, o “Relatório Barca – Uma agenda para a reforma política da coesão”. Trata-se de um documento desenvolvido de forma independente da Comissão Europeia, e, é, talvez, o documento mais completo até à data, quanto a uma análise racional da política de coesão e das mudanças de direcção a imprimir no ciclo de programação para os anos 2014/2020, bem como a motivação para uma estratégia de crescimento, ancorada no desenvolvimento local.

Fabrizio Barca refere que “existem boas razões, fundamentadas em teoria económica e interpretação política do actual estado da UE, para esta reservar uma boa parte do seu orçamento para o fornecimento de bens públicos Europeus, através de uma estratégia de desenvolvimento local orientada para objectivos sociais e económicos.”¹⁹

Porém, e como refere Henriques (2009), a emergência dessa iniciativa local poderá não ser espontânea e o sentido da acção a favor do desenvolvimento local poderá não ser claro. O mundo confronta-se com uma profunda e acelerada transformação político-económica, uma transição em que simultaneamente se acentuam processos de globalização e de localização com implicações potencialmente negativas e positivas. Perspectivas muito diversificadas sobre o sentido dessa transformação concorrem para reforçar a inibição da iniciativa dos agentes sociais locais na constituição de formas de acção colectiva, quer orientadas para a “prevenção” e “mitigação” desses problemas,

A “inovação social”, surge como necessária e urgente quer para o aperfeiçoamento e adequação das políticas públicas, quer para a capacitação individual e colectiva na resposta das comunidades aos problemas.

É neste sentido que a OCDE introduz a noção de inovação social:

De acordo com esta organização ocorre inovação social quando novos mecanismos e novas normas contribuem para consolidar e melhorar o bem-estar dos indivíduos, comunidades e territórios em termos de inclusão social, criação de emprego e qualidade de vida. Assim a “inovação social” procura responder a

¹⁹ <http://pt.scribd.com/doc/50888454/RELATORIO-BARCA>

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

novas necessidades não satisfeitas pelo mercado, podendo envolver aspectos conceptuais, organizacionais e de relação entre as comunidades e respectivos territórios” (Henriques, 2009: 187-210)

Mas quando se fala de pobreza e de exclusão social, está-se a falar propriamente de quê?

2.2. Pobreza e a subcultura da pobreza

Distintos e simultaneamente complementares, os dois conceitos visam traduzir um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos detêm comparativamente a um padrão, definido em termos da satisfação de determinadas necessidades consideradas básicas, ou relativamente a um padrão social dominante de bem-estar.

O conceito de pobreza é o mais antigo, tendo sido associado, durante bastante tempo a insuficiência de rendimentos e/ou de consumos (bem-estar material), tendo posteriormente evoluído, em função do melhor conhecimento das suas manifestações nas sociedades actuais.

Conceito indefinível no imediato, é um elemento de descrição categorial da realidade que respeita, simultaneamente, aos valores e representações dos indivíduos e aos processos de categorização com que os variados tipos de cientistas sociais procuram descrever a realidade. Trata-se, pois, de um conceito polissémico que compreende os mais diversos fenómenos.

Carmo (2007: 131), para descrever o fenómeno multifacetado da pobreza, apresenta uma sistematização dos conceitos, agrupando-os em dois conjuntos, “não exclusivos”:

- 1. Pobreza como carência** – comporta seis conceitos de pobreza, tratados por Costa (1984), os quais apresentam como aspectos comuns a carência, “seja de acesso a recursos como alimentação, habitação, dinheiro; seja de acesso a possibilidades de valorização das pessoas”

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Figura nº.2.1. Pobreza como carência

Conceito	Critério	Descrição	Situações
Pobreza absoluta	Rendimento ®	Grupos ou pessoas portadoras de um rendimento abaixo do qual não podem fazer despesa mínima necessária à manutenção da vida. Distingue-se em: P. primária (R<miniomo necessário à manutenção meramente física) e P. secundária (R<despesas primárias de habitação, transportes, etc)	-Campos de refugiados. - B. Lata, favelas muceques, etc.
Pobreza relativa	Espaço (cultural) e Tempo (histórico)	Representação social da pobreza numa dada cultura e num dado momento histórico	Ser pobre em Portugal, hoje, é diferente de o ser há 30 anos, e de o ser, hoje, na Dinamarca ou em Angola.
Pobreza subjectiva	Auto-Imagem	Representação da pobreza feita pelo próprio, de acordo com a sua experiência existencial de luta pela sobrevivência.	O mesmo R tem diferentes significados e usos para os velhos pobres ou para os novos pobres.
Pobreza convencional	Norma	Ex.: considerar-se pobre aquele que tiver um $R > X$	Atribuição do Rendimento Social de Inserção
Pobreza total/parcial	Extensão da carência	Total: carece de todo o tipo de recursos Parcial: carece de alguns recursos	-Famílias multi-carênciadas -Famílias com carências delimitadas
Pobreza Permanente/ temporária	Duração	Permanente: de longa duração Temporária: situação conjuntural ou de curta duração	- desempregados há mais de 1 ano - desempregados recentes

Fonte: Bruto da Costa, A., 1984

2. **Pobreza como presença** – Como refere Carmo, 2007: 133), Oscar Lewis²⁰, ao estudar as comunidades pobres do sul dos Estados Unidos e do México, apercebeu-se que a pobreza tem tendência a desenvolver-se em sociedades que apresentam como características:

- fortes assimetrias na qualidade de vida dos vários estratos sociais(...);
- dualismo económico, ocasionado pela tensão entre sistemas de economia monetária, voltada para o lucro, em confronto com sistemas de economia de subsistência, com ocorrência de elevadas taxas de desemprego e subemprego;
- participação cívica socialmente desestimulada;
- existência de valores dominantes que estimulam a acumulação de riqueza, favorecem o status económico e interpretam a pobreza como um fracasso pessoal.

O aprofundamento das suas investigações, permitiu-lhe concluir acerca de uma subcultura da pobreza²¹, alicerçada em quatro categorias: “a relação da comunidade com o meio envolvente; a dinâmica intra-comunitária; as características da família; as características individuais”, alicerçadas em 57 elementos.

Carmo (2007: 135), para além de fazer referência à riqueza e ao elevado número de pormenores constantes na matriz de Lewis, a partir dos quais é possível concluir

²⁰ Carmo (2007: 132) “um importante contributo para esta perspectiva do problema foi dada pelo antropólogo norte americano Oscar Lewis”

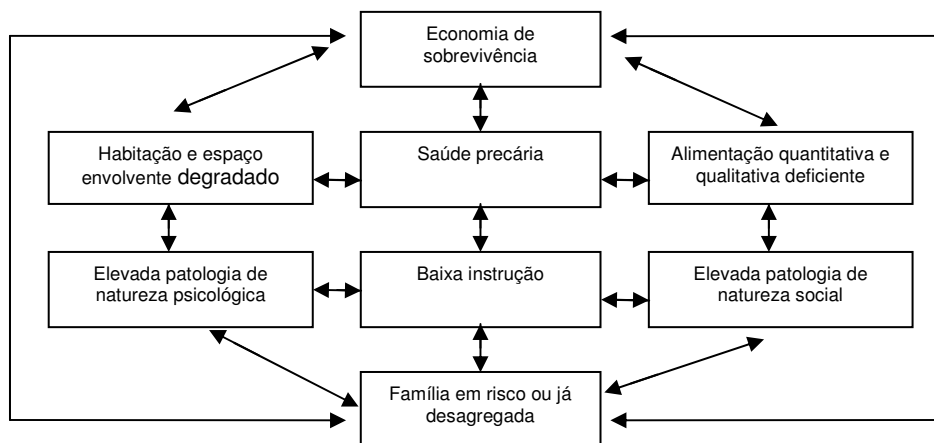
²¹ Carmo, (2007: 133), cit in Carmo (1998, p.12) “entende-se por subcultura um subsistema de uma cultura contextual, dotada de uma identidade própria.”

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

que a condição de pobreza para além de querer significar estar numa condição de falta de recursos também sublinha um determinado estilo de vida, com padrões de comportamento próprios, directamente ligados a estratégias de sobrevivência para fazer face à situação de carência.

propõe um modelo integrador da cultura da pobreza, assente em oito aspectos, respondendo assim à principal crítica apresentada ao modelo de Lewis - o elevado número de indicadores:

Figura nº. 2.2. Modelo integrador da cultura da pobreza)



Fonte: Carmo 1993: 325

Continuando com Carmo (1993 in Carmo 2007: 136), verifica-se que a “economia de sobrevivência”, surge como o primeiro indicador da subcultura da pobreza, estando associado, directamente a situações de desemprego, subemprego, salários muito baixos, em que o quotidiano das famílias é caracterizado pela procura de rendimentos suficientes para sobreviver.

A questão da habitação surge como a segunda característica, marcada pela degradação das zonas onde vivem e pela degradação da própria habitação, em que “o exíguo espaço habitacional, cria condições de amontoamento e de falta de intimidade”. A saúde precária e as carências alimentares, constituem mais duas características desta população. A primeira traduzida nas taxas de morbilidade e de mortalidade de crianças com menos de cinco anos, superiores às verificadas na região e a segunda na alimentação deficiente, quer em termos de qualidade, quer de quantidade dos alimentos. “Lewis (...) observava como traço típico (...) a ausência de despensas, uma vez que é comum não haver reservas alimentares em casa”.

Os baixos níveis de instrução e de formação profissional, surgem também como um traço típico, com implicações imediatas no rendimento dos agregados e com implicações mediatas sobre a reprodução das situações de pobreza.

Como corolário, e parte integrante deste quadro associado à subcultura da pobreza, “registam-se, nestas comunidades, índices elevados de patologia psicológica e de problemas sociais de comportamento desviado (alcooolismo, toxicodependência, prostituição, etc)”.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Como é possível constatar, o conceito de pobreza tem vindo a alargar-se, centrando-se actualmente na ausência de recursos, considerados estes numa perspectiva multidimensional, incluindo os de natureza económica, social, cultural, política e ambiental.

Neste alinhamento encontramos a definição de pobreza adoptada desde 1984 na União Europeia:

Por pobres devem entender-se as pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida minimamente aceitável do Estado-membro onde residem (Decisão do Conselho, de 19 de Dezembro de 1984).

Sem pretender alargar as considerações acerca do conceito de pobreza, é de salientar que, falar de pobreza em geral é assumir um conceito que coloca o ónus da desigualdade nos indivíduos. Quer dizer, este conceito acaba por ocultar o facto das desigualdades sociais se iniciarem e perpetuarem através de processos sociais que, em boa parte, escapam ao controlo dos indivíduos que por eles são afectados.

Assim, o conceito de desigualdade não se preocupa com o modo como as parcelas que cabem a cada unidade se traduzem em níveis de vida e estilos de vida. Desigualdade mínima pode coexistir com pobreza máxima (situação em que todos são igualmente pobres). A pobreza, pelo contrário, define-se, primariamente, com referência a níveis e condições de vida. Seja qual for o conceito adoptado para defini-la – absoluto, relativo ou subjectivo -, a pobreza preocupa-se com as condições que têm que ser satisfeitas, ou os recursos necessários, para se ter acesso a um dado padrão de vida. Por outro lado a noção de pobreza assume a existência de um limiar, abaixo do qual os recursos significam pobreza.” (Costa, 2008: 53)

2.3. Do conceito de exclusão social ao de desafiliação e desqualificação social

Como tem vindo a ser referido, a globalização, para além de outros factores, está na origem do aparecimento de novas formas de manifestação do fenómeno da pobreza. O contexto actual de incerteza e mobilidade produz um universo de vulnerabilidade, dado que a sociedade se constitui como um contexto de permanentes e continuas provas e avaliações a que os indivíduos estão sujeitos. Esta nova pobreza não se reduz à escassez de recursos materiais, traduzindo-se, sobretudo, pela não participação no padrão de vida dominante devido a factores como a escolaridade, a idade, a falta de afectos, o domínio das novas tecnologias e a integração no vasto mundo da informação cibernética.

É neste contexto de extrema incerteza que Estivill (2003) refere que a proposta de Gaulejac e de Taboada, adquire importância analítica: o crescimento do número de sujeitos excluídos deve ser entendido à luz das rupturas operadas em três dimensões centrais da vida em sociedade:

- **Dimensão económica** – refere-se à inserção e participação social através de actividades ligadas à esfera produtiva, tais como o trabalho e os recursos materiais. O trabalho é o elemento central no processo de construção de identidades sociais;

- **Dimensão social**, que implica a integração em grupos primários e na sociedade em geral. Segundo os autores, a integração faz-se através dos laços sociais horizontais – grupos primários, como a família, os vizinhos, amigos, associações – e laços sociais verticais, sustentando a relação

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

entre os indivíduos e a sociedade em que vivem, através das instituições que asseguram a socialização dos indivíduos.

- **Dimensão simbólica** – refere-se ao sistema de normas e valores e às representações colectivas. A “fuga à norma” implica que o indivíduo seja objecto de exclusão simbólica, olhado como um sujeito sem valor ou utilidade social.

É neste contexto mais amplo que o conceito de **exclusão social** ganha importância, relativamente à definição de pobreza, como aliás se viu na própria evolução desta.

A exclusão social significa fundamentalmente desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político. Reflecte-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária, e implica o que Robert Castel chama de «desafiliação» em relação à sociedade, ou seja, o não reconhecimento do lugar na sociedade.

A este respeito de salientar que Castel (1997) sugere a utilização dos conceitos precarização, vulnerabilidade, marginalização em vez de exclusão. No seu artigo “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desafiliação”, o autor adverte que essas situações marginais têm origem no processo de afastamento em relação ao trabalho e à inserção social. Nesse duplo processo de “desligamento” podemos distinguir três formas de degradação que agrupadas originam três zonas: zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional), zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e zona de desafiliação (ausência de trabalho e isolamento relacional). Castel, distingue ainda uma quarta: a zona de assistência, na qual se insere o tratamento, de natureza essencialmente paliativa que é dado aos indigentes inválidos.

O cruzamento destas dimensões define “quatro modalidades de existência social” segundo um continuo que vai do pólo da autonomia ao pólo da dependência, da estabilidade ao pólo da turbulência máxima.

Paugam (2003), apresenta uma outra perspectiva sobre a exclusão social. As suas investigações centram-se, no que designa, por “nova pobreza”, conceito que abrange os desempregados de longa duração, que vão sendo expulsos do mercado de trabalho e os jovens em busca de uma oportunidade para entrarem nesse mesmo mercado. Trata-se de um fenómeno decorrente de um conjunto de mudanças simultâneas, especialmente ligadas à degradação do mercado de trabalho, que provoca a multiplicação de empregos instáveis e o crescimento do desemprego de longa duração, paralelamente ao enfraquecimento dos laços sociais, cujos principais sintomas são o aumento das rupturas conjugais, o declínio das solidariedades de classe e de proximidade e a mudança de habitação para zonas mais “degradadas”.

Paugam, parte do conceito de “desqualificação social”. Trata-se de um conceito dinâmico, que implica mobilidade, sendo por isso um processo, constituído por fases encadeadas, que se inicia na

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

“fragilidade”, passa pela “dependência” e termina na “ruptura”. A cada um destes momentos correspondem, respectivamente, “população frágil”, “população assistida” e “população marginal”.

Na condição de frágil, o desempregado, mantém a esperança de encontrar um emprego e de retomar o seu modo de vida anterior. Permanecendo algum tempo nessa situação e, face à inexistência de outras soluções, é obrigado a recorrer aos serviços de acção social. Aceitar a dependência destes apoios significa manter relações regulares com estes serviços. Nas suas investigações, o autor, constatou que as pessoas em situação de fragilidade e em busca de um emprego no início da pesquisa, declararam um ano mais tarde, apresentarem problemas de saúde que as impediam de trabalhar. A degradação da saúde “marca” a entrada na fase da dependência, onde a personalidade se transforma rapidamente. Inicia-se nesse momento a aprendizagem de papéis sociais que correspondem às expectativas dos trabalhadores sociais, bem como a utilização da racionalização em relação à assistência recebida. Esta fase denota uma certa integração, no sistema, que permite a conservação dos laços sociais. Todavia, o status de assistido faz aparecer, frequentemente, uma série de insatisfações, já que a renda decorrente da assistência é insuficiente para cobrir todas as despesas quotidianas. Isso equivale a dizer que a dependência é socialmente desvalorizada, permitindo somente evitar a miséria extrema.

Quanto à ruptura, a última fase do processos de desqualificação social, Paugam afirma que aqueles que a vivem colecionam um conjunto de desvantagens, tais como expulsão do mercado de trabalho, problemas de saúde, perda do domicílio, perda de contactos com a família, etc. Traduz-se numa série acumulada de fracassos, que conduz a uma forte marginalização, cujo sentimento é de inutilidade e a de perda do sentido das suas vidas. Para os trabalhadores sociais, que procuram concretizar a reinserção, o maior obstáculo com que deparam é o álcool e a droga.

Para o autor, a desqualificação social, acontece quando se verifica um alto nível de desenvolvimento económico, associado a uma forte degradação do mercado de trabalho, uma forte degradação dos vínculos sociais, onde a solidariedade cede e dá lugar ao individualismo e uma inadaptação os modelos de intervenção social.

Comparando a posição teórica de Paugam e de Castel, verifica que em Castel a degradação da condição salarial é responsável pela desafiliação social, enquanto que para Paugam a inserção social é o instrumento através do qual se recupera uma certa dignidade para aqueles que são vítimas de tais processos. A dependência decorrente da assistência oferecida aos indivíduos tem uma função de regulação social.

Costa (2008), que define pobreza como a situação de privação resultante de falta de recursos, considera que um indivíduo que viva com falta de recursos não está inserido nos modos usuais de obtenção de recursos, pela via do trabalho, pensões ou rendimentos. Logo, vive arredado do mercado de trabalho, da sua comunidade, podendo ser considerado excluído. É neste sentido que o sociólogo

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

afirma que “não existe pobreza sem exclusão social”. Já o inverso é possível (idosos e minorias étnicas).

Assim, o conceito de exclusão social é mais abrangente do que a noção de pobreza. Trata-se de um fenómeno complexo e heterogéneo,

que permite falar de exclusões sociais ou de diversos tipos de exclusão: económica, social, cultural, de origem patológica, entre outras. Apresenta um forte carácter relacional, pelo que, e considerando que as relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar das populações, a sua quebra resulta numa forma de não participação na sociedade, ou seja, de «não lugar» face às oportunidades oferecidas por esta” (Amaro, 2003:18)

Tanto a pobreza como a exclusão social resultam, acima de tudo, da interacção e convergência de diversas desvantagens sociais que não podem ser explicadas isoladamente e que estão relacionadas com encadeamentos biográficos ligados a mecanismos estruturais, que podem sempre dar lugar a outros encadeamentos apoiados noutros mecanismos. Trata-se de um duplo processo (estrutural e biográfico):

- ligados à sociedade, mais global ou mais próxima (âmbito macro e meso) - ausência de oportunidades e de respostas por parte daquela, impedindo indivíduos e grupos sociais de lhes acederem ficando desse modo privados do padrão de vida dominante e/ou em situação de desvinculação social;

- ligados às histórias pessoais e familiares concretas (âmbito micro) - fragilidade e/ou desaproveitamento das capacidades e das competências dos indivíduos, que assim não têm recursos suficientes para participar plenamente na sociedade (Amaro, 2003: 24).

Assim as manifestações da pobreza e da exclusão social dependem do modo como as diversas categorias sociais sofrem os efeitos dos processos de exclusão e das estratégias que seguem para lhes fazer frente.

Em 1995, o Comité Económico e Social das Comunidades Europeias definiu o desenvolvimento local como um processo de reactivação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento óptimo dos recursos endógenos, procurando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Trata-se de uma definição que encerra uma lógica essencialmente economicista, virada para a geração de emprego e de renda. É certo que o desenvolvimento local não constitui a saída milagrosa para o problema do desemprego, mas a conjugação dos diferentes factores que integra, confere-lhe a perspectiva e a capacidade de enfrentar este e outros problemas socioeconómicos graves, que ocorrem em quase todo o mundo, pelo que, actualmente, grande parte dos programas existentes encerram em si esta dinâmica

CAPITULO III. INSERÇÃO PROFISSIONAL

3.1. Introdução ao conceito de inserção profissional

Do ponto de vista do debate teórico, a problemática da inserção profissional respeita a um fenómeno novo, a um quadro de construção teórica relativamente recente e a um conjunto de desafios e obstáculos que atravessam o desenvolvimento da sociedade e os percursos dos indivíduos, sendo que quer a emergência do conceito, quer a sua evolução são indissociáveis do contexto económico, social e profissional em que ocorrem.

Segundo Alves, 2003, a dissociação de espaços da existência: espaços formação, vida e trabalho, ocorre no século XIX, fruto da Revolução Industrial enquanto factor de pressão para a existência de uma cultura mínima comum que facilitasse a integração dos trabalhadores nas novas organizações de trabalho industrial e da implantação do Estados-Nação. A escola foi utilizada como um instrumento para promover identidade nacional, traduzindo-se numa alteração dos modos de vida da maior parte da população. A reprodução da força de trabalho deixou de se operar no quadro da pequena unidade familiar. Simultaneamente coexistiram duas tendências de mudança social que conduziram à construção das sociedades modernas: 1. a generalização da actividade profissional, nomeadamente a extensão do assalariamento, que fez com que a reprodução e utilização da força de trabalho ocorresse em espaços extra - familiares e distintos uns dos outros. É assim que ganha sentido o espaço profissional como espaço de pertença e, portanto, a noção de identidade profissional distinta da identidade familiar; 2. a expansão da escolarização, a qual ocorreu por impulso do Iluminismo do século XVIII e resultou, primeiramente nos países mais industrializados, no desenvolvimento de sistemas educativos institucionalizados, pressupondo um determinado número de anos de escolaridade obrigatória.

Segundo Dubar (2001), é a dissociação entre espaço de educação e espaço de trabalho, que leva à separação entre vida privada e vida profissional, constituindo uma das grandes rupturas históricas que marcam a emergência da inserção profissional enquanto objecto de atenção social e científica.

A outra grande ruptura histórica, esta mais recente, consiste na dissociação entre conclusão dos estudos e obtenção de um emprego, ou seja, a posse de um diploma não assegura, de forma quase automática, a entrada num emprego de nível correspondente ao do diploma.

Sem a pretensão de desenvolver todas as teorizações sobre a matéria, apresenta-se de seguida um conjunto de abordagens da inserção profissional, que parecem mais pertinentes do ponto de vista científico e de aproximação ao objecto de estudo. Para trás, vão ficar as designadas abordagens

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

tradicionais²² da inserção profissional (teoria do Capital Humano; teorias do Sinal e do Filtro, as teorias sobre o mercado de trabalho - teoria da Segmentação, teoria da Regulação e Abordagem do Sistema de Emprego).

As diferentes teorizações e o progressivo reconhecimento da heterogeneidade de factores intervenientes na relação entre educação e trabalho/emprego, traduz-se numa complexificação crescente do modo como se compreende a inserção profissional. Deixa de ser entendida simplesmente como um momento em que se articulam diplomas e postos de trabalho, para passar a ser percebida como um processo multidimensional que envolve um conjunto de actores e factores diversificados, não sendo simplesmente o resultado de opções individuais que têm por base uma racionalidade económica.

3.2. A inserção profissional enquanto processo

As dificuldades de emprego (desemprego e/ou precarização do emprego) começaram a sentir-se com maior intensidade a partir dos anos 80 do século passado, levando a pôr em causa a noção de inserção profissional como um percurso sequencial entre educação e trabalho/emprego, em que quanto mais elevado o nível da educação/formação inicial melhor seria o emprego obtido. A noção de inserção profissional torna-se objecto de debate social e teórico.

Os autores Olivier Galland, José Rose e Michel Vernières, constituem referências significativas nesta nova abordagem, que tem em comum a percepção da inserção profissional como um processo condicionado, por um lado, pela alteração dos modelos de entrada na vida adulta (caso da perspectiva de Galland), por outro, pelas políticas e estratégias de empresas e do Estado (caso da abordagem de Rose) e, por outro lado ainda, pelos empregadores e respectivos modos de gestão da mão-de-obra bem como pela relação do indivíduo com o emprego (caso da análise de Vernières),.

3.2.1. Entrada na vida adulta e inserção profissional

Na abordagem de Olivier Galland, a inserção profissional é um dos acontecimentos da entrada na vida adulta que coexiste com a saída do sistema educativo, com a partida da família de origem, com o estabelecimento de relações matrimoniais e com a constituição de uma nova família (Galland in Alves, 2003: 167). A inserção profissional é uma componente, entre outras, do processo de entrada na vida adulta.

Os vários acontecimentos que marcam a entrada na vida adulta foram durante muito tempo quase simultâneos, mas, actualmente, estão longe de coincidir. Assim, considera que se assiste à passagem de um “modelo de instalação”, em que a entrada na vida adulta é marcada pela ocorrência

²² O termo “tradicionais”, reporta a cerca de 50 anos atrás, pois as questões das relações entre educação e trabalho/emprego assumem uma visibilidade social e científica desde os meados do século XX, sobretudo a partir do período que se segue à Segunda Grande Guerra Mundial.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

em simultâneo de diferentes acontecimentos: início da vida profissional, casamento e partida da família de origem - para um “modelo de experimentação” - modo progressivo de acesso à vida adulta, em que os acontecimentos referidos não ocorrem necessariamente em simultâneo. (Galland in Alves, 2003: 167).

Neste contexto, o autor identifica duas tendências contraditórias: os jovens que cada vez mais cedo deixam a família de origem e os jovens que retardam esse momento por dificuldades de estabilização no plano profissional. Trata-se, afinal, de sublinhar que as decisões dos jovens, na fase de inserção profissional, podem ser influenciadas pelas suas responsabilidades familiares e/ou pelo percurso escolar e profissional, salientando, ainda, que variam consoante o sexo e a origem social.

Para Galland, a inserção profissional constitui um percurso individual de entrada na vida adulta, tendo em conta outros acontecimentos da vida do sujeito, intrinsecamente ligados à inserção profissional e que a condicionam, evidenciando a necessidade de ter em conta as características específicas do percurso de cada jovem e os seus modos de entrada na vida adulta na análise da inserção profissional.

3.2.2. - A “transição profissional”

Para José Rose, a inserção profissional deve ser percebida como um processo de transições profissionais, cada vez mais longo, complexo e relativamente autónomo com períodos de formação e emprego. A utilização desta perspectiva pretende romper com explicações que evocam as responsabilidades individuais na análise da inserção, sublinhando o seu processo de institucionalização crescente e o carácter socialmente estruturado.

O autor, desenvolve uma abordagem mais estrutural centrada nas políticas e estratégias dos actores (Estado e empresas), conferindo uma importância primordial ao carácter socialmente organizado do processo de inserção e atribuindo menor relevo à análise do fenómeno enquanto trajectória individual.

Para Rose (in Alves 2003: 168), importa distinguir dois momentos na problematização da “transição profissional”, correspondendo um deles ao início dos anos 80 e o outro a meados dos anos 90. No primeiro caso, tratava-se de colocar a ênfase na articulação entre condições de produção de qualificações, de gestão de mobilidades e de transformação do sistema de remunerações, bem como no papel dos actores, designadamente as empresas e o Estado. No segundo momento, reconhece-se que se tem assistido a uma grande diversificação das formas e ritmos de transição profissional, das modalidades de organização dessa fase e das trajectórias e comportamentos dos protagonistas desses processos, ao mesmo tempo que se verifica a expansão do desemprego e da precarização de emprego, assumindo o Estado uma intervenção crescente neste domínio.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Assim, a inserção profissional deve ser entendida como um processo, vivenciado por um número crescente de pessoas, que engloba estados de formação, emprego e desemprego, não podendo ser ignoradas as suas dimensões institucionais e o seu carácter socialmente estruturado.

Porém, no desenvolvimento desta perspectiva, Rose não tem em consideração as características e estratégias individuais que podem influenciar a inserção profissional, entendendo esta como o resultado, quer de políticas e estratégias das empresas e do Estado, quer como expressão de fenómenos estruturais de aumento do desemprego e da precarização do emprego.

3.2.3. Inserção e re-inserção profissional”

Para Michel Vernières, a inserção profissional é vista como um processo através do qual os indivíduos que nunca pertenceram à população activa acedem a uma “posição estabilizada” no sistema de emprego. O termo “inserção” aplica-se àqueles que nunca pertenceram à população activa, reservando-se o termo “re – inserção” para os trabalhadores que já têm alguma experiência profissional e que voltam a entrar na população activa após um período de interrupção.

Na perspectiva de Vernières, o processo de inserção profissional inicia-se quando, pela primeira vez, a pessoa realiza uma actividade produtiva ou a procura, sendo o final do processo delimitado com base na obtenção de um emprego estável, o que não significa obrigatoriamente um emprego com um contrato a tempo indeterminado, mas sim uma atitude perante o emprego que se traduz na capacidade do indivíduo se manter empregado, mesmo que seja através de uma sequência continuada de contratos.

Para este autor é essencial considerar, na análise da inserção, elementos como o Estado e os empregadores em geral, com os seus respectivos modos de gestão da mão-de-obra, bem como a relação de cada indivíduo com o seu emprego. De facto, Vernières considera que o processo de inserção profissional engloba estados de aprendizagem, emprego e desemprego.

As dificuldades de inserção explicam-se, assim, principalmente pelos modos de gestão da mão-de-obra privilegiados pelos empregadores, pela situação geral do mercado de trabalho, bem como pela área, natureza e nível da formação do indivíduo. Nomeadamente, o autor afirma que os indicadores de inserção profissional são mais favoráveis no caso de sujeitos com níveis de escolaridade mais elevados e provenientes de formações não terciárias. Há ainda outros factores, que o autor considera secundários, a ter em conta na explicação das dificuldades de inserção, como seja o sexo, a idade e a região em que se habita (Vernières in Alves, 2003, p. 171).

A vantagem da abordagem de Vernières consiste, fundamentalmente, no facto de chamar a atenção para a importância das políticas estatais de inserção e para a relação pessoal do indivíduo com o emprego em detrimento do carácter jurídico e formal do mesmo.

3.3. A inserção profissional enquanto processo de construção pessoal e social

Mais do que enquadrar a inserção profissional nas suas condicionantes estruturais ou analisá-la como uma das dimensões da entrada na vida adulta, as abordagens teóricas que em seguida se apresentam correspondem a tentativas de problematizar a noção de inserção profissional enquanto processo de construção pessoal e social na fase de passagem do espaço da educação para o espaço do emprego. Trata-se de um conjunto de perspectivas em que a relação directa e mecânica entre educação e trabalho/emprego não é aceite como pressuposto, estando subjacente a preocupação em desocultar as lógicas, mecanismos e objectivos do período de inserção profissional.

3.3.1. A inserção profissional e o projecto de vida do indivíduo

A perspectiva de Vincens

No seu trabalho de problematização da noção de inserção profissional de início dos anos 80, Jean Vincens demarca-se das abordagens economistas baseadas em inquéritos quantitativos limitados à recolha de factos, procurando explorar a ideia de que o processo de inserção é individual e tem subjacente uma intenção por parte do indivíduo.

O início do período de inserção, é marcado por uma mudança na utilização do tempo, deixando a pessoa de partilhar o tempo entre lazer, estudos e trabalho não remunerado para consagrar algum tempo a um emprego remunerado ou à procura de emprego. Para assinalar o final do período de inserção, o autor afirma que o sujeito terá de cessar a utilização de tempo consagrada à procura de emprego (ou aos estudos destinados a permitir o acesso a um outro emprego), ao mesmo tempo que esse sujeito considera ter um emprego durável, pois não pensa procurar outro no futuro (Vincens in Alves, 2003, 172).

Assim, a análise da inserção não consiste apenas na descrição do percurso que separa a decisão de entrar na vida activa e a obtenção do primeiro emprego, mas estende-se até à realização do projecto profissional e de vida do indivíduo que consiste, segundo o autor, num emprego durável. A inserção profissional não é um momento instantâneo, mas sim um processo inscrito no tempo, o qual conduz à realização do projecto de vida do indivíduo.

A novidade introduzida pela problematização de Vincens é, justamente, a de equacionar a inserção profissional como um processo em que o sujeito tem uma intenção: realizar o seu projecto. Tal noção permite ter em conta o sujeito e a sua subjectividade, recusando visões segundo as quais as decisões dos indivíduos em matéria de educação e trabalho/emprego seriam orientadas apenas por avaliações da relação custo – benefício.

A limitação desta abordagem assenta na dificuldade de identificar o final do período de inserção. Se a construção de um projecto pessoal se traduz em “processus d’ajustement successifs grâce auxquels les étudiants finissent par construire un projet possible et qui soit au même temps le leur” (Dubet,

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

citado por Felouzis e Sembel, in Alves, 2003: 173), ou seja, os projectos pessoais dos sujeitos estão em constante reformulação, então quando é que se pode dar por terminada esta fase? Vincens, veio a defender que o final do período de inserção, pode ser identificado recorrendo a um dos dois pólos: o da interioridade e o da exterioridade. No primeiro caso, o investigador pergunta aos indivíduos se o termo inserção tem sentido e qual é esse sentido, o que encerra uma diversidade de definições permitindo ter em conta o sujeito e a sua subjectividade. Mas, no segundo caso, a definição do final do período de inserção é escolhida pelo investigador em função dos objectivos do seu estudo e das propriedades que ele entende dar ao estado de inserção. Vincens propõe aquilo que designa de “definição convencional de inserção profissional” (Vincens in Alves 2003: 173).

Assim, a inserção profissional corresponde à capacidade do indivíduo se manter profissionalmente activo, ainda que com interrupções e paragens no seu percurso.

A perspectiva de Trottier

Claude Trottier, parte da noção de inserção profissional tal como foi inicialmente desenvolvida por Jean Vincens e procura complementá-la num dos seus pontos mais críticos: o do comportamento racional do indivíduo que procura um emprego que esteja em relação com o seu projecto de vida. Este autor sublinha que o processo de inserção profissional é também um período complexo de socialização e de construção identitária, ao longo do qual o indivíduo vai formulando o seu projecto de vida. O autor admite que o projecto profissional e de vida do indivíduo não está definitivamente delimitado no momento em que este inicia o seu processo de inserção profissional. As dificuldades de inserção profissional advêm, para além de fenómenos estruturais como, por exemplo, o desemprego e precarização do emprego, da forma mais ou menos clara como cada sujeito define o seu projecto e identidade profissionais.

Na verdade, nem todas as pessoas têm estratégias de inserção previamente e claramente definidas. Para algumas, as decisões tomadas em matéria de inserção profissional baseiam-se num plano explícito de futuro fundamentado numa análise dos objectivos de longo prazo e dos recursos disponíveis para os atingir, o qual pressupõe uma identidade e projecto profissional já relativamente definidos e estabilizados. A estes indivíduos portadores de “estratégias deliberadas”, o autor opõe os que têm “estratégias emergentes”, ou seja, indivíduos cujas decisões em matéria de inserção profissional são tomadas em separado, não obedecendo a uma identificação dos objectivos de longo prazo, mas em função dos constrangimentos, oportunidades e recursos disponíveis no momento.

A vantagem da abordagem de Trottier, comparativamente com a de Vincens, reside na introdução da ideia de que o projecto profissional e de vida dos indivíduos se vai construindo progressivamente durante o período de inserção e ao longo da vida profissional.

Desta forma, se alguns sujeitos poderão não ter um projecto claramente definido no momento em que iniciam o seu processo de inserção profissional, outros sujeitos poderão ter um tal projecto

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

claramente definido mas vir a alterá-lo substancialmente no decorrer do período de inserção. Utilizando estes critérios para identificar o final do período de inserção, torna-se difícil diferenciar processos de inserção profissional e processos de mobilidade profissional. No limite, o processo de inserção profissional decorre durante todo o percurso profissional do indivíduo.

3.3.2. As dimensões estrutural e individual da inserção profissional

Para os autores que defendem as dimensões estrutural e individual, a inserção profissional é um processo ao longo do qual o indivíduo vai construindo a sua identidade e o seu projecto profissional e de vida, sendo a tónica colocada na compreensão da articulação entre constrangimentos estruturais e condicionantes individuais/estratégicas do processo de inserção profissional

Segundo Teixeira (2008: 56), Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger partem do pressuposto de que a estabilidade de emprego não é sempre uma prioridade na busca de inserção profissional, os momentos de emprego precário ou de desemprego não são entendidos como simples momentos de espera, podendo constituir momentos de aprendizagem ou auto – conhecimento, permitindo a construção de preferências e identidades. Assim, a inserção profissional é percebida pelos autores, como um processo ao longo do qual os indivíduos operacionalizam estratégias que lhes permitem delimitarem a sua identidade social e profissional. Neste sentido, a inserção profissional tem de ser pensada sob a forma de um continuum que vai do pólo da “desafiliação social” ao da “integração profissional”, abrangendo uma multiplicidade de situações que só têm coerência em função do itinerário de cada indivíduo.

Para os autores, importa construir um quadro de análise da inserção que permita perceber, justamente, a interligação dos dois níveis de análise – individual e estrutural – que consideram estar “ligados geneticamente”. Para tal, os autores desenvolvem, simultaneamente, abordagens biográficas e interaccionistas com o objectivo de pôr em evidência dinâmicas pessoais e sociais de inserção profissional, as quais resultam da articulação estrutural/individual.

A perspectiva destes investigadores, permite equacionar o processo de inserção profissional como sendo condicionado por factores estruturais e estratégicos e como um período autónomo dos períodos de formação e de emprego. Privilegiam a análise das estratégias dos indivíduos que, enquanto protagonistas dos processos de inserção profissional, constroem os seus percursos escolares e profissionais no quadro de determinantes estruturais características de um dado tempo e de um dado espaço.

A perspectiva de Claude Dubar

Também para Claude Dubar, à semelhança dos autores referidos anteriormente, os diferentes tipos de percurso de inserção podem ser interpretados como a expressão de diferenças nas dinâmicas identitárias. Defende que a inserção profissional não corresponde simplesmente à estabilização no mercado de trabalho, mas constitui um processo de socialização profissional que está dependente de

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

duas dimensões: as biografias individuais e as organizações produtivas. Assim, o autor, constrói e desenvolve o conceito de “formas identitárias” numa perspectiva que pretende escapar à oposição indivíduo - estrutura e tornar complementares estas duas abordagens tradicionalmente separadas. A inserção profissional não corresponde a uma estabilização no mercado de trabalho, mas sim a um processo de socialização que conduz à construção da identidade pessoal e profissional do indivíduo através de mecanismos biográficos e relacionais (Dubar in Alves, 2003: 178).

Para Dubar existe uma dimensão biográfica na construção identitária, a qual pressupõe uma transacção interna ao indivíduo em que se confrontam a identidade virtual do indivíduo (delimitada pelas estruturas e grupos sociais em que o sujeito se integra) e a identidade real (decorrente das trajectórias vividas). Importa ainda salientar, a existência de uma dimensão relacional da construção identitária, em que se confrontam a identidade para si (ou seja, a imagem que o sujeito tem de si próprio) e a identidade para outros (quer dizer, a imagem que lhe é atribuída pelos outros).

O processo de construção identitária, assente nos mecanismos descritos, acontece durante todo o percurso de vida do indivíduo, estando a identidade em permanente construção e reformulação. Neste quadro, a fase de inserção profissional é o período ao longo do qual o indivíduo, através da progressiva tomada de consciência do valor das suas capacidades e qualificações, procede à “consolidação” de uma primeira identidade profissional, cuja “construção” se iniciou durante a frequência da formação inicial. Em momentos posteriores da vida profissional, o acesso a responsabilidades origina um certo “reconhecimento” da identidade e, por fim, a passagem à reforma traduz-se num certo “envelhecimento” da identidade (Dubar, in Alves, 2003: 179).

A vantagem da abordagem de Dubar reside na possibilidade de introduzir perspectivas de análise que permitem equacionar a fase de inserção profissional como um período biográfico em que se constrói a identidade, favorecendo-se, simultaneamente, a compreensão dos mecanismos desse processo de construção identitária.

Também na conceptualização de Dubar o final do período de inserção se apresenta difícil de identificar, sobretudo porque se pode confundir com o conceito de mobilidade social.

CAPÍTULO IV. O CLDS ENQUANTO INSTRUMENTO DE POLITICA SOCIAL

4.1.Contextualização Histórica

A implementação das políticas sociais têm vindo a caracterizar-se por uma relativa descontinuidade, por alterações na sua orientação e dificuldades de harmonização em relação a outras dimensões, como a política, a económica, a saúde, entre outras.

A pobreza e a exclusão social, tem sido uma questão central das políticas sociais, e, se esta situação se pode atribuir ao próprio sistema económico, deve também atribuir-se ao sistema social e político, que não previram formas de intervenção do Estado nas esferas social e económica e de regulação das actividades económicas privadas.

A temática é de tal modo complexa, que o seu “enfrentamento”, exige uma articulação das políticas de acção social com as restantes políticas sociais – de segurança social, de emprego, formação profissional, educação, habitação, ambiente, assim como, com as políticas macro-económicas, incluindo a política fiscal.

Em 1996 Wuhl (1996: 1-89), deu conta das principais tendências observáveis no que respeita à progressiva adaptação das políticas sociais às constantes mutações sociais e económicas. As quatro principais tendências foram:

- I. Políticas sociais activas, orientadas por um princípio de solidariedade activa, em substituição da lógica de solidariedade passiva desenvolvida mecanicamente pelo Estado Providência;
- II. Flexibilidade dos mecanismos institucionais, baseados na descentralização, segundo uma lógica horizontal e seccionada da acção administrativa, na constituição de redes de actores entre a esfera pública e a sociedade civil, na abertura à participação activa do movimento associativo formal e informal e, por via destas características, com mais capacidade de adaptação a uma configuração mutável, evolutiva e cada vez mais diferenciada da questão social;
- III. Institucionalização de novas formas de cooperação, baseadas no partenariado, designadamente ao nível territorial, mas igualmente a outros níveis;
- IV. Procura de uma nova coerência e articulação entre políticas sociais e económicas, instruídas através de dispositivos de inserção.

Desta forma o que está em causa é a invenção de novas tecnologias de intervenção, distintas das políticas integrativas universalistas, mas também distintas das acções particularistas, de orientação reparadora, correctivas, das políticas assistenciais clássicas, na base das quais está a tomada de consciência de que a pobreza e a exclusão social são um processo que se reflecte em um défice de integração e se revela em estreita relação com o emprego.

A Organização das Nações Unidas dedicou a década de 1997-2007 à eliminação da pobreza, e, em 2000, após um hiato temporal de 6 anos (1994-2000) de programas Europeus, no Seminário “A Estratégia Europeia para o Emprego: que balanço, que futuro?”, realizado a 14 e 15 de Fevereiro, em

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Évora, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia, assumiu-se que a promoção do emprego e a luta contra o desemprego eram desafios estratégicos da União Europeia, definindo-se a Estratégia Europeia para o Emprego. Tal instrumento, assumiu particular relevância devido à articulação concertada da dinâmica comunitária com as dinâmicas nacionais na valorização do emprego e na luta contra o desemprego e a exclusão social.

Na Cimeira de Lisboa, intitulada “Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social: para uma Europa do Conhecimento”, que decorreu nos dias 23 e 24 de Março, passou a discussão a construção europeia, no que respeita à importância da coesão social aliada ao crescimento da economia e do emprego.

Ainda no âmbito da Presidência Portuguesa, durante o Seminário “Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social”, realizado de 6 a 8 de Abril de 2000 em Santa Maria da Feira, defendeu-se que a economia social e o desenvolvimento local possuíam as condições para oferecer respostas efectivas à nova geração de políticas sociais no terreno da organização económica e da gestão de recursos para o desenvolvimento.

Na conferência “A Protecção Social como Factor Produtivo” realizada de 13 a 15 de Abril de 2000, também em Santa Maria da Feira, defendeu-se que a política social deve proporcionar, a todas as pessoas qualidade e nível de vida adequados ao contexto de uma sociedade activa, integradora e solidária que promova o acesso ao emprego, às boas condições de trabalho e à igualdade de oportunidades, sendo, por isso, fundamental o papel da protecção social do ponto de vista da redistribuição da riqueza, da coesão social, da estabilidade política e do progresso

Finalmente e como corolário do ciclo de encontros realizados no âmbito da Presidência Portuguesa, concluiu-se na conferência “A Europa, a Globalização e o Futuro da Política Social”, que ocorreu de 5 a 6 de Maio em Lisboa, pela necessidade de cada Estado membro, encontrar, de forma coordenada ao nível da União, o policy-mix que combinasse competitividade e redistribuição, crescimento e justiça social.

Desde então, a União Europeia, através do Método de Coordenação Aberta, providenciou uma base de trabalho para a definição de estratégias nacionais, que conduziram à criação dos Planos Nacionais de Acção, com o objectivo de reflectir criticamente sobre as políticas implementadas.

Em Dezembro desse mesmo ano, na Conferência de Nice, introduziu-se o conceito de inclusão expresso nos Planos Nacionais de Inclusão, através de acções, programas e medidas financiadas por cada um dos Estados - Membros e pelo Fundo Social Europeu.

Com a Estratégia 2020, lançada pela Comissão Europeia em Março de 2010 e formalmente adoptada pelo Conselho Europeu em Junho do mesmo ano, são lançadas 10 orientações integradas, das quais 6 respeitam a políticas económicas e as outras 4 integram as Orientações para as Políticas do

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Emprego dos Estados-membros para a implementação da Estratégia Europa 2020, que sinteticamente se apresentam:

7. Aumentar a participação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho, reduzir o desemprego estrutural e fomentar o emprego de qualidade;
8. Desenvolver uma mão-de-obra qualificada em resposta às necessidades do mercado de trabalho, e promover a aprendizagem ao longo da vida;
9. Melhorar a qualidade e o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis e aumentar a participação no ensino superior ou equivalente;
10. Promover a inclusão social e combater a pobreza.

Destacam-se as orientações 8 e 9, em termos de profunda relevância para a área da educação, considerada como uma área fundamental para o desenvolvimento da nova Estratégia da União e a 10^a., que surge pela primeira vez no discurso político no seio da União Europeia com um objectivo quantificado - reduzir em 20 milhões o número de pobres na Europa, até 2020.

Desde a década de 80, que se afirma em Portugal uma nova geração de políticas activas que, procurando intervir sobre as causas dos problemas e visando criar condições para a transformação do meio envolvente e das atitudes individuais são um suporte das intervenções multisectoriais, planificadas a médio/longo prazo tão necessárias no combate à pobreza e exclusão social.

Trata-se de um conjunto diversificado de medidas e programas, com âmbitos de intervenção variados, mas tendo em comum alguns princípios básicos que lhes dão consistência e coerência, como é o facto de serem promotoras de um conceito de cidadania transversal a várias áreas e a todos os indivíduos, postulando o direito ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também ao exercício pleno dos direitos cívicos e de uma plena inserção na vida em sociedade.

Nesta perspectiva, as políticas sociais inscrevem-se, cada vez mais, no campo das estratégias de desenvolvimento integrado e participado, exigindo abordagens multisectoriais, integradas e sistémicas.

4.2. Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social

A sociedade portuguesa, seguindo as linhas programáticas da União Europeia, recoloca a problemática da inserção social e profissional, da formação e educação de adultos entre as preocupações de inserção e competitividade da economia.

Neste sentido, e de acordo com as directrizes traçadas no PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008), num esforço conjunto de combate à pobreza e exclusão social, fomento do bem-estar e coesão territorial e social e apelando ao envolvimento directo dos municípios na delineação das estratégias de intervenção social, criou por Portaria do Governo, o “Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social” cuja finalidade, tal como é referido no Artigo 2º da

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Portaria 396/2007, de 2 de Abril, é “promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos”, nomeadamente: Territórios críticos das áreas metropolitanas; Territórios industrializados com forte desqualificação; Territórios envelhecidos e Territórios fortemente atingidos por calamidades.

Caracteriza-se por uma intervenção de âmbito territorial, com uma gestão tripartida- Administração Central, através do Instituto de Segurança Social; Poder local (autarquia) que selecciona a entidade no concelho com capacidade para desenvolver o projecto; e a organização promotora.

Após a assinatura do Protocolo de Compromisso entre as três partes, realiza-se o diagnóstico de necessidades, que se pretende o mais participado possível, a partir do qual a entidade promotora elabora um Plano de Acção, de acordo com os quatro eixos de intervenção comuns a todos os CLDS's, com a duração de 36 meses, o qual é submetido a ratificação no Conselho Local de Acção Social (CLAS) do município e à apreciação do Instituto de Segurança Social.

Das macro políticas à implementação no terreno medeiam os parceiros locais, entre estes, as associações locais sem fins lucrativos que desenvolvem os diferentes projectos no âmbito dos CLDS.

Ao nível nacional, no período compreendido entre 2007 e 2010, é possível contabilizar através da plataforma de CLDS's criada pelo Instituto da Segurança Social, a existência de 75 projectos espalhados por Portugal Continental.

É neste contexto, que a Câmara Municipal de Oeiras, convidou a Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento para entidade coordenadora e executora de um Programa CLDS, a desenvolver no Bairro camarário Alto dos Barrinhos, na freguesia de Carnaxide, por ser aquele onde se verificavam algumas das condições que o identificam como território crítico (desemprego, baixas qualificações escolares e profissionais, desocupação juvenil, isolamento social das pessoas idosas, maternidade precoce) e onde ainda não existiam recursos institucionais a operar com continuidade e em bases sólidas - “Territórios críticos das áreas metropolitanas”.

Concebidos para dignificar a qualidade de vida das populações aí realojadas, os espaços de habitação social acabam por revelar-se “muralhas” dentro das quais se reproduzem os baixos níveis de escolaridade, a fraca qualificação socioprofissional, a inércia sociocultural e a sujeição às lógicas da força política responsável pela gestão dos espaços, cujos habitantes têm dificuldade em libertar-se do ciclo vicioso da pobreza e da exclusão. O que tem sido feito no intuito de capacitar esta população, possibilitando a sua emancipação de um estado de sub-cidadania, traduzido essencialmente na falta de consciência e de vontade de exercer os seus direitos e deveres de participação cidadã na gestão do seu habitat e na dinamização da sua comunidade de residência?(Mucha, 2002, p.144)

Reconhecendo-se o importante papel das cidades no desenvolvimento das sociedades actuais e no “clima social” em geral, é indiscutível a importância das políticas públicas e da função que deverão desempenhar de modo a evitar a fragmentação interna das cidades.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

É no centro de iniciativas de intervenção de reforço da coesão social, que surgem as noções de “território” e de “projecto” – o território urbano considerado como revelador de tensões sociais e o projecto o vector de mudança do estado de sub-cidadania, que deverá partir de pressupostos “politicamente” adequados do ponto de vista teórico, como sejam a integração das acções num contexto de desenvolvimento integrado; o envolvimento de diferentes estruturas de parceria, nomeadamente a participação dos próprios interessados, parcerias público-privadas e intervenção dos vários níveis de administração; reivindicação das lógicas de “baixo para cima”, assentes num conceito de desenvolvimento local; o desenvolvimento de novas formas de “regulação social” mais solidárias e eficazes; prática de planeamento e avaliação de resultados em nome da eficiência, da eficácia e da equidade na distribuição dos cada vez mais escassos recursos.

É num enquadramento desta natureza que foi concebido o projecto VIPP – Valorização e Inserção Pessoal e Profissional, no âmbito do CLDS, enquanto vector de mudança, a operar, com a própria população, com recurso a metodologias de participação²³, num território claramente identificado: Bairro camarário Alto dos Barrinhos e zonas envolventes.

Apesar dos CLDS, apresentarem na sua génese, aspectos antagónicos ao principio das metodologias participativas e do partenariado, sobretudo porque partem de soluções iguais para todos os territórios, assentes em 4 eixos de intervenção obrigatórios e porque o processo de atribuição do projecto, resulta de uma abordagem “top-down”: Instituto da Segurança Social – Autarquia – entidade executora/coordenadora escolhida pela autarquia, considera-se ser possível classificar o CLDS/VIPP como um projecto experimental de base local. O reconhecimento da diversidade espacial e da especificidade local dos problemas de maior vulnerabilidade - desemprego, pobreza e exclusão social, o reconhecimento da necessidade de integração dos diferentes domínios de acção das políticas públicas nacionais no território, o reconhecimento da necessidade de capacidade de iniciativa e organização em torno de projectos de mudança, orientados para a inovação, para assegurar essa integração e garantir a auto-sustentação da acção podem ser claramente identificadas nos Contratos Locais de Desenvolvimento Social. É nesta lógica que o CLDS/VIPP se apresenta como um bom desígnio para o desenvolvimento local, pois assenta num percurso intensivo de capacitação e em acções que contribuem para a superação de processos de alienação do indivíduo quanto a uma consciência colectiva e de processos de “desintegração local”, manifestada, sobretudo, pela ausência de formas de acção colectiva visando a resolução de problemas locais²⁴. Assim, agir para a superação de processos de desintegração local passa, também, a depender da forma como possam ser contrariados os processos que concorrem para a não-emergência de capacidade de iniciativa e organização de base territorial e para a invisibilidade de possibilidades de acção e dos recursos que as viabilizariam (Henriques, 2009).

²³ “A introdução das metodologias de participação nas discussões do planeamento tem a sua ancoragem em novas concepções do desenvolvimento. O desenvolvimento vindo de “baixo para cima” (endógeno) e o alargamento das bases da democracia são os dois pilares da defesa de uma “metodologia participativa de projectos.” (Guerra, 2002: 96).

²⁴ Gabinete de Gestão Equal e parceria de desenvolvimento “animaTe” - “Animação Territorial – Caminhos para a Inovação Social”, 2008, 49-60 e 78.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

PARTE II. ESTUDO EMPIRICO

CAPÍTULO V. OPÇÕES METODOLÓGICAS

5.1. Formulação do problema de pesquisa

5.1.1. Questão de partida

Quais são as variáveis que facilitaram o processo de inserção profissional dos clientes do GADE?

5.1.2. Delimitação dos objectivos

Os objectivos específicos da investigação são:

1. caracterizar de forma global os clientes que acederam ao GADE, no período compreendido entre Setembro de 2008 e Dezembro de 2009;
2. caracterizar os clientes do GADE que conseguiram concretizar o seu processo de inserção, no período compreendido entre Setembro de 2008 e Dezembro de 2009;
3. caracterizar os clientes do GADE que em Março de 2011 mantinham o seu trabalho;
4. identificar as metodologias do Sistema Interventor;
5. identificar as variáveis que permitiram a alguns dos clientes consumir e manter a sua inserção profissional;
6. identificar o impacto da inserção profissional nas dimensões individual e familiar;
7. sistematizar as implicações dos resultados para os processos de intervenção social a nível micro e macro

5.1.3. Pertinência do estudo

A presente dissertação, encontra a sua **pertinência Científica**, no facto do conhecimento científico ter que se tornar pró-activo para poder responder à complexidade da actualidade. O estudo incide sobre uma problemática actual, sobre um instrumento recente – Programa CLDS - e por isso pouco trabalhado do ponto de vista empírico e teórico; não existindo estudos de caso e análises que possibilitem a sua evolução e validação do ponto de vista científico e académico. Recorrendo ao modelo de intervenção social, desenvolvido por Carmo, pretende-se enquadrar o problema social, entendido como “alegada situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para a alterar” (Rubington e Weinberg in Carmo, 2008: 46) e desenvolver uma investigação conducente a uma avaliação da realidade que permita a compreensão dos factores que favorecem o sucesso quanto a uma inserção profissional “sustentável” das populações mais vulneráveis.

Possui **pertinência Social**, porque envolve directamente e de uma forma abrangente as questões da pobreza, da exclusão social, da inserção profissional, contribuindo para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento de políticas sociais mais adequadas – **pertinência Política**.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Relacionada com a pertinência social, encontra-se a **pertinência Económica**, seja porque a inserção profissional das populações mais vulneráveis contribui para a redução da pobreza a nível das famílias, seja porque a dinâmica em geral promove a coesão social e o desenvolvimento do território em geral.

Finalmente a **pertinência Pessoal e Profissional** do estudo residem no facto de se tratar de uma área, cujo aprofundamento e as respostas às questões de partida se traduzem no desenvolvimento de conhecimento e de competências específicas para a actividade profissional que a mestranda desenvolve, bem como para o desenvolvimento das competências da organização onde está enquadrada.

5.2. Metodologia adoptada

5.2.1. Tipo de estudo – O Estudo de Caso

Esta dissertação recorre à metodologia do estudo de caso, porque tendo em conta as características apontadas por Carmo e Ferreira (2008: 235) e de acordo com Merriam (1988), parece ser a que melhor se aplica:

focaliza-se numa situação, acontecimento ou fenómeno (particular); o produto final é uma descrição rica do fenómeno (descritivo); conduz à compreensão do fenómeno (heurístico); tem como base o raciocínio indutivo (indutivo) e porque tem em conta a realidade na sua globalidade (holístico). É dada uma maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação.

De salientar, ainda, e continuando com Carmo, neste caso a citar Yin (1988),

o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de “como” ou “porquê”; o investigador não pode exercer controlo sobre os acontecimentos e o estudo focaliza-se na investigação de um fenómeno actual no seu próprio contexto (Carmo. 2008: 234).

Do trabalho de pesquisa resultou um estudo exploratório, com o objectivo de “proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade” (Carmo, 2008:49).

Ao longo da pesquisa foram aplicados diversos métodos e a sua triangulação foi efectuada ao nível temporal, tendo em conta os diferentes momentos de aplicação dos instrumentos de recolha de dados; ao nível espacial, pela utilização de diferentes fontes de informação e ao nível metodológico, pela utilização de diferentes técnicas (intramétodos) e articulação de dados qualitativos e quantitativos (intermétodos).

Os métodos seleccionados e aplicados foram a pesquisa documental, a observação, as entrevistas e as histórias de vida. Deste modo, conjugou-se a metodologia de base quantitativa através da recolha de dados estatísticos, por meio de registos e grelhas de análise e a abordagem qualitativa pela

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

utilização de entrevistas e das histórias de vida, contactos formais e informais com elementos de referência.

5.2.2. Universo do estudo

O universo da investigação é constituído por todas as pessoas – clientes - que recorreram ao GADE, no período compreendido entre Outubro de 2008 e Dezembro de 2009 e que totalizaram 502 pessoas.

5.2.3. Amostra

Optou-se pela técnica de amostragem não probabilística, tendo em consideração a especificidade do sistema cliente. Assim, a selecção teve em consideração critérios pertinentes para o estudo, concretizados nas seguintes etapas:

1. Definição do universo;
2. Definição dos critérios de selecção da amostra;
3. Definição dos critérios de dimensão da amostra.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Figura 5.1. Do universo à definição da amostra

Etapas	Critérios																				
1	<p>Definição do universo As 502 pessoas que no período de 10/2008 a 12/2009 foram atendidas pelo GADE.</p>																				
2	<p>Definição dos critérios de selecção da amostra</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas que no período referido conseguiram inserção profissional através de “Trabalho por conta de Outrem” e “Criação próprio Emprego”, que totalizam 77 conforme quadro: <p>Colocações no mercado de trabalho</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Homens</th> <th style="text-align: center;">Mulheres</th> <th style="text-align: center;">TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">Trabalho por conta de Outrem</td> <td style="text-align: center;">20</td> <td style="text-align: center;">55</td> <td style="text-align: center;">75</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Estágio Profissional</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">24</td> <td style="text-align: center;">27</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Criação próprio Emprego</td> <td style="text-align: center;">0</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">2</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">TOTAL</td> <td style="text-align: center;">23</td> <td style="text-align: center;">81</td> <td style="text-align: center;">104</td> </tr> </tbody> </table> <p>(Fonte: Formulários de Execução Final 2008 e 2009)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao grupo das 77 pessoas, foram retiradas as que se encontravam nas seguintes condições: - colocados mais do que uma vez no mercado de trabalho, durante o período temporal definido; - as que trabalhavam em “part-time”; - imigrantes que conseguiram colocação sem situação regularizada; - “sem abrigo” que conseguiram, pontualmente, colocação mas que se trata, na opinião da investigadora, de um grupo que não deverá ser incluído neste conjunto. Chega-se assim a um grupo constituído por 46 pessoas, sendo 44 na categoria “Trabalho por conta de Outrem” e 2 na categoria “Criação próprio Emprego”, que serão alvo de uma caracterização. 		Homens	Mulheres	TOTAL	Trabalho por conta de Outrem	20	55	75	Estágio Profissional	3	24	27	Criação próprio Emprego	0	2	2	TOTAL	23	81	104
	Homens	Mulheres	TOTAL																		
Trabalho por conta de Outrem	20	55	75																		
Estágio Profissional	3	24	27																		
Criação próprio Emprego	0	2	2																		
TOTAL	23	81	104																		
3	<p>Definição dos critérios de dimensão da amostra</p> <ul style="list-style-type: none"> • Das 46 pessoas que conseguiram colocação profissional entre 10/2008 e 12/2009, identificar as que em 31/03/2011 mantinham a sua inserção profissional – 18 pessoas. Aplicação da metodologia das histórias de vida através da técnica de saturação da amostra 																				

5.3. Métodos de observação indirecta

Os métodos de observação indirecta utilizados foram a observação de documentação escrita e em suporte informático, nomeadamente registo informático dos clientes.

Foi concebida uma ficha de recolha de dados e de caracterização, a partir da “Ficha de Acolhimento” (Anexo 1) dos 46 clientes que foram inseridos profissionalmente no período temporal referido, que permitiu a caracterização individual e familiar, em termos de: nacionalidade, sexo, idade, escolaridade, forma de encaminhamento, motivações iniciais, situação profissional à chegada ao GADE, formação profissional, experiência profissional, local de residência, alojamento-tipo, alojamento situação, estado civil, nº. de filhos, tipologia familiar, escolaridade do cônjuge, situação profissional do cônjuge, apoios, acções frequentadas no VIPP, área de actividade económica em que

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

foi inserido/a. Os dados recolhidos foram alvo de tratamento estatístico com recurso ao programa informático Statistical Package for the Social Sciences, v. 17 (SPSS 17).

5.4. Métodos de observação directa

5.4.1. Inquérito por entrevista

Procurando “(...) abrir a área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo por consequência a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador.” (Carmo e Ferreira, 2008, p.142) optou-se pela realização de inquérito por entrevista a dois elementos chave do sistema interventor: a Coordenadora Técnica do projecto e a responsável pelo GADE.

O guião contemplou as seguintes categorias (Anexo 2):

<u>Identificação da Técnica:</u> 1. Sexo; 2. Idade; 3. Habilitações académicas e experiência profissional; 4. Função exercida no projecto VIPP e desde quando <u>Entrevista:</u> 1. Nº.; 2. Data; 3. Duração; 4. Notas	
<u>Caracterização do funcionamento do GADE</u> 1. Horários; 2. Recepção, acompanhamento e avaliação; 3. Definição do plano de acção com o Cliente: encaminhamento para actividades do VIPP; ou outras; 4. procura-oferta de trabalho; 5. Metodologias de trabalho inerentes ao processo de inserção	<u>Relação com os Clientes</u> 1. Principais atitudes do cliente face à procura activa de emprego; 2. Principais condições/exigências apresentadas pelos clientes; 3. Principais dificuldades apresentadas pelos clientes face a uma possível inserção; 4. Contacto com as ofertas de trabalho; 5. Entrevista na empresa; 6. Processo de recrutamento/selecção; 7. Acompanhamento em posto de trabalho; 8. Questões relacionadas com o trabalho:
<u>Relação com os Organismos Empregadores</u> 1. Trabalho efectuado; 2. Atitudes face ao contacto do Técnico; 3. Tipologia; 4. Tipos de ofertas de trabalho; 5. Principais condições/exigências apresentadas; 6. Principais obstáculos à inserção dos Clientes;	<u>Relação com os Parceiros</u> 1. Identificação; 2. Métodos praticados para envolver os Parceiros; 3. Tipo de participação dos Parceiros
<u>Sugestões:</u>	

As entrevistas, que tiveram uma duração, aproximada, de 50 minutos, decorreram nas instalações do GADE, situadas na Rua Mário Moreira, nº. 12-A, Alto dos Barronhos em Carnaxide.

5.4.2. Histórias de Vida

“Da mesma forma que, após Goya, se compreendeu que a arte podia e devia fazer o belo a partir do feio, também a partir da invenção do “realismo” se admitiu que a função literária ultrapassava em muito a ficção, a iluminura, os bons sentimentos, e que, para se realizar plenamente, devia pôr-se à escuta do real e na sua escola, quotidiana e trivial: daquilo que era não a vida sonhada, mas a vida vivida.” (Poirier, 1995: 12).

É a técnica da entrevista semi-directiva, que serve de base à recolha de informação das histórias de vida. Apesar de uma aparente simplicidade, a realização das histórias de vida são de extrema complexidade. A compreensão, a empatia, a facilitação e a abertura ao outro deverão estar

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

presentes. “É uma entrevista livre ou aberta ou em profundidade, que deixa lugar largamente para as anedotas e até para as divagações do narrador” (Poirier , 1995: 12).

O processo de recolha das histórias de vida, foi enquadrado por um documento introdutório, com os aspectos comuns da recolha de dados, com os elementos individuais, recolhidos na pesquisa documental já efectuada para cada um dos clientes e por com um guião, que serviu de fio condutor à conversa, com a seguinte estrutura (Anexo 3):

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO E REGISTO DA ENTREVISTA

1.1. Identificação do/a Cliente: ●Sexo; ●Idade; ●Local de nascimento; ●Habilitações do Pai e da Mãe; ●Profissão do Pai e da Mãe; ●Local de residência; ●Agregado familiar: ●Estado civil; ●Nº de filhos; ●Profissão actual; ●Entidade Empregadora – Nome e Local
1.2. Entrevista: ●Nº.; ●Data; ●Duração; ●Notas

PARTE II - VIDA ADULTA E VIDA PROFISSIONAL

<p><u>2.1. Antecedentes do proc. de inserção profissional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●Quais os motivos que a levaram a deixar a escola; ●Com que idade começou a trabalhar; ●Porque é que começou a trabalhar; ●Teve oportunidade de escolher o emprego; ●Teve alguma preparação/formação? 	<p><u>2.2. O percurso profissional até à actualidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●Lembra-se de quantos empregos teve até agora; ●Quanto tempo esteve nesses empregos; ●Quais os motivos de saída; ●Na sua opinião porque é que saltitava de emprego para emprego; ●Como é que conciliava a sua vida familiar e pessoal com a vida profissional
<p><u>2.3. Caracterização dos períodos de desemprego</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●Quando ficava desempregada o que fazia de imediato; ●O que fazia para conseguir trabalho; ●Como é que vivia nos períodos em que não tinha trabalho; ●Que apoios é que conseguia ter durante o período de desemprego. 	<p><u>2.4. Características do processo de inserção</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●Profissões desempenhadas; ●Considera que a mudança de empregos, lhe trouxe alguns benefícios? O que ganhou com as mudanças; ●Como é que conseguiu o actual emprego; ●O emprego actual, é diferente dos empregos anteriores? Porquê?
<p><u>2.5. Vivência dos percursos de inserção profissional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●O que é para si um bom emprego; ●Na sua opinião, como é que se consegue ter um bom emprego; ●Até à data qual foi a experiência profissional que mais gostou; ●O que mudou na sua vida pessoal e familiar desde que conseguiu este emprego? 	<p><u>2.6. Caracterização do emprego e da organização</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●O que faz a instituição onde trabalha; ●Pode descrever o que faz; ●Como é o seu dia de trabalho; ●Quais as maiores dificuldades que sente no seu trabalho; ●Com quem resolve os problemas que surgem; ●O que mudava no seu actual emprego; ●Como é que explica que tenha conseguido este emprego e o tenha conseguido manter; ●No seu entendimento porque é que está a ter sucesso neste emprego e não teve nos anteriores; ●Acha que este emprego é para manter?
<p><u>2.7. Vida pessoal e familiar e vida profissional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ●Quando começou a trabalhar como é que conseguia conciliar a sua vida pessoal e familiar e a vida profissional; ●Como é que concilia a sua vida pessoal e familiar com o actual emprego; ●A sua vida em geral teve alterações com este emprego? Porquê? Quais foram as maiores alterações; ●Gostaria de fazer alguma mudança na sua vida? Tem planos para o futuro? 	

PARTE III- VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA

3.1. Recolher informação não prevista e pertinente para a análise
3.2. Proporcionar ao/à entrevistado/a tempo para dar sugestões e/ou acrescentar algum aspecto
3.3. Concluir a entrevista e agradecer a participação da pessoa

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Tendo em conta que as histórias de vida são instrumentos de inquérito em profundidade, de tipo não estatístico, e que a quantidade não é sinónimo de qualidade da pesquisa, colocaram-se as questões de a quem e a quantas pessoas aplicar a técnica.

Para ultrapassar esta questão e dado existir uma amostra inicial de 46 pessoas, que em Março de 2011 estava reduzida a 18, optou-se por iniciar o trabalho de recolha das histórias de vida, seguido de transcrição e de trabalho sobre o texto, porque a prática demonstra que a partir de um certo número de entrevistas, se verifica uma saturação da informação por repetitividade. Na investigação em curso considera-se que se atingiu a saturação da amostra à 13^a. entrevista.

Para ultrapassar a questão de quem começar a entrevistar, e aplicando os elementos apurados na caracterização efectuada foi possível apurar um grupo que, para além de se apresentar heterogéneo, parecia reunir as características para obter as respostas às questões de partida enunciadas.

As entrevistas que se realizaram no espaço do VIPP, duraram cerca de 1 hora. Todos os clientes autorizaram a utilização do gravador, à excepção de um, pelo que se procedeu ao registo manual de algumas notas e à passagem imediata da entrevista. De salientar, ainda, que, por motivos de realização das entrevistas em tempo útil para a apresentação da dissertação, a mestranda obteve ajuda de uma técnica do VIPP para a realização de algumas entrevistas.

5.5. Tratamento e análise dos dados

Depois de realizados pré-testes, procedeu-se à aplicação dos diferentes instrumentos. De modo a assegurar o anonimato dos clientes, procedeu-se à sua codificação, através da atribuição de um número.

Para a análise quantitativa utilizou-se o SPSS 17 (Statistical Package for the Social Sciences), uma vez que, apesar da diversidade das variáveis, permite trabalhá-las e estabelecer alguns cruzamentos de modo simples e sistemático. Optou-se pela análise de frequências e alguns cruzamentos, que se apresentam sobre a forma de tabelas.

A análise de conteúdo, parece constituir a técnica mais apropriada para trabalhar as entrevistas e as histórias de vida, uma vez que, “esta técnica de pesquisa pode considerar-se como a articulação entre: - o texto, descrito e analisado (pelo menos em relação a certos dos seus elementos característicos), e - os factores que determinaram essas características, deduzidos logicamente, constituindo estes a especificidade da Análise de Conteúdo.” (Bardin in Carmo, 2008: 270).

Para não sobrecarregar o texto, apresentam-se em anexo as entrevistas e as respectivas categorias de análise (anexo 4 e 5).

5.6. Questões éticas

Como referido, a investigadora exerce actividade na IPSS que coordena e executa o CLDS.

Esta situação foi tida em conta ao longo de toda a investigação na medida em que poderia ser condicionadora do estudo realizado, pela proximidade ao tema, aos inquiridos e ao próprio meio profissional.

No entanto, o facto de exercer actividades no projecto, facilitou o acesso à informação na medida em que mais facilmente, soube pesquisar e soube a quem recorrer para obter as informações de forma fidedigna.

Foi pedida autorização para aplicação dos instrumentos de pesquisa aos diferentes inquiridos e à instituição para utilização dos documentos escritos e informáticos de funcionamento do GADE e uso das instalações.

A instituição e os inquiridos foram devidamente informados quanto às questões da confidencialidade e sobre a forma como os dados seriam recolhidos e codificados, e como seriam reservados à investigação em curso.

Procurando garantir o princípio da devolução da informação, ficou acordado que após a discussão da dissertação, a investigadora irá contactar os clientes participantes para lhes dar conta dos resultados da mesma.

Parece ter-se conseguido garantir a fiabilidade da investigação graças à descrição rigorosa da forma como a investigação foi conduzida, nomeadamente explicitação dos pressupostos e da teoria subjacente ao próprio estudo, assim como isenção e rigor no processo de recolha de dados e respectivo tratamento e resultados, pois considera-se que as metodologias utilizadas e a triangulação efectuada garantem a viabilidade do estudo.

5.7. Limitações/obstáculos do estudo

O número estabelecido de páginas, de acordo com as novas regras de funcionamento dos Mestrados, funcionou como limitação, exigindo um esforço acrescido para a selecção de materiais e em capacidade de síntese.

A quantidade de materiais, de bibliografia, de experiências, a transversalidade das matérias e o seu entrosamento, conduziram a momentos graves de desânimo e

esta sensação angustiante e vertiginosa é típica de quem desenvolve investigação na nossa época. Com efeito, o primeiro sentimento que nos assalta quando pretendemos entender o Mundo em que vivemos, é a perplexidade perante a transitoriedade, a novidade e a diversidade com que a vida social se nos apresenta, configurando um quadro desconhecido, por vezes mesmo assustador. (Carmo, 2008: 40)

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Esta situação, conduziu a outra dificuldade relacionada “com aquilo a que Morin chamou nevoeiro informacional”, que no caso específico da investigação, respeita à “sobre informação”, resultante do manancial de informação do projecto acessível à mestrandia e da elevada produção científica a respeito das temáticas.

Tratando-se de um estudo de caso, impõe-se o condicionamento da generalização dos resultados. Esta generalização é impossível devido ao âmbito do estudo, ao contexto em que se realizou e ao facto de se tratar de um estudo de caso específico, pelo que as generalizações sobre o tema não podem ser efectuadas sem as devidas salvaguardas, sob pena de conduzir a análises distorcidas da realidade.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

CAPITULO VI. O BAIRRO ALTO DOS BARRINHOS E A SUA ENVOLVENTE

6.1. O Concelho de Oeiras e a Freguesia de Carnaxide

6.1.1. Dimensão histórico-geográfica

Figura 6.1. Apresentação e mapa do concelho de Oeiras

A abertura em anfiteatro sobre o estuário do Tejo, dá-lhe a temperança dos ventos húmidos e o desafio de um horizonte quase sempre marcado pelas águas entre rio e oceano. A riqueza dos solos, hoje menos recordada, e a proximidade a Lisboa destinaram-no, desde cedo, a um papel notável na envolvente da capital: celeiro de Lisboa na época dos Descobrimentos e localização industrial - Fábrica da Pólvora de Barcarena, exploração de pedreiras e de cal.
(Gabinete do Desenvolvimento Municipal /CMO, pág., 10 e 11).



<http://www.carnaxidedigital.com/mapas.html>

Criado em 1759, por carta Régia de José I, o concelho teve, como 1º Conde de Oeiras, o Ministro do Rei, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que imprimiu uma dinâmica determinante no futuro do concelho tanto no que se refere ao enriquecimento urbanístico das vilas ribeirinhas, como à prosperidade do território rural.

Na primeira metade do século XX, surgiram as grandes unidades fabris como a Fundação de Oeiras e a Lusalite e a partir dos anos 40-50, conheceu uma grande expansão demográfica, decorrente do crescimento de Lisboa, constituindo-se nos anos 80 e 90 como pólo económico autónomo na Área Metropolitana de Lisboa²⁵, assente em actividades terciárias de forte dominante tecnológica.

No final do século XX, o concelho detinha a 2ª posição económica da Área Metropolitana, depois de Lisboa e, em 2005, possuía a 2ª. posição, no índice de poder de compra mais elevado do país, depois de Lisboa.

Ao longo dos últimos anos, o Concelho foi distinguido com diversos prémios, destacando-se a conservação da natureza, do património natural e histórico; a arquitectura/reabilitação urbana, ambiente e desporto, solidariedade, como o European Enterprise Awards (Iniciativa Empresarial Responsável). Em 2009, foi distinguido com o “Prémio e-municípios” e, integrou a Rede Europeia de Cidades Saudáveis²⁶

²⁵ - A Área Metropolitana de Lisboa, é constituída por 17 concelhos (Alcochete Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira).

²⁶ “Uma Cidade Saudável é aquela que coloca a saúde e o bem-estar dos cidadãos no centro do processo de tomada de decisões; a que procura melhorar o bem-estar físico, mental, social e ambiental dos que nela vivem e

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

É eleito em 2009 e 2010, como o “Melhor Concelho para Trabalhar” e no âmbito dos Prémios de Reconhecimento à Educação é eleito em 2010 o “Melhor Município para Estudar”.

Com o Rio Tejo a sul e rodeado pelos concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Cascais, o concelho de Oeiras apresenta uma área total de, aproximadamente, 46Km², possuindo, actualmente, 10 freguesias: Algés, Barcarena, Carnaxide, Caxias, Cruz Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas (CMO, 2008, p. 14)

6.1.2. Dimensão sócio-demográfica

Em 2007, a população residente no concelho de Oeiras era de 171,472 (CMO, 2009: 41), sendo constituída por 47% de homens e 53% de mulheres, distribuída em termos percentuais pelos seguintes grupos etários: 0 – 14 anos / 15,2%; 15- 24 anos / 9,8%; 25-64 anos / 57,7%; com + 65 anos / 17,3%.

A freguesia que mais cresceu no período compreendido entre 2001 e 2007 foi a de Carnaxide, sendo a segunda maior do Concelho em termos populacionais:

O índice de envelhecimento do Concelho, aumentou cerca de 7%, de 2001 para 2007, situando-se nos 114%. Para o mesmo período, a taxa bruta de natalidade conheceu um ligeiro decréscimo de 12% para 11%, assim como a taxa bruta de mortalidade que desceu de 9% para 8%.. Carnaxide é a freguesia menos envelhecida do Concelho.

Quanto a população estrangeira, a alteração significativa registou-se, não tanto no número, mas na diversidade de nacionalidades que integram o concelho e sobretudo a freguesia de Carnaxide, que é a segunda a possuir maior percentagem de população estrangeira (CMO, 2009: 46), proveniente do Leste Europeu – Ucrânia, Roménia e Moldava, assim como da América e da Ásia em detrimento dos imigrantes provenientes de África.

Apesar da tendência do Concelho para a redução da dimensão média das famílias, que de 3,0 em 1991, passou para 2,6 pessoas em 2001, Carnaxide apresenta a maior proporção de casais com filhos, sendo a segunda freguesia que possui maior proporção de famílias com 5 ou mais indivíduos.

Quanto ao alojamento, o Censos de 2001 (in CMO, 2009: 83), permite verificar que no concelho de Oeiras, 99,35 da população habitava em “alojamentos familiares clássicos”, 0,36 em “alojamentos familiares barracas”, as quais em 2003 foram integradas em alojamentos clássicos, não tendo expressão as famílias que viviam em outro tipo de alojamentos.

trabalham e, não é necessariamente aquela que atingiu um determinado estado de saúde, mas está consciente de que a promoção da saúde é um processo e como tal trabalha no sentido da sua melhoria” Disponível em <http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/>.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Deste investimento em habitação camarária, resultou a implantação de vários Bairros Municipais espalhados por todo o Concelho, totalizando mais de 5.635 fogos de habitação, sendo a freguesia de Carnaxide a que detém maior percentagem de habitação social e realojamento - 44,35% .

No que respeita à população activa, segundo os Censos de 2001 (in CMO, 2009, 85-88) era de 87.167, encontrando-se a trabalhar 81.010. Destaca-se o grupo profissional dos “Especialistas das profissões intelectuais e científicas, que representa 19% do total da população que se encontra a trabalhar, seguida dos grupos “Técnicos e profissionais de nível intermédio” (17%), “Pessoal administrativo e similares” (16.66%), “Pessoal dos serviços e vendedores” (13%), “Trabalhadores não qualificados” (11%) e “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” (10%).

O sector terciário económico²⁷ apresenta uma percentagem de 47%, face ao total da população empregada, seguido do sector designado terciário social²⁸ 35%, e com 18% o sector secundário.

Em termos de desemprego, e depois de uma redução geral no número de desempregados no período compreendido entre 2004 e 2008, sendo o total de desempregados de 6.027 e 4.210 respectivamente, à excepção do grupo etário dos 35- 54 anos que apresenta crescimento contínuo na percentagem de desemprego (CMO, 2009, p.89), assiste-se a novo aumento da taxa de desemprego, situando-se em 9% em Junho de 2010. Mais de 80% desse universo são desempregados e apenas 16% estava à procura do primeiro emprego. A estas percentagens importa, ainda, acrescentar os desempregados que não estão inscritos no Centro de Emprego e as pessoas que nunca trabalharam.

No que respeita ao número de beneficiários de RSI, a 30 de Junho de 2010, o Concelho de Oeiras possuía 1.533 prestações deferidas não cessadas, das quais 340 da freguesia de Carnaxide e, cerca de 70 do Bairro Alto dos Barrinhos (ISS/NLI, 2011).

O grau de ensino da população residente, entre 1991 e 2001, conheceu um aumento percentual de cerca de 14% relativamente à obtenção da escolaridade obrigatória e um aumento de 9% com ensino superior. A população sem grau de ensino não apresentou qualquer alteração, mantendo-se nos 3,8%. A freguesia de Carnaxide apresenta uma taxa superior à media do concelho, situando-se nos 5%.

²⁷ e ³³ As tendências de desenvolvimento económico demonstram que a dicotomia entre as empresas industriais e de serviços têm vindo a diminuir. O mercado busca qualidade não apenas nos produtos, mas também nos serviços consumidos, pelo que a junção do tangível e do intangível, que até há pouco tempo atrás servia para diferenciar os sectores primário e secundário do terciário constitui um elemento diferenciador em relação à concorrência. Também dentro do sector terciário se introduziu esta diferenciação, para identificar as actividades do sector terciário que estão vocacionadas para a geração de lucro numa lógica pura de mercado e as que estão mais enquadradas numa lógica de Estado Providência e de satisfação das necessidades da população.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

No que respeita a equipamentos educativos (CMO, 2009: 94-100) o concelho apresenta uma boa cobertura, sendo a taxa de ocupação de 95%. A freguesia de Carnaxide, dispõe de oferta desde o pré-escolar ao secundário, sendo de assinalar que no pré-escolar, a taxa de ocupação é bastante inferior à capacidade dos equipamentos (70,6%), encontrando-se a explicação no horário de encerramento destes equipamentos (15 horas), que se revela incompatível com os horários praticados pela maioria dos pais.

Só a rede das IPSS's apresenta uma taxa de ocupação de 100%.

Em termos de equipamentos de saúde, o concelho encontra-se servido por dois Centros de Saúde e cinco Extensões de Saúde: Centro de Saúde de Oeiras, com as Extensões de Barcarena e Paço de Arcos; Centro de Saúde de Carnaxide, com Extensões em Algés, Dafundo e Linda-a-Velha. (Carta da Saúde, CMO, 2003).

Em termos de consultas externas e urgências, os munícipes recorrem ao Hospital de S. Francisco Xavier e Egas Moniz, em Lisboa localizados no Concelho de Lisboa, bem como ao Hospital Ortopédico Dr. José de Almeida, no concelho de Cascais. O único hospital público localizado em Carnaxide é o Hospital de Santa Cruz. No que respeita a transportes e mobilidade, Oeiras possui uma boa cobertura, em termos de rede rodoviária e ferroviária, sendo Carnaxide e Linda-a-Velha as freguesias, cuja duração dos movimentos pendulares da população residente empregada e estudantil é menor - inferior a 30 minutos.

6.1.3. Dimensão económica

A maior parte do universo empresarial do Concelho, está organizado em espaços que representam cerca de 30.000 empregos onde se evidenciam o Taguspark, como Parque de Ciência e Tecnologia, e os Business Park como o Arquipark, a Quinta da Fonte e Lagoas Park, com forte especialização no sector das TIC. O campus da Quinta do Marquês integra os Institutos de Investigação ligados às Ciências da Vida.

Carnaxide possui 720 empresas de comércio e serviços (JFC, 2005), dos mais variados ramos. As áreas que registam um maior número de unidades empresariais são restauração (restaurantes, snack-bar, pastelarias e cafés - 103); ramo automóvel (aluguer, oficinas, peças, acessórios e comercialização - 52); construção civil (empreiteiros e materiais - 27); cabeleireiros e barbeiros (26); imobiliárias (23); informática (serviços e equipamento - 20); produtos alimentares (comércio, alimentação e distribuição - 16); farmacêutica (produtos e comércio - 13); pronto a vestir (14); marketing e publicidade (13); bancos (13); televisão (SIC - 1); telecomunicações (8) e Livrarias (2).

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

6.1.4. Dimensão ideológica e governança²⁹

Em termos políticos, a Câmara Municipal possui maioria Social Democrata desde 1985, sendo liderada desde 2005 pelo “Movimento Independente Isaltino - Oeiras Mais à Frente”.

Actualmente compõem o executivo o Presidente: Isaltino Morais e mais 4 elementos pertencentes ao Movimento Independente, 3 elementos do PS; 2 elementos do PSD e 1 da CDU.

O presidente da junta de freguesia de Carnaxide integra o Movimento Independente Isaltino - Oeiras Mais à Frente

Respondendo ao desafio lançado a nível internacional pela Conferência do Rio, em 1992 e, posteriormente, pela Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Alborg, em 1994, Oeiras aderiu à Agenda XXI³⁰, que esteve em implementação desde 2001, sendo aprovada em Março de 2008 a Agenda 21+, constituída por 10 eixos, em torno dos quais giram projectos complementares, que contribuem para o objectivo geral da Agenda:

- 01 | Mega Parque Verde
- 02 | Vales Verdes das Ribeiras
- 03 | Vidas Seniores de Excelência
- 04 | Escolas, Empresas e Empreendedorismo
- 05 | Bairro 21
- 06 | Alternativas de mobilidade e qualidade de vida
- 07 | Energia, economia e qualidade de vida
- 08 | Orla ribeirinha – entre o estuário e o território
- 09 | Excelência Urbana
- 10 | Melhor governância³¹ mais cidadania

O Município apresenta, ainda, como instrumentos de planeamento e de governança o Plano Director Municipal, Planos de Urbanização, Programas Estratégicos, Programas de Investimento Municipal e o Plano Estratégico Habitar – 2006.

²⁹ “Processo de coordenação de actores, de grupos sociais e de instituições no sentido de atingir objectivos colectivamente discutidos e definidos, em ambiente fragmentado ou mesmo nebulosos” Bagnasco e Le Galés (2000, p. 26)

³⁰ Trata-se de um instrumento utilizado pelas respectivas autoridades locais com o objectivo de promover uma reflexão e um envolvimento activo dos cidadãos e dos parceiros institucionais com vista à promoção de estratégias e acções de sustentabilidade à escala local.

³¹ O documento da CMO refere “governância”, em pesquisa efectuada em dicionários não foi encontrado significado para o termo, parece poder interpretar-se como “governança”.

6.2. O Bairro

6.2.1. Dimensão histórico-geográfica

Segundo Almeida (1985), a zona do Alto dos Barronhos, Outurela e Portela, habitada pelos primeiros migrantes desde 1930, que desenvolviam actividade rural, viu a sua população substancialmente aumentada na década de 60, com o êxodo rural de pessoas vindas de Trás-os-Montes, Minho, Alentejo e pequenas comunidades rurais à volta de Lisboa que, para esta zona mudaram em busca de emprego nas fábricas que aqui se instalaram, nomeadamente: a Tofa, Cabos Ávila, a fábrica de Bolachas Triunfo, Guerin, Sumol, Laboratório Kodak.

A partir de 2001, com a conclusão da 1ª fase de construção, foram realojadas as pessoas que já viviam nesse mesmo local e, posteriormente, parte da população que habitava no bairro clandestino da Pedreira dos Húngaros, em Miraflores, maioritariamente população cabo-verdiana.

O Bairro situa-se em Nova Carnaxide, estando muito próximo da auto-estrada (A5) que liga Lisboa-Cascais, de parques industriais e empresariais e de uma zona de forte especulação imobiliária. Possui 908 apartamentos, dos quais 905 habitados, organizados por 86 lotes (APSD, 2008) e distribuídos do seguinte modo:

Largo Idálio de Oliveira - 105 apartamentos, 103 habitados

Rua Tiago de Almeida – 64 apartamentos

Largo Dr. Carlos França – 133 apartamentos

Largo Álvaro Pinheiro Rodrigues – 80 apartamentos, 79 habitados

Alameda Alto dos Barronhos – 32 apartamentos

Rua Fernando de Almeida – 98 apartamentos

Rua Inácio Duarte – 396 apartamentos

6.2.2. Dimensão sócio-demográfica

Segundo dados do Diagnóstico Social da Freguesia de Carnaxide, de 2005 e de informações retiradas do sitio da Câmara Municipal de Oeiras, a população residente no Bairro é de, aproximadamente, 2.730 pessoas, sendo maioritariamente oriunda de Portugal (48%) e de Cabo Verde (37%). Os restantes 15% da população são de diversas nacionalidades, nomeadamente Angola, Brasil e com pouco significado Guiné, São Tomé, Moçambique, Ucrânia e Moldávia.

De assinalar que, a população de origem estrangeira, encontra-se em Portugal, em média, há mais de 11 anos, no entanto entre Maio de 2009 e Junho de 2010, foram efectuados 114 atendimentos pelos Serviços do CLAI itinerante, que, durante um dia por mês, atendia nas instalações do VIPP para resolver problemas de regularização e de reagrupamento familiar.

Cerca de 52% da população é do sexo feminino e as faixas etárias predominantes situam-se entre os 25 e os 49 anos.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

A dimensão média das famílias do bairro é de 3,11 (acima da média do concelho e da freguesia). Os jovens com menos de 18 anos representam 37% da população residente e os idosos, com idades compreendidas entre os 65 e os 106 anos representam cerca de 20%.

No que respeita ao desemprego, cerca de 23% da população em idade activa, encontra-se nessa situação, dos quais 13% são desempregados há mais de um ano.

Quanto à situação laboral da população empregada, e das 305 pessoas inquiridas pela APSD, (55% possui contrato de trabalho com prazo indeterminado, pelo que os restantes apresentam situações precárias, sendo de destacar que existem cerca de 13% de homens e 11% de mulheres que referem não possuírem qualquer vínculo laboral.

Apesar da boa cobertura de equipamentos no concelho em geral e na freguesia em particular, no bairro não existem quaisquer equipamentos à excepção de um jardim-de-infância público que encerra às 15h.

A ausência de equipamentos de apoio à família e à comunidade adaptados à vida das famílias, constitui uma necessidade premente e factor inibidor dos processos de inserção profissional dos pais. A guarda de crianças mais pequenas a irmãos mais velhos também é prática, que se traduz em elevado absentismo escolar e que se reflecte em taxas de insucesso na ordem dos 35% (a título de exemplo pode citar-se a EB 1, 2, 3 Sophia M. Breyner, que ao nível do 2º ciclo, tem apresentado valores acima dos 33%, com destaque para o ano lectivo 2002/2003 em que a percentagem atingiu os 45%. No 3º ciclo, o insucesso apresenta valores ligeiramente inferiores, mas nem por isso menos preocupantes, cerca de 32%), o que conduz a um elevado número de jovens sem a escolaridade obrigatória e sem ocupação.

Em 2003 existiam 33 crianças/jovens da freguesia de Carnaxide (JFC, 2005), acompanhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). Em 2006 este valor duplicou, passando para 66 (dados cedidos pela CPCJ). A maioria dos processos referem-se a crianças e jovens provenientes de bairros de realojamento e as problemáticas dominantes são os maus tratos, negligência, o abandono escolar entre os 10 e os 16 anos e os comportamentos desviantes, que, segundo a CPCJ de Oeiras, têm como principal causa os padrões de vida familiares associados à marginalidade e desvio.

Em termos sócio-económicos, uma parte apreciável da população vive em situação de pobreza e de exclusão social, associadas ao desemprego, a empregos mal remunerados e/ou emprego precário, baixa ou inexistente escolaridade, ausência de formação qualificante, problemas de saúde mental e de alcoolismo. As famílias que recorreram a apoios no âmbito da acção social, possuíam rendimentos per capita inferiores a 30% do salário mínimo nacional;

A ausência de limpeza, higiene dos fogos e zonas comuns dos prédios e o incumprimento no pagamento da renda mensal foram apontados pela CMO, em 2008, como algumas das problemáticas

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

do bairro. Trata-se de uma população, que na grande maioria, passou por processo de realojamento, deixando as designadas “barracas” para habitarem apartamentos, sem que se tenha verificado qualquer processo de acompanhamento e de formação.

A rede de transportes públicos para o bairro é bastante deficitária. O bairro é servido pelos autocarros nºs. 1 e 13 que efectuam, respectivamente, o trajecto Algés-Alfragide e Lisboa (Marquês de Pombal)-Queluz de Baixo, com horário compreendido entre as 5,30h e as 0,30h e as 7,00h e a 1,00h, com uma frequência de 30m a 60m. Aos fins-de-semana e feriados o número de carreiras é significativamente reduzido.

A vida associativa no bairro é praticamente inexistente, o que revela dificuldade da população em se organizar sob a forma de grupos formais ou informais:

- a Associação de Moradores está praticamente inactiva, apoiando apenas a realização da festa em honra do “Santo Nhu Santiago” durante um fim-de-semana do mês de Agosto.
- a Associação Pedreira dos Húngaros, que realizava actividades desportivas e culturais para crianças e jovens cabo-verdianos, com o desmembramento do bairro de barracas em Miraflores – Pedreira dos Húngaros, para os Barrinhos e outros bairros camarários, perdeu dinâmica e, apesar de possuir uma loja cedida pela Câmara não conseguiu reorganizar-se e dinamizar a população local que se apresenta mais heterogénea.
- a Associação Amigos da Mulher Angolana, também sediada no bairro, possui como actividade organizada e regular o banco alimentar.

6.2.3. Dimensão económica

A vida económica no bairro começou em 2011 a ganhar alguma expressão. Em 2008 existiam 2 cafés, 1 restaurante/churrasqueira, 1 mini-mercado e 1 oficina auto. Actualmente, e para além das empresas já indicadas, é possível identificar mais 1 café/restaurante, 1 gráfica, 1 empresa de informática, 1 escritório de advogados, tendo-se verificado a compra de lojas que desde a construção do bairro se encontravam por vender.

Cerca de 50% dos donos/empregados destas unidades são habitantes do bairro, sendo os restantes oriundos da comunidade envolvente.

Esta abertura do bairro ao exterior e o interesse da zona envolvente pelo mesmo, parecem dever-se a um conjunto de factores que facilitaram a dinâmica. Apesar de se tratar, apenas, de uma constatação partilhada e discutida em reuniões de parceiros, importa salientar que os aspectos identificados como responsáveis por este “aparente” clima de confiança, foram o projecto VIPP, graças ao número de acções desenvolvidas dentro e fora do bairro, com a participação activa da população em geral e dos mais diversos parceiros; a abertura das instalações da Polícia Municipal no bairro e a especulação imobiliária da zona envolvente.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

6.2.4. Dimensão ideológica e participação cívica

Não é possível identificar nenhuma força ou tendência política no bairro. A população não participa na vida política da freguesia nem do concelho, não se conhecendo ninguém que tenha participado nas assembleias municipais e/ou que tenha participado nas reuniões da Agenda Local.

Não desenvolve nenhum tipo de movimento colectivo e as suas manifestações, quando existentes são efectuados individualmente.

Trata-se de uma comunidade, que progressivamente aderiu às iniciativas do projecto VIPP, revelando que lida bem com as diferenças, não evidencia atitudes xenófobas em função da cor da pele ou da religião, verificando-se a presença simultânea, o convívio e a partilha nas acções desenvolvidas pelo VIPP.

6.2.5. Características e recursos: o projecto VIPP enquanto recurso do Bairro

Inserido num concelho que apresenta elevados padrões de qualidade de vida e trabalho, reconhecidos pelos sucessivos prémios que o Município tem ganho nos últimos anos, o Bairro dos Barrinhos, encontra-se “desalinhado” do contexto, apresentando as cinco principais tensões que Guerra (2001: 47-56) considera existirem a nível do urbanismo quotidiano: “1 - A cidade sem qualidade e o urbano sem cidade; 2 - A cidade sem vida; 3 - A cidade dual, ou cidade fragmentada; 4 - A cidade insegura e 5 - A cidade ingerível”

Trata-se da cidade sem articulação, anónima e do mal-estar, que apresenta espaços “guetizados”, sem condições de “cosimento à cidade de grande homogeneidade social e de grande heterogeneidade cultural. Tratam-se de espaços que se tornam rapidamente, espaços de socialização negativa para as crianças e jovens, e que são espaços que vão ter dificuldade de se integrarem na cidade, de pleno direito e de cidadania”. São estes espaços guetizados e mais fragmentados, que todos vão acusar de serem os produtores da grande violência, do grande mal-estar urbano, da insegurança, das inacessibilidades urbanas, que a cidade sofre. Por toda a heterogeneidade e descontinuidade que apresenta é difícil gerir uma cidade, exige muitos recursos, muito ‘know-how; mas também é difícil porque os interesses que se organizam em torno da cidade, não têm tido a capacidade de ser estruturados a partir de um projecto que permita, de alguma forma, a negociação daquilo que é a cidade para todos.” (Guerra, 2001: 47-56).

No entanto, a nível do Bairro foram identificados recursos que poderão funcionar como alavanca para um processo de desenvolvimento local sustentável ao nível do Bairro.

Apesar da ausência de uma identidade definida, sobretudo devido à inexistência de lastro histórico (ausência de convívio e partilha de espaços e preocupações), os quase 3 anos de projecto VIPP, permitiram constatar a existência de condições facilitadoras. Estamos perante uma população que não apresenta animosidades fortes, convive apesar das diferenças, apresenta uma composição

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

diversificada e com a qual é possível iniciar um trabalho de construção. As maiores necessidades apontadas no Bairro pela própria comunidade – ausência de infra-estruturas de apoio à família e à comunidade, podem constituir-se como um recurso importante. A existência de uma elevada percentagem de idosos e de jovens, devidamente informados e capacitados poderão ser, em momentos diferentes, recurso para a comunidade – oferta de serviços e clientes. Os mais velhos e os mais novos poderão originar um projecto intergeracional, mobilizador de toda a comunidade. De salientar que já se realizaram acções de formação de “Cuidadores Informais” e de “Babby Sitting Social” e que o projecto de continuidade do VIPP assenta nestes pilares.

A localização geográfica e os bons acessos em termos de estradas ao bairro, constituem um factor endógeno importante para a criação de uma dinâmica de integração do bairro na restante comunidade, assim como para atrair a fixação de empresas.

O projecto VIPP, apresenta-se também como um recurso da comunidade, que através da sua acção, funcionará como fertilizador, para a implementação de um processo de desenvolvimento local sustentável. Os eixos e as acções que possui, como é possível verificar no texto abaixo e na Grelha de Apresentação do Projecto VIPP em anexo (Anexo 6), permitem desenvolver, junto de uma comunidade que não possuía, nem conhecia qualquer tipo de apoio, processos de mudança efectiva:

Eixo de Intervenção 1 – Emprego, Formação e Qualificação

Acção 1: Acompanhamento do processo de inserção

Acção 2: Apoio ao Empreendedorismo

Acção 3: Acções de sensibilização/informação dirigidas aos agentes económicos e acções de incentivos à articulação entre empregadores, potenciais empregados, escolas profissionais e centros de formação

Eixo de Intervenção 2 – Intervenção Familiar e Parental

Acção 4: Planeamento Familiar

Acção 5: Informação/Formação/Educação para a cidadania e direitos humanos

Acção 6: Grupos de auto-ajuda

Acção 7: Acções para o desenvolvimento pessoal, para o treino de competências pessoais e para a gestão familiar

Acção 8: Acções para a definição de projectos de vida

Acção 9: Acções para a identificação e diagnóstico dos factores de stress e risco nas famílias

Acção 10: Intervenção em situação de crise nas famílias

Eixo de Intervenção 3 – Capacitação da Comunidade e das Instituições

Acção 11: Apoio à auto-organização dos habitantes

Acção 12: Acções de formação específicas para capacitação institucional das associações existentes no Bairro

Eixo de Intervenção 4 – Informação e Acessibilidades

Acção 13: Acções de formação e acções facilitadoras de acesso às TIC, dirigidas a crianças, jovens, adultos activos e a pessoas com mais de 65 anos

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Possuindo como alicerces o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento da Empregabilidade – **GADE**, que trabalha as questões relacionadas com a empregabilidade da população em idade activa, o **Centro Permanente de Acolhimento e de Inserção - CPAI**, que se dedica às problemáticas do desenvolvimento pessoal e social, à intervenção familiar e parental, ao acompanhamento psicológico, ao lazer, à infoexclusão e ao encaminhamento dos problemas individuais e familiares de toda a comunidade, através do desenvolvimento de acções de informação/sensibilização, ateliers específicos e atendimentos individuais, e os diferentes **parceiros**, que funcionam como **rede**, que interagem com o objectivo de dinamizar e de desenvolver a comunidade, pretende-se que o projecto VIPP facilite o processo de empowerment e de participação da comunidade e simultaneamente rompa com os estereótipos da comunidade envolvente acerca da população do bairro, facilitando uma lógica de interacção.

Assim, “Não estamos já a olhar para territórios em declínio, mas para territórios cujo potencial de vitalização está emergente, esperando que um projecto colectivo suportado por actores variados (públicos, privados, nacionais, regionais ou locais) sob orientação pública, permita inovar ao nível das várias dimensões do desenvolvimento económico, social, cultural, arquitectónico e urbanístico, etc.” (Moura et al, 2006: 19).

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

CAPITULO VII. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

7.1. Sistema Cliente

7.1.1. Caracterização do universo de clientes

O Sistema Cliente da investigação, e neste caso com correspondência ao universo, é constituído pelas pessoas do Bairro Alto dos Barrinhos e zona envolvente, em idade activa, que recorreram ao GADE, no período compreendido entre Outubro de 2008 a Dezembro de 2009, para obterem ajuda na procura de 1º emprego; procura de novo emprego; mudança de emprego; procura de um emprego para completar tempo disponível; constituição do próprio emprego; procura de estágio; aconselhamento profissional e formação profissional.

Das 502 pessoas registadas no GADE³², 40% são do sexo masculino e 60% do sexo feminino, predominando os grupos etários dos 25-34 anos e dos 15-19 anos.

No que respeita à distribuição da população por sexo e habilitações escolares, 38% da população possui o 2º. Ciclo, 24% o 3º. Ciclo e 8% da população o ensino secundário. Cerca de 1% possui licenciatura. De salientar que 11% não chega a ter 4 anos de escolaridade.

Comparativamente com os homens, as mulheres são detentoras de habilitações escolares superiores, ainda que, com menos de 4 anos de escolaridade são as mulheres que prevalecem com 13%, apresentando os homens uma percentagem de 9%.

Quadro 7.1. Distribuição do universo segundo as habilitações literárias e o sexo

Habilitações Literárias		TOTAL					
		Homens		Mulheres		Total	
		Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Ensino Básico	< 4 anos de escolaridade	17	8,46%	39	12,96%	56	11,16%
	1.º ciclo - (4º ano)	47	23,38%	50	16,61%	97	19,32%
	2.º ciclo - (6º ano)	81	40,30%	101	33,55%	182	36,25%
	3.º ciclo - (9º ano)	36	17,91%	85	28,24%	121	24,10%
Ensino Secundário		19	9,45%	21	6,98%	40	7,97%
Ensino Superior		1	0,50%	5	1,66%	6	1,20%
TOTAL		201	100,00%	301	100,00%	502	100,00%

(Fonte: Formulários de Execução Final 2008 e 2009 do Projecto VIPP)

³² Cada registo corresponde a uma pessoa, pelo que o número de atendimentos é substancialmente superior.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Quadro 7.2 Distribuição do universo face ao emprego e por sexo é a seguinte

Situação face ao emprego			TOTAL					
			Homens		Mulheres		Total	
			Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Empregados			29	14,43%	100	33,22%	129	25,70%
Desempregados	À procura de novo emprego	< 12 meses	39	19,40%	34	11,30%	73	14,54%
		> 12 meses	55	27,36%	44	14,62%	99	19,72%
	À procura de 1º emprego		6	2,99%	13	4,32%	19	3,78%
Outros			72	35,82%	110	36,54%	182	36,25%
TOTAL			201	100,00%	301	100,00%	502	100,00%

(Fonte: Formulários de Execução Final 2008 e 2009 do projecto VIPP)

São as mulheres que mais recorrem ao GADE, sobretudo na categoria “empregados”, devido aos casos de trabalho a tempo parcial, muito comum entre as clientes do GADE (ex.: limpezas em empresas, que se realizam de madrugada ou à noite). Na categoria “procura de novo emprego”, os homens são mais numerosos.

As nacionalidades mais representadas, são a portuguesa com cerca de 50%, seguida de clientes que não definem qual a nacionalidade – 24%, Cabo Verde surge com 16%, Angola com 3,50% e Brasil com 3%. Estão também representados, mas com números pouco significativos, imigrantes do Bangladesh, da Guiné, de São Tomé, de Moçambique, Ucrânia e Moldávia, o que comprova a informação apresentada, quanto à diversificação de origens dos imigrantes.

Das 502 pessoas que constituem o universo, a investigação irá centrar-se na caracterização e análise comparada dos 46 clientes (Grupo A) que conseguiram colocação profissional entre 10/2008 e 12/2009 e dos 18 (Grupo B) que, a 31 de Março de 2011, mantinham esse mesmo emprego.

7.1.2. – Análise sócio-demográfica dos clientes inseridos profissionalmente

7.1.2.1. Introdução

Para efeitos de caracterização dos grupos em questão, utilizou-se a mesma grelha, de forma a permitir a comparação e a análise das variações. Os dados recolhidos e trabalhados permitiram a concepção dos quadros resumo que abaixo se apresentam.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Quadro 7.3. Caracterização 46 clientes - Ficha de acolhimento

FICHA DE ACOLHIMENTO GADE - 46 Clientes colocados*

1) Nacionalidade			2) Sexo			3) Idade			4) Escolaridade		
1. Portuguesa	27	59%	1. Masculino	12	26%	1. < 15 anos			1. Não sabe ler nem escrever	2	4%
2. Caboverdeana	11	24%	2. Feminino	34	74%	2. 15-19 anos	1	2%	2. < 4º. Ano	4	9%
3. Angolana	3	7%			3. 20-24 anos	7	15%	3. 1º.ciclo - 4 anos	5	11%	
4. Moçambicana	1	2%			4. 25-34 anos	19	41%	4. 2º. Ciclo - 6 aos	13	28%	
5. Guineense	2	4%			5. 35-44 anos	9	20%	5. 3º. Ciclo - 9 anos	13	28%	
6. Brasileira	1	2%			6. 45-49 anos	5	11%	6. Ens. Secundário	8	18%	
7. Outras	1	2%			7. 50-54 anos	2	4%	7. Ens. Superior	1	2%	
					8. 55-65 anos	3	7%	8. Não refere			
					9. > 64 anos						
5) Forma de encaminham.			6) Motivações iniciais			7) Sit.Prof.chegada Gade			8) Form.Profissional		
1. Seg. Social	4	9%	1. Nec.Emprego	25	54%	1. 1º. Emprego	1	2%	1. Nenhuma	32	70%
2. IEFP			2. Nec. Emprego/DPS	2	4%	2. Desemp. < 12m	31	68%	2. Apoio à Fam.e Com.	2	4%
3. Parceiros locais	4	9%	3. Nec. Emp./DPS/Form.	5	11%	3. Desemp. > 12m	13	28%	3. Hotelaria	1	2%
4. Familiares e amigos	13	28%	4. Nec. Emp./Acomp.	12	26%	4. Nunca trabalhou			4. Comércio		
5. Iniciativa própria	17	37%	5. Nec. Emp./Form./Acomp	2	5%	5. Outra	1	2%	5. Administrativa/Inform.	3	7%
6. Outras	8	17%	6. Outras necessidades						6. Outra	8	17%
9) Exp. Profissional			10) Local de Residência			11) Alojamento-Tipo			12) Alojamento-Situação		
1. Não tem			1. Bairro	24	52%	1. Sem alojamento fixo			1. Próprio	1	2%
2. Acção Educativa	2	4%	2. Freguesia	13	29%	2. Apartamento	37	80%	2. Alugado	5	11%
3. Geriatria			3. Concelho	7	15%	3. Vivenda/moradia	3	7%	3. Familiar/amigo	16	35%
4. Ser. Dom./Limpezas	5	11%	4. Fora do concelho	2	4%	4. Outro	1	2%	4. Alojamento social	15	33%
5. Comércio	1	2%			5. Não refere	5	11%	5. Outros	1	2%	
6. Restauração	5	11%						6. Não refere	8	17%	
7. Hotelaria - outros	4	9%									
8. Segurança	1	2%									
9. Const. Civil	6	13%									
10. Jardinagem/Cantoneiro											
11. Diversas áreas	22	48%									
13) Estado Civil			14) Nº. Filhos			15) Tipologia Familiar			16)Escolaridade do conj.		
1. Solteiro/a	19	41%	1. Não tem	7	15%	1. Vive com o cônjuge	1	2%	1. N/sabe ler nem escrever	1	2%
2. Casado/a-U.Facto	19	41%	2. Um	12	26%	2. Vive com o cônjuge e filhos	15	33%	2. < 4º. Ano	1	2%
3. Divorcido/a	4	9%	3. Dois	8	17%	3. Vive com os filhos	6	13%	3. 1º.ciclo - 4 anos	1	2%
4. Viúvo/a	1	2%	4. Três	8	18%	4. Vive com o pai			4. 2º. Ciclo - 6 aos	3	7%
5. Não refere	3	7%	5. Quatro-s eis	6	13%	5. Vive com a mãe	3	7%	5. 3º. Ciclo - 9 anos	2	4%
			6. > 6	1	2%	6. Vive com os pais	3	6%	6. Ens. Secundário	1	2%
			7. Não refere	4	9%	7. Vive com o pai/mãe e os filhos	3	7%	7. Ens. Superior		
					8. Vive com os pais e os filhos	6	13%	8. Não se aplica/Não refere	37	81%	
					9. Vive c/outros familiares e amigos	1	2%				
					10. Vive sózinho/a	4	9%				
					11. Vive c/ amigos/fam. e c/ os filhos	1	2%				
					12.Não refere	3	6%				
17) Sit.Prof. do cônjuge			18) Apoios			19) Acções Freq. VIPP			20) Área Act. Econ. Inserção		
1. Trab.p/conta de outrem	7	15%	1. Não recebe apoios	6	13%	1. Não frequentou	31	67%	1. Acção Educativa	1	2%
2. Trab.por conta própria			2. Ap.sociais pontuais			2. Ateliers de DPS e Finan.P.			2. Geriatria	4	9%
3. Desemp.< 12 m			3. Banco alimentar	2	4%	3. Acções de micro-crédito	3	7%	3. Ser. Dom./Limpezas	7	15%
4. Desemp.> 12 m	2	5%	4. RSI	6	13%	4.. Ateliers procura emp.	2	4%	4. Comércio	5	11%
5. Pensionista			5. Já recebeu RSI	1	2%	5. Ateliers TIC	5	11%	5. Restauração	9	20%
6. Inactivo-Incapacitado	1	2%	6. Subs. Desemprego	1	2%	6. Oficinas de Letura e Escrita	3	7%	8. Hotelaria - outros	3	7%
7. Outra	1	2%	7. Div.subs.(RSI+BA...)	5	11%	7. Diversos	2	4%	7. Segurança	2	4%
8. N.se aplica/N.refere	35	76%	8. Outros (pensão)	3	7%				8. Const. Civil	7	15%
			9. Em proc. RSI	3	7%				9. Jardinagem/Cantoneiro		
			10. Não refere	19	41%				10. Outras	8	17%

* Quadro resultante do tratamento de dados em SPSS da Ficha de Acolhimento

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Quadro 7.4. Ficha de acolhimento – Caracterização 18 clientes

FICHA DE ACOLHIMENTO GADE - 18 Clientes que conseguiram manter o emprego*

1) Nacionalidade			2) Sexo			3) Idade			4) Escolaridade		
	18	100%		18	100%		18	100%		18	100%
1. Portuguesa	12	67%	1. Masculino	5	28%	1. < 15 anos			1. Não sabe ler nem escrever	1	6%
2. Caboverdeana	2	11%	2. Feminino	13	72%	2. 15-19 anos		0%	2. < 4º. Ano		0%
3. Angolana	1	6%			3. 20-24 anos		2	11%	3. 1º.ciclo - 4 anos	1	6%
4. Moçambicana		0%			4. 25-34 anos		8	44%	4. 2º. Ciclo - 6 aos	6	33%
5. Guineense	1	5%			5. 35-44 anos		6	33%	5. 3º. Ciclo - 9 anos	5	27%
6. Brasileira	1	5%			6. 45-49 anos			0%	6. Ens. Secundário	4	22%
7. Outras	1	6%			7. 50-54 anos		1	6%	7. Ens. Superior	1	6%
					8. 55-65 anos		1	6%	8. Não refere		0%
					9. > 64 anos						
5) Forma de encaminham.			6) Motivações iniciais			7) Sit.Prof.chegada Gade			8) Form.Profissional		
1. Seg. Social	2	11%	1. Nec.Emprego	9	50%	1. 1º. Emprego	1	5%	1. Nenhuma	11	61%
2. IIEFP		0%	2. Nec. Emprego/DPS	2	11%	2. Desemp. < 12m	10	56%	2. Apoio à Fam.e Com.	1	6%
3. Parceiros locais	1	6%	3. Nec. Emp./DPS/Formação	2	11%	3. Desemp. > 12m	7	39%	3. Hotelaria	1	6%
4. Familiares e amigos	6	33%	4. Nec. Emp./Acomp.	4	22%	4. Nunca trabalhou			4. Comércio		
5. Iniciativa própria	6	33%	5. Nec. Emp./Form./Acomp	1	6%	5. Outra			5. Administrativa/Inform.	1	5%
6. Outras	3	17%						6. Outra	4	22%	
9) Exp. Profissional			10) Local de Residência			11) Alojamento-Tipo			12) Alojamento-Situação		
1. Não tem			1. Bairro	10	56%	1. Sem alojamento fixo			1. Próprio		
2. Acção Educativa			2. Freguesia	5	28%	2 Apartamento	15	83%	2. Arrendado	2	11%
3. Geriatria			3. Concelho	3	16%	3. Vivenda/moradia	1	6%	3. Familiar/amigo	8	44%
4. Ser. Dom./Limpezas	2	11%	4. Fora do concelho		0%	4. Outro	1	6%	4. Alojamento social	6	33%
5. Comércio						5. Não refere	1	5%	5. Outros	1	6%
6. Restauração	2	11%						6. Não refere	1	6%	
7. Hotelaria - outros	2	11%									
8. Segurança	1	6%									
9. Const. Civil	1	6%									
10. Jardinagem/Cantoneiro											
11. Diversas áreas	10	55%									
13) Estado Civil			14) N. Filhos			15) Tipologia Familiar			16)Escolaridade do conj.		
1. Solteiro/a	5	28%	1. Não tem	3	17%	1. Vive com o cônjuge	1	5%	1. N/sabe ler nem escrever	1	5%
2. Casado/a-U.Facto	10	56%	2. Um	3	17%	2. Vive com o cônjuge e filhos	8	44%	2. < 4º. Ano		
3. Divorcido/a	2	11%	3. Dois	5	28%	3. Vive com os filhos			3. 1º.ciclo - 4 anos		
4. Viúvo/a			4. Três	4	22%	4. Vive com o pai			4. 2º. Ciclo - 6 aos	2	11%
5. Não refere	1	5%	5. Quatro-seis	2	11%	5. Vive com a mãe	2	11%	5. 3º. Ciclo - 9 anos	1	6%
			6. > 6			6. Vive com os pais	1	6%	6. Ens. Secundário		
			7. Não refere	1	5%	7. Vive com o pai/mãe e os filhos	1	6%	7. Ens. Superior		
						8. Vive com os pais e os filhos	2	11%	8. Não se aplica/Não refere	14	78%
						9. Vive c/outros familiares e amigos	1	6%			
						10. Vive sózinho/a	1	6%			
						11. Vive c/ amigos/fam.e c/ os filhos					
						12.Não refere	1	5%			
17) Sit.Prof. do cônjuge			18) Apoios			19) Acções Freq.VIPP			20) Área Act. Econ. Inserção		
1. Trab.p/conta de outrem	2	11%	1. Não recebe apoios	4	22%	1. Não frequentou	12	67%	1. Acção Educativa	1	6%
2. Trab.por conta própria			2. Ap. sociais pontuais			2. Ateliers de DPS e Finan.P.			2. Geriatria	2	11%
3. Desemp.< 12 m			3. Banco alimentar	1	6%	3. Acções de micro-crédito			3. Ser. Dom./Limpezas	2	11%
4. Desemp.> 12 m	2	11%	4. RSI	1	6%	4.. Ateliers procura emp.	1	6%	4. Comércio	1	5%
5. Pensionista			5. Já recebeu RSI	1	5%	5. Ateliers TIC	2	11%	5. Restauração	5	28%
6. Inactivo-Incapacitado	1	6%	6. Subs. Desemprego	1	6%	6. Oficinas de Leitura e Escrita	2	11%	8. Hotelaria - outros	2	11%
7. Outra	1	5%	7. Div.subs.(RSI+BA...)	2	11%	7. Diversos	1	5%	7. Segurança	1	5%
8. N.se aplica/N.refere	12	67%	8. Outros (pensão)						8. Const. Civil	1	6%
			9. Em proc. RSI	1	5%				9. Jardinagem/Cantoneiro		
			10. Não refere	7	39%				10. Outras	3	17%

* Quadro resultante do tratamento de dados em SPSS da Ficha de Acolhimento

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

7.1.2.2. Caracterização sócio-demográfica

Das 46 pessoas que conseguiram inserção profissional, 74% são mulheres e 26% homens, percentagens que em termos proporcionais se mantêm para o grupo dos 18 clientes. A amostra incidu sobre 13 pessoas, 9 do sexo feminino e 4 do sexo masculino, mantendo-se assim as proporções de cerca de 70% de mulheres e 30% de homens.

Nas colocações profissionais predominam as nacionalidades que se encontravam mais representadas no universo e as entrevistas recaíram sobre 9 pessoas que nasceram em Portugal e 4 fora de Portugal.

Quadro 7.5. Nacionalidades dos diversos grupos em análise

Nacionalidade	Clientes					
	502	100%	46	100%	18	100%
1. Portuguesa	251	50%	27	59%	12	67%
N/ refere	120	24%				
2. Cabo-verdiana	80	16%	11	24%	2	11%
3. Angolana	16	3%	3	7%	1	6%
4. Moçambicana	5	1%	1	2%		
5. Guineense	5	1%	2	4%	1	5%
6. Brasileira	13	3%	1	2%	1	5%
7. Outras	10	2%	1	2%	1	6%

O grupo etário mais representado é o dos 25-34 anos, com 41%, e 44%, respectivamente, para os Grupos A e B, o que corresponde, também, ao grupo mais representado no universo das 502 pessoas. Segue-se o grupo etário dos 35-44 anos, com 20% e 33% e o grupo etário dos 20-24 anos, que apresenta uma percentagem de 15%, e 11% respectivamente. Os grupos etários que melhor conseguiram assegurar os empregos são os dos 25-34 anos, seguido do 35-44 anos, que totalizam 61% e 77% face aos respectivos universos de 46 e 18 pessoas. O grupo etário mais representativo da amostra é o dos 35-44 anos – 7 pessoas, tendo em conta que se apresenta como o grupo que melhor conseguiu manter o emprego, seguido do grupo dos 25-34 com 4 pessoas e finalmente uma pessoa em cada um dos grupos de 50-54 e 55-65 anos.

Sobre o grau de escolaridade, de salientar que das 46 pessoas 2 são analfabetas e 4 têm menos de 4 anos de escolaridade, o que corresponde a uma percentagem de 13% de pessoas sem grau de escolaridade, que coincide com a mesma percentagem para o universo das 502 pessoas. De salientar, ainda, que o bairro concentra uma elevada percentagem de pessoas sem escolaridade, quando comparada com a do Concelho - 3,8% ou mesmo com a da freguesia - 5%.

Sobre a escolaridade dos Homens e das Mulheres, mantém-se a proporcionalidade identificada para o universo das 502 pessoas.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Ainda que sem expressão quantitativa, as pessoas que se mantiveram nos postos de trabalho, em maior número, foram as detentoras do ensino secundário, todas as outras reduziram mais de 50%. Quanto a uma possível relação entre as habilitações escolares e o estado civil, não se verificam dados assinaláveis.

7.1.2.3. Caracterização Sócio-Familiar

As habilitações literárias dos pais dos clientes entrevistados situam-se entre o não sabe ler nem escrever, menos de 4 anos e 4 anos e apenas 1 caso que possui licenciatura.

Os clientes entrevistados, referiram que os pais trabalhavam na agricultura, como biscateiro, pedreiro, sapateiro, vendedor, taxista, comerciante e designer. Para as mães são referidas as actividades de doméstica, costureira, vendedora na rua, empregada de limpeza e dona de um café.

Relativamente aos pais, os filhos, actuais clientes do GADE, na sua maioria – 7 - apresentam como razões pela sua baixa escolaridade, ainda que mais elevada que a dos pais, a falta de recursos materiais: "...tive que trabalhar para ajudar os meus pais"; "...porque precisava de trabalhar para viver"; ".Deixei a escola por sermos pobres e não termos dinheiro". Os restantes 5 apontam causas de natureza mais pessoal como "não tinha paciência, nem cabeça", "queria ter o meu dinheiro" e "por causa dos namoricos"

Dos 13 entrevistados, 5 começaram a trabalhar entre os 10 e os 15 anos, 6 entre os 16 e os 17 anos e apenas 2 começaram a trabalhar aos 18 anos.

A maioria das pessoas que constitui o grupo A mora no Bairro – 52%. 28% mora na freguesia, 15% em outras freguesias do Concelho e apenas 4% mora fora do concelho. Em termos percentuais, mantém-se a relação no grupo B, sendo que as 2 pessoas que moravam fora do concelho não conseguiram manter o emprego. Do conjunto das 13 pessoas que constituem a amostra 8 moram no Bairro.

A maioria vive em casa de familiares e de amigos – 35%, 33% usufrui de alojamento social no Bairro e 11% reside em alojamento arrendado. Para o grupo dos 18 clientes, mantém-se a proporção, sendo que 44% vive em casa de familiares e de amigos, 33% usufrui de alojamento social no Bairro e 11% reside em alojamento arrendado.

Sobre o estado civil e para o grupo A, verifica-se um igual número de pessoas solteiras - 41% e casadas ou em união de facto – 41%. Os restantes 18% estão divididos entre pessoas divorciadas – 9%, viúvas – 2% e 7% de pessoas que não referem o seu estado civil.

Quanto ao grupo B, são as pessoas casadas que surgem com uma maior percentagem, constituindo 56% do grupo, permitindo concluir que, proporcionalmente, as pessoas casadas, em comparação com as outras categorias, conseguiram manter mais empregos.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

Do cruzamento das variáveis “estado civil” e “sexo” sobressai uma percentagem superior de mulheres solteiras, representando estas 37% e os homens 9% do grupo A.

*Quadro 7.6. Sexo * Estado Civil – Comparação Grupo 46 e 18 clientes*

Sexo	Estado Civil											
	Solteiro		Casado/U.F.		Divorciado		Viúvo		Não refere		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
Masculino	4	2	6	2	1	1	0	0	1	0	12	5
Feminino	15	3	13	8	3	1	1	0	2	1	34	13
Total	19	5	19	10	4	2	1	0	3	1	46	18

Passando para o grupo B, verifica-se que enquanto 50% dos homens solteiros perderam o emprego, nas mulheres, essa percentagem sobe para 80%, verificando-se assim que as mulheres têm mais dificuldade em manter os seus empregos.

Provavelmente as dificuldades de manter o emprego, advêm do facto de serem mulheres solteiras com filhos a cargo. No grupo A as mulheres solteiras com filhos representam 33% e as casadas outros 33% do universo. No grupo B as percentagens assumem valores muito diferentes: 17% para as mulheres solteiras com filhos e 56% para as casadas com filhos, parecendo, assim que as famílias monoparentais têm mais dificuldades em manter os empregos.

*Quadro 7.7. Nº. de filhos * Estado Civil – Comparação Grupo 46 e 18 clientes*

Número de Filhos	Estado Civil											
	Solteiro		Casado/U.F.		Divorciado		Viúvo		Não refere		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
Não tem	6	2	1	1	0	0	0	0	0	0	7	3
1 filho/a	6	1	5	2	1	0	0	0	0	0	12	3
2 filhos/as	3	1	3	3	2	1	0	0	0	0	8	5
3 filhos/as	1	1	6	2	1	1	0	0	0	0	8	4
4-6 filhos/as	3	0	3	2	0	0	0	0	0	0	6	2
> 6 filhos/as	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Não Refere	0	0	1	0	0	0	0	0	3	1	4	1
Total	19	5	19	10	4	2	1	0	3	1	46	18

Cruzando o estado civil com a situação profissional à chegada ao GADE, os grupos encontram-se equilibrados, verificando-se igual distribuição entre as pessoas solteiras e casadas: 14 e 13 respectivamente, desempregados à menos de 12 meses e 5, solteiras/5 casadas desempregadas há mais de 12 meses.

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

*Quadro 7.8. Estado Civil * Situação face ao Emprego à chegada do GADE - Comparação Grupo 46 e 18 clientes*

Estado Civil	Situação face ao Emprego à chegada do GADE									
	1º. Emp.		Desemp..<12 m		Desemp..>12 m		Outra		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
Solteiro	0	0	14	3	5	2	0	0	19	5
Casado/União de facto	0	0	13	5	5	5	1	0	19	10
Divorciado	1	1	1	1	2	0	0	0	4	2
Viúvo	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Não Refere	0	0	3	1	0	0	0	0	3	1
Total	1	1	31	10	13	7	1	0	46	18

Comparando o grupo A com o B, verifica-se que as pessoas que chegaram ao GADE desempregadas há mais de 12 meses, foram as que melhor conseguiram manter o emprego, com destaque para as pessoas casadas.

Procurando efectuar uma leitura sobre as condições dos respectivos cônjuges, com os dados disponíveis não é possível tirar conclusões, apenas é possível efectuar a leitura que das 13 pessoas casadas, desempregadas há menos de 12 meses, 6 têm o cônjuge a trabalhar por conta de outrem e 1 tem o cônjuge desempregado há mais de 12 meses. Sobre a situação profissional do cônjuge das restantes 6 pessoas casadas não é possível retirar qualquer ilação.

Não existem elementos suficientes para analisar a situação dos cônjuges, sendo apenas possível referir que em termos de escolaridade é seguida a tendência verificada quanto aos baixos níveis de escolaridade.

São as pessoas casadas ou a viver em união de facto que maioritariamente residem em alojamento social (12 pessoas), sendo que apenas 3 pessoas, na condição de solteiras conseguiram ter acesso a habitação neste regime. A maioria das pessoas solteiras – 12, vive com familiares/amigos e das 5 pessoas com casa arrendada, 3 são solteiras.

*Quadro 7.9. Situação do alojamento * Estado Civil – Comparação Grupo dos 46 e 18 clientes*

Situação do Alojamento	Estado Civil											
	Solteiro		Casado/U.F.		Divorciado		Viúvo		Não refere		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
Próprio	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Arrendado	3	1	2	1	0	0	0	0	0	0	5	2
Familiar/amigo	12	4	2	2	2	2	0	0	0	0	16	8
Alojamento Social	3	0	12	6	0	0	0	0	0	0	15	6
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Não refere	1	0	3	1	1	0	1	0	2	0	8	1
Total	19	5	19	10	4	2	1	0	3	1	46	18

O agregado familiar clássico – cônjuge e filhos, no grupo A, conforme quadro 7.3., representa 33% da população em análise. 13% - são famílias monoparentais femininas que vivem sozinhas com os filhos

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

e outros 13% são mulheres com filhos que vivem com os pais das próprias. 7% vive com os filhos na casa do pai ou da mãe, verificando-se uma certa tendência para a reprodução do modelo familiar. Apenas 9% da população vive sozinha, sendo essencialmente constituída por homens.

No que respeita à conciliação vida pessoal, familiar e profissional, através das entrevistas verifica-se que as mulheres solteiras com filhos, conseguem conciliar com o apoio dos familiares: 5 casos referem que têm apoio de familiares e amigos para ajudarem a cuidar dos filhos, sobretudo por causa dos horários de trabalho: “...é fundamental ter o apoio de outras pessoas, sozinhas não conseguimos, nem que fossemos super mulheres.” (entrevista nº. 12). “A minha mãe leva os meus filhos à escola, e depois eu vou buscar...” entrevista nº. 7). Das 6 mulheres do grupo A, a viverem sozinhas com os filhos, nenhuma conseguiu manter o emprego, a tipologia que melhor garantiu os seus postos de trabalho foi a que vive com o cônjuge e com os filhos. O único homem com filhos que manteve o emprego vive com os pais.

Quadro 7.10. Tipologia familiar – Comparação grupo 46 e 18 clientes

Tipologia Familiar	Grupo 46			Grupo 18		
	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total
Vive com o cônjuge	0	1	1	0	1	1
Vive com o cônjuge e com os filhos	5	10	15	2	6	8
Vive com os filhos	0	6	6	0	0	0
Vive com a mãe	2	1	3	1	1	2
Vive com os pais	0	3	3	0	1	1
Vive com o pai/mãe e os filhos	0	3	3	0	1	1
Vive com os pais e os filhos	1	5	6	1	1	2
Vive com outros familiares e amigos	0	1	1	0	1	1
Vive sozinho	3	1	4	1	0	1
Vive com amigos/fam. e com os filhos	0	1	1	0	0	0
Não refere	1	2	3	0	1	1
Total	12	34	46	5	13	18

Mesmo para as mulheres casadas a questão da conciliação e da partilha das responsabilidades não é praticada: “Quando não posso falo com uma vizinha que costuma ficar com os miúdos. O meu marido tem o trabalho e não pode faltar, sabe como é sobra sempre para as mulheres”(entrevista nº. 5). 5 clientes respondem claramente que foi muito difícil, porque só contaram com elas próprias para fazer tudo. Os 5 casos reportam-se às crianças como sendo a vida pessoal e familiar sendo as respostas “muito trabalho”; “sofri muito”; “Eu nem sei o que isso é. Primeiro trabalhava para os meus pais, lá na terra, depois fui para França e quando regressei começou o inferno e fiquei presa, os meus filhos começaram a andar na droga e pronto (...) Agora é tudo bem mais fácil, o meu marido está melhor e pode ficar sozinho e os meus filhos, que precisavam de muitos cuidados, infelizmente, já morreram, agora já não precisam de mim e posso trabalhar” (entrevista nº. 1). O cliente que tem o negócio próprio refere que é fácil conciliar: “a esposa trabalha comigo, dá para conciliar tudo.” (entrevista nº.10).

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Apenas 3 pessoas responderam não haver problemas porque não têm filhos a cargo e uma pessoa porque vive sozinha.

No que se refere aos apoios/subsídios recebidos pelo grupo A, 41% não revela informação sobre a situação, 11% recebia, cumulativamente, RSI e banco alimentar. 9% recebiam RSI e apenas 1 pessoa recebia subsídio de desemprego, o que poderá ser indiciador de situações precárias de trabalho, não permitindo aos trabalhadores aceder ao subsídio de desemprego.

Passando para o grupo B, verifica-se que 7 pessoas não revelam informação sobre a situação e 4 não recebiam. De salientar que a pessoa que recebia subsídio de desemprego e a pessoa que já recebeu RSI, mantiveram o seu posto de trabalho. Igualmente de assinalar que as pessoas que referiram não receber apoios sofreram alterações ao nível da manutenção de emprego pouco expressivas, quando comparadas com as categorias “recebia RSI” e “Div Subsídios (RSI+B.A.)”, que no conjunto apresentam 8 pessoas que não conseguiram manter o posto de trabalho.

Interessante constatar que as pessoas beneficiárias do Banco Alimentar, são muito poucas, sendo beneficiárias as que tem mais filhos. Verifica-se que 1 pessoa mantém o banco alimentar, apesar da situação de emprego. Das 6 pessoas que recebiam RSI, apenas 1 conseguiu manter o posto de trabalho.

*Quadro 7.11. Apoios * N.º. de filhos – Comparação grupo 46 e 18 clientes*

Apoios	Número de Filhos															
	Não tem		1 filho		2 filhos		3 filhos		4-6 filhos		> 6 filhos		Não refere		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
Não recebe	3	1	0	0	1	1	2	2	0	0	0	0	0	0	6	4
Banco alimentar	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	2	1
RSi	0	0	1	0	1	0	2	0	1	0	0	0	1	1	6	1
Já recebeu RSI	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Subsídio de desemprego	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Div. subsídios(RSI+B.A.)	0	0	2	1	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	5	2
Outros (pensão)	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0
Em proc. RSI	0	0	1	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Não refere	4	2	6	1	1	1	3	2	2	1	0	0	3	0	19	7
Total	7	3	12	3	8	5	8	4	6	2	1	0	4	1	46	18

Durante as entrevistas e face à questão “o que fazia de imediato quando ficava desempregado?”, 4 pessoas responderam que recorriam a apoios, RSI, subsídio de desemprego e outros, das quais 2 deram como motivos a necessidade e outra a acomodação:

Fui pedir o Rendimento mínimo, porque depois não podia trabalhar, porque tinha que cuidar do meu marido que teve um AVC e do meu filho, que na altura tinha sida e já estava em estado terminal” (entrevista 1);
 “Teve uma altura em que fiquei desempregada, e que ainda era casada, que o meu marido não quis que eu voltasse a trabalhar, porque como ele era construtor civil, e na época ganhava-se bem nessa profissão dava

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

perfeitamente para nós. Então fiquei apenas a tomar conta dos filhos, da casa e da família. Depois ele arranjou outra mulher e eu tive que me fazer de novo à vida, ia as pastelarias perguntar se precisavam de alguém para trabalhar, mas como a resposta era sempre “não já temos pessoal suficiente, mas se um dia precisarmos, nós dizemos” claro que isso nunca aconteceu. Acabei por me aborrecer de tantas portas bater e de todos ma fecharem que me habituei a viver com os abonos, com a pensão de alimentos, com o apoio dos meus pais, e com o rendimento mínimo (entrevista nº. 8).

Os restantes clientes evidenciaram posições muito activas, nomeadamente “Procurava logo outro emprego”; “Normalmente quando saia de um trabalho rapidamente arranjava outro de seguida. Batia à porta das empresas e apresentava-me à procura de emprego”; “ias às obras procurar trabalho”; “limpezas nas casas das senhoras e bolos e rissóis para fora”; “corria tudo à procura de trabalho e fazia o que aparecia”

Para a maioria dos entrevistados o período de desemprego, está associado a situações muito complicadas e difíceis, sendo possível sobreviver graças à ajuda da família e dos amigos, do banco alimentar e, os que tinham direito, dos apoios sociais: “Com alguma coisa que tinha poupado e com a pensão de alimentos que era para o meu filho e tinha que dar para os dois (...). Arranjava sempre qualquer coisa (...) O importante era trabalhar mesmo que poucas horas até arranjar melhor.” (entrevista nº. 6)

7.1.2.4. Percurso sócio-profissional

A maioria dos clientes chegou ao GADE por iniciativa própria ou recomendados por familiares/amigos, totalizando 65%, o que corresponde a 30 pessoas, das quais 12 conseguiram manter o posto de trabalho.

Quanto à situação profissional à chegada ao GADE, constata-se que 68% encontravam-se desempregados há menos de 12 meses e 28% há mais de 12 meses, sendo no entanto de realçar que, proporcionalmente, foi o grupo dos desempregados há mais de 12 meses que melhor conseguiu manter o emprego – 54% face ao grupo dos 46 elementos, enquanto que os desempregados há menos de 12 meses apresentam uma percentagem de 32%. A única pessoa colocada que se encontrava há procura do 1º emprego manteve o trabalho.

Quadro 7.12. Situação profissional à chegada ao GADE – Comparação universo / grupo 46 / grupo 18

Situação Profissional à chegada ao GADE	Clientes						
	373	*	100%	46	100%	18	100%
1. 1º. Emprego	19		5%	1	2%	1	5%
2. Desemp. < 12m	73		20%	31	68%	10	56%
3. Desemp. > 12m	99		27%	13	28%	7	39%
4. Nunca trabalhou							
5. Outra	182		49%	1	2%	0	0%

* - 373 = 502 clientes -129 em situação de "empregados"

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

As motivações iniciais dos clientes do GADE são, fundamentalmente, as necessidades de emprego e de acompanhamento, totalizando cerca 80% do universo das 46 pessoas. A percentagem de desempregados há menos de 12 meses que definem como prioritárias as motivações de emprego e o acompanhamento totaliza 81%, seguido de 85% por parte dos desempregados há mais de 12 meses. As percentagens para o grupo B mantêm-se nas mesmas proporções, ou seja, 72% para o grupo das 18 pessoas; 70% para os desempregados há menos de 12 meses e 86%, para os desempregados há mais de 12 meses. As necessidades de emprego, de desenvolvimento pessoal e formação surgem com 11%, para cada um dos grupos.

Face ao exposto é talvez possível referir que são os desempregados há mais de 12 meses, que apresentam motivações essencialmente ligadas ao emprego e ao acompanhamento e que, em termos proporcionais, melhor conseguiram assegurar os seus empregos.

*Quadro 7.13. Motivações iniciais * Situação profissional à chegada ao GADE – Comparação 46 – 18 clientes*

Motivações Iniciais	Situação Profissional - Grupo 46					Situação Profissional - Grupo 18				
	1º. Emp.	Desemp. <12 m.	Desemp p.>12 m.	Outra	Total	1º. Emp.	Desemp . <12 m.	Desemp .>12 m.	Outra	Total
Nec. Emprego	0	18	7	0	25	0	5	4	0	9
Nec. Emprego/DPS	1	1	0	0	2	1	1	0	0	2
Nec. Emp./DPS/Form.	0	4	1	0	5	0	2	0	0	2
Nec. Emp./Acomp.	0	7	4	1	12	0	2	2	0	4
Nec. Emp./Form./Acomp.	0	1	1	0	2	0	0	1	0	1
Total	1	31	13	1	46	1	10	7	0	18

Conjugando estes elementos com o percurso seguido pelos clientes no VIPP, verifica-se que apenas 33% aceitou integrar-se num atelier do projecto, enquanto procuravam emprego, sendo os ateliers mais frequentados os de informática, as oficinas de leitura e escrita e os de micro-crédito. Os restantes 67% da população não aceitaram nenhum atelier, manifestando o interesse e a necessidade de encontrarem trabalho o mais rapidamente possível. No grupo das 18 pessoas que mantiveram o emprego, verifica-se a manutenção das percentagens, sendo questionável a importância dos ateliers para o processo de inserção profissional.

No que respeita à formação profissional, em ambos os grupos a percentagem de pessoas que nunca teve formação é muita elevada, 70% e 61%, respectivamente para os grupos A e B. O número de pessoas com formação não tem expressão e não se encontram relações entre a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Quanto à experiência profissional, também se apresenta extremamente diversificada, predominando a construção civil para os homens e a restauração e serviços domésticos/limpezas para as mulheres.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Das 13 pessoas, 8 referiram que não tiveram qualquer preparação ou formação para o trabalho, 2 efectuaram preparação directamente relacionada com a actividade a desenvolver – segurança/vigilante e operadora de “call center”; uma porque optou no secundário, pela via técnico-profissional e obteve o 12º.

Ano e uma certificação na área administrativa/comercial e 2 pessoas porque aproveitaram formação que surgiu de forma “avulsa”.

Apenas 2 pessoas tiveram oportunidade de escolher o emprego, os restantes “foi o que apareceu” , “o que importava era trabalhar para comer.” (entrevista nº. 8)

7.1.2.5. Inserção Profissional

Relativamente à inserção profissional, o maior número de colocações registou-se nas áreas da restauração, serviços domésticos/limpezas e construção civil, constatando-se que as áreas onde se verificaram menos saídas foram as áreas da Acção Educativa, mantendo-se a única colocação. Geriatria, Restauração, Hotelaria-Outros e Segurança tiveram uma redução de cerca de 50%, como é possível constatar através da análise dos quadros 7.3. e 7.4.

As áreas profissionais como a Geriatria, os Serviços Domésticos/Limpezas”, Restauração e Hotelaria-Outros, são exclusivamente femininas, não se verificando a existência de áreas exclusivamente masculinas. As mulheres a trabalhar nas áreas de Construção Civil, Segurança e Outras, não conseguiram manter os seus postos de trabalho.

Proporcionalmente, os grupos etários que melhor asseguraram os respectivos postos de trabalho foram os grupos dos 25-34 e o dos 35-44 anos, o que corresponde aos grupos que têm mais filhos.

*Quadro 7.14. Inserção profissional * Idade – Comparação grupo 46 e 18 clientes*

Inserção Profissional	Idade														Total	
	15-19 anos		20-24 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-49 anos		50-54 anos		55-65 anos		Gp.46	Gp.18
	Gp.46	Gp.18	Gp.46	Gp.18	Gp.46	Gp.18	Gp.46	Gp.18	Gp.46	Gp.18	Gp.46	Gp.18				
Acção Educativa	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Geriatria	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	1	0	4	2
Ser.Dom./Limpezas	1	0	0	0	5	2	0	0	1	0	0	0	0	0	7	2
Comércio	0	0	2	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	1
Restauração	0	0	3	1	1	0	2	2	1	0	1	1	1	1	9	5
Hotelaria - outros	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	3	2
Segurança	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	1
Const.Civil	0	0	0	0	2	0	3	1	1	0	0	0	1	0	7	1
Outras	0	0	1	0	4	2	2	1	0	0	1	0	0	0	8	3
Total	1	0	7	2	19	8	9	6	5	0	2	1	3	1	46	18

**A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social –
o caso do Bairro Alto dos Barrinhos**

*Quadro 7.15. Idade * Número de filhos - Comparação grupo 46 e 18 clientes*

Idades	Número de Filhos															
	Não tem		1 filho		2 filhos		3 filhos		4-6 filhos		> 6 filhos		Não refere		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
1. < 15 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. 15-19 anos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
3. 20-24 anos	2	1	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2
4. 25-34 anos	5	2	5	1	2	2	2	1	2	1	0	0	3	1	19	8
5. 35-44 anos	0	0	1	0	2	2	4	3	1	1	0	0	1	0	9	6
6. 45-49 anos	0	0	0	1	1	0	2	0	2	0	0	0	0	0	5	0
7. 50-54 anos	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
8. 55-65 anos	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3	1
Total	7	3	12	3	8	5	8	4	6	2	1	0	4	1	46	18

Cruzando a experiência profissional com as áreas de inserção profissional é possível verificar que das 46, apenas 13 pessoas encontraram trabalho nas áreas onde possuíam experiência, não sendo possível estabelecer qualquer relação para as restantes. Destas 13, apenas 4 mantiveram o emprego nas áreas onde tinham experiência adquirida, nomeadamente 1 pessoa em cada uma das seguintes áreas: comércio, restauração, segurança e construção civil, não sendo possível estabelecer qualquer conclusão para este universo sobre uma relação entre Experiência Profissional e Inserção Profissional.

*Quadro 7.16. Área de inserção * Experiência profissional - Comparação grupo 46 e 18 clientes*

Área de Inserção	Experiência Profissional																	
	Acção Educ.		Ser.Dom./Limp.		Comércio		Restaur.		Hotelar.-Out.		Segurança		Const. Civil		Div.Áreas		Total	
	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18	G.46	G.18
Acção Educativa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Geriatrica	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	2	2	4	2
Ser.Dom./Limp.	0	0	3	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	3	1	7	2
Comércio	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	4	1
Restauração	2	0	1	1	0	3	2	1	0	0	0	0	0	0	4	3	7	5
Hotel. - outros	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	2
Segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	2	1
Const.Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6	1	0	0	7	1
Outras	0	0	0	0	0	1	2	1	1	1	0	0	0	0	5	1	8	3
Total	2	0	5	2	1	10	5	2	4	2	1	1	6	1	22	10	46	18

Sobre a questão da inserção profissional, a grande maioria das pessoas entrevistadas, refere que já teve muitos empregos e já desempenharam muitas tarefas: 5 dos entrevistados responderam que tiveram entre 4 a 7 empregos, outros 5 referiram “bastantes”.

O tempo de permanência nos empregos variava, sendo que a maioria respondeu que ia de 6 meses a 3 anos, o que coincidia com o tempo de duração dos contratos de trabalho a termo e apenas 2 pessoas responderam que ficaram durante 6 e 10 anos.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Os motivos das saídas estavam sobretudo relacionados com o fim dos contratos, porque as empresas não queriam trabalhadores efectivos, com a mudança ou o encerramento das empresas e com a procura de outros trabalhos que oferecessem melhores condições de trabalho, de horários e de salários. Uma das pessoas respondeu que “saltitava muito de emprego”, por causa dos horários que não eram ajustáveis aos horários da escola dos filhos. Motivos como “não gostava do patrão (...) o serviço era muito pesado (...) ou muito longe de casa.”, também foram apontados como justificação das saídas.

Para a maioria dos clientes, o percurso profissional é constituído por um acumulado de actividades, que não têm relação entre si, verificando-se, efectivamente, essa situação nos quadros onde se cruza a inserção profissional com a experiência profissional. Não se verifica qualquer princípio inerente à formação de uma “carreira profissional”: “vendi na banca, fiz petiscos, fui cozinheira, fiz limpezas” (entrevista nº. 13); “vendedor automóvel, empregado de mesa e balcão, aprendiz de mecânica e ajudante de talho.” (entrevista nº. 10). Apenas 2 pessoas referiram que sempre trabalharam na mesma área: “fui sempre vigilante” (entrevista nº. 9) e “sempre trabalhei como empregada de balcão” (entrevista nº.8).

A actual situação profissional dos clientes apresenta-se mais estável, sendo que 6 pessoas possuem contrato de trabalho sem termo, 6 têm contrato de trabalho a termo e uma pessoa desenvolveu um negócio por conta própria – constituiu uma empresa de limpezas domésticas, industriais e de condomínios.

Afunilando a análise, verifica-se que das 46 pessoas inseridas durante o período de Outubro de 2008 a Dezembro de 2009, a 31 de Dezembro de 2009, apenas se mantinham 30 pessoas. Um ano depois mantinham o emprego 24 pessoas e a 31 de Março de 2011, 18 pessoas mantinham o emprego. Face aos valores parece possível concluir que o mais difícil para estes clientes foi manter o emprego na fase inicial, pois verifica-se que a percentagem de saídas do trabalho reduz à medida que o tempo de emprego aumenta.

Quadro 7.17. Colocações * Saídas do emprego

	Nº. de Pessoas colocadas	% de pessoas que mantinham o emprego	% de abandono do emprego entre os diferentes momentos	% de abandono do emprego face às colocações iniciais
Total de Pessoas colocadas	46	100%	100%	100%
Pessoas que mantinham o mesmo posto de trabalho a 31/12/2009	35	76%	24%	24%
Pessoas que mantinham o mesmo posto de trabalho a 31/12/2010	24	52%	24%	48%

7.2. O Sistema Interventor

7.2.1. Estrutura do Sistema Interventor

O Sistema Interventor é constituído pelo projecto VIPP e pela rede de parceiros, que interagem com o projecto, com o objectivo de potenciar os recursos e as medidas existentes procurando “responder a necessidades de subsistência” e a “necessidades de participação” do sistema-cliente (Falcão, in Carmo, 2008: 63)

Relativamente ao projecto VIPP, e conforme já descrito no Capítulo V, está concebido em torno de 4 eixos de intervenção obrigatórios, com um total de 13 acções.

O projecto assenta em 3 pilares fundamentais:

- ▶ o **GADE**, no qual se enquadram as acções do Eixo de Intervenção 1 – Emprego, Formação e Qualificação, sendo da sua responsabilidade todos os aspectos relacionados com trabalho/emprego e formação, constituição de empresas/negócios, ateliers, acções de informação/sensibilização para clientes e para agentes económicos e instituições de formação;
- ▶ o **CPAI**, que comporta as diversas acções do Eixo de Intervenção 2 – Intervenção Familiar e Parental e os ateliers de TIC;
- ▶ a **PARCERIA**, que surge como um grande grupo mobilizado em torno de objectivos comuns, funcionando, na prática, em sub-grupos, assumindo diferentes papéis no projecto e agindo em dimensões também diferentes:

Dimensão micro:

1. Associações do Bairro e das zonas envolventes, que assumem simultaneamente a função de sistema cliente e sistema interventor. De sistema cliente enquanto beneficiárias directas da Acção 12: Acções de formação específicas para capacitação institucional das associações existentes no Bairro. De sistema interventor, enquanto mobilizadores da população para a participação da população para as acções do projecto VIPP, enquanto elementos que participam na concepção, planeamento, organização e desenvolvimento das acções. A este nível é de assinalar a participação da Associação Pedreira dos Húngaros, mais vocacionada para a população Cabo-verdiana e para as áreas da juventude – desporto e dança. A Associação dos Amigos da Mulher Angolana, que trabalha com toda a comunidade, sendo a responsável pela distribuição dos bens do Banco Alimentar no Bairro. Estas entidades, juntamente com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia integram o designado “Espaço Cívico dos Barronhos”, com uma coordenação rotativa;

2. Instituições no âmbito geográfico da Freguesia, nas quais se consideram a Junta, as IPSS's, unidades de saúde, educação, farmácias e empresas em geral, que integram a Comissão Social de Freguesia de Carnaxide, coordenada pela Junta de Freguesia;

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Dimensão meso:

3. Instituições no âmbito geográfico do Concelho, dando lugar à constituição da Rede Social de Oeiras, coordenada pela Câmara Municipal, cujo Núcleo Executivo é integrado pela APSD.

A APSD, integra, ainda, enquanto entidade coordenadora e executora do projecto VIPP, o Núcleo Local de Inserção, coordenado pela Segurança Social, e com a participação da Câmara, do Centro de Emprego, da Educação e da Saúde, onde são analisados os pedidos de RSI e preparados os respectivos acordos de inserção.

Dimensão macro:

4. Instituto da Segurança Social e Câmara Municipal de Oeiras, enquanto parceiro formal do projecto VIPP e restantes Programas CLDS's.

7.2.2. Recursos Humanos e perfis para a intervenção

O sistema interventor, possui uma equipa técnica fixa, constituída pela Coordenadora do Projecto, licenciada em Psicologia, por uma Técnica de Emprego, licenciada em Economia (o Programa CLDS impõe como área de formação académica para o GADE licenciatura em economia ou gestão), por uma Técnica de Serviço Social, licenciada em Serviço Social e um Animador Sócio-Cultural (área de formação académica obrigatória pelo Programa), que no caso em questão, e excepcionalmente, possui formação em Psicologia, mas com experiência comprovada na área da animação e por um Técnico Administrativo. Formadores, Animadores e Consultores, complementam a equipa, com uma participação mais pontual de acordo com as formações, ateliers e actividades que se vão desenvolvendo. A investigadora desenvolve as funções de Responsável do Programa, garantindo a articulação do projecto VIPP, com as actividades da Associação, participando nas reuniões de coordenação e de auto-avaliação.

Em relação ao desenho dos perfis dos respectivos técnicos, observam-se dados que apontam para as seguintes características:

- ▶ **inteligência prática**, substanciada na detecção e resolução dos problemas emergentes da dinâmica do projecto, bem como na reformulação de questões e na construção de soluções;
- ▶ **capacidade de organização**, traduzida na sistematização dos diversos documentos e materiais que estruturam a vida do espaço, configurando uma coerência facilitadora de um acolhimento e inserção eficazes;
- ▶ **capacidade de comunicação**, substanciada na clareza e na simplicidade da linguagem, na adequação da mesma ao tipo de cultura dos clientes e na habilidade para criar empatia e bom relacionamento;
- ▶ **capacidade sensitiva e de auto - domínio**, evidenciadas através da compreensão dos diversos comportamentos revelados pelo grupo de clientes, dando-lhes o tratamento adequado, evitando entrar em conflito e integrando as questões definidas nos objectivos;

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

► **capacidade de motivação**, transmitindo-a ao grupo de clientes, gerando empatia e um bom ambiente que os disponibilizará para a cooperação e co-responsabilização dos compromissos por si assumidos;

► **capacidade de articulação entre o que é de natureza individual e grupal**, evidenciada nas dinâmicas de acolhimento e inserção específicas de cada uma das estruturas. A conduta do técnico assume, por isso, uma postura adequada junto do cliente, conforme este opte e se revele no colectivo ou pelo exercício da sua individualidade.

7.2.3. Recursos Materiais do Sistema Interventor

Em termos de recursos materiais, o projecto VIPP, dispõe de instalações situadas na rua principal do Bairro. Possui um balcão de atendimento, uma sala de atendimento individual, uma sala destinada especificamente para o GADE, onde o cliente dispõe de uma sala com computador com ligação à internet, impressora, scanner e telefone. São disponibilizados os jornais do dia e divulgadas as ofertas de emprego. São realizadas sessões colectivas onde se desenvolvem técnicas de procura de emprego, ateliers dinâmicos “Agarre esse Emprego”, periodicamente são organizadas sessões de informação sobre temáticas relacionadas com o mundo do trabalho e são desenvolvidas sessões de informação sobre a criação do próprio emprego e microcrédito. Com os clientes que demonstram interesse e/ou possuem uma ideia de negócio é-lhes facultado acompanhamento nas diversas fases de constituição e desenvolvimento do negócio.

As instalações possuem, ainda, salas para os diversos ateliers, sala de formação e sala de informática. O projecto conta, ainda, com espaço disponibilizado pelos parceiros do Bairro, especialmente quando se tratam de ateliers de dança, pintura ou festas comunitárias. A rua, e muito especificamente o largo principal do Bairro, funciona também como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de actividades do projecto (Anexo 7 – Listagem Geral das actividades realizadas)

Essencial para o estabelecimento da relação sistema cliente – sistema interventor, e para a obtenção de “consensos adequados sobre a identificação e análise do problema” (Carmo, 2008: 72) existe ainda um espaço, equipado com micro ondas, frigorífico, máquina para café e chá, onde num momento inicial, os técnicos oferecem um chá ou um café aos clientes, para depois se tornar num espaço de partilha de merendas, de preocupações, de informações e de estratégias.

7.3. A Intervenção

Seguindo o modelo proposto por Carmo (2007: 38-39), para além do sistema-cliente, do sistema-interventor, existe a interacção “que se traduz num conjunto de comunicações, através das quais se pretendem identificar necessidades e recursos e organizar respostas adequadas às primeiras através dos segundos” e “um ambiente que emoldura a interacção, proporcionando condições favoráveis ou desfavoráveis à intervenção.”

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Trata-se, portanto, de um processo que não é espontâneo e que assenta numa permanente dinâmica de mudança, onde o tecido social vai assumindo diferentes configurações. É um processo que se vai construindo e reconstruindo através de relações estabelecidas a diversos níveis que vão desde o micro, ao nível das relações quotidianas, até ao macro, envolvendo pessoas, organizações e o próprio Estado.

A imprevisibilidade inerente à intervenção, implica que o objecto da intervenção esteja em permanente construção, fruto do trabalho interactivo desenvolvido pelos diferentes actores, assumindo configurações próximas da metáfora de rede que Norbert Elias utiliza para designar a “sociedade de indivíduos”.

O projecto VIPP assenta numa intervenção que privilegia a construção de relações entre as pessoas, as organizações e o poder político, num território – Bairro dos Barrinhos e zonas envolventes, privilegiando simultaneamente os projectos individuais, os projectos colectivos e o projecto do próprio território.

Na dimensão mais restrita do sistema cliente – clientes do GADE, a intervenção social, desenvolvida, operacionaliza-se sobretudo em duas das três dimensões apresentadas por Carmo (2008: 65-66):

- “Dimensão socioeducativa que se concretiza em ajudar o sistema cliente a encetar um processo de ressocialização, aprendendo a identificar e utilizar recursos próprios e do ambiente em que vive, de modo a desenvolver-se como pessoa e a descobrir-se a ele próprio como recurso para o desenvolvimento dos que o rodeiam.
- Dimensão sociopolítica, que implica ajudar o sistema cliente a tomar consciência dos seus direitos cívicos, económicos, sociais, culturais e de solidariedade e a lutar por eles.”

“A dimensão assistencial, que se traduz em fornecimento de recursos mínimos à subsistência, com contrapartidas muito reduzidas” (Carmo, 2008: 65), surge no projecto de modo complementar às outras dimensões e em situações extremas, concretizando-se sobretudo em encaminhamentos urgentes, através de contactos privilegiados, para as organizações competentes.

No GADE o trabalho é desenvolvido por uma Técnica de Emprego, que recorrendo ao apoio de animadores externos e de instituições (ex.: Associação Nacional de Apoio ao micro Crédito, Bancos, Centro de Emprego, Gabinetes de Inserção Profissional, etc), organiza acções de informação sobre as diversas temáticas, ateliers de procura de emprego e colabora com os clientes num processo de procura activa de emprego, accionando contactos com entidades parceiras e com empresas do Concelho.

As acções desenvolvidas pelo CPAI, sejam ateliers, serviços de psicologia e de acompanhamento, acções de informação, entre outras, são de frequência obrigatória para os beneficiários de RSI, respeitando o estipulado no acordo de inserção. Os restantes clientes podem frequentá-las, voluntariamente, mediante inscrição e selecção prévias.

As “Outras Soluções”, respeitam a encaminhamentos para instituições que desenvolvem apoio específico de acordo com a natureza das situações: álcool e outras dependências, gravidez na adolescência, violência doméstica, regularização, etc

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

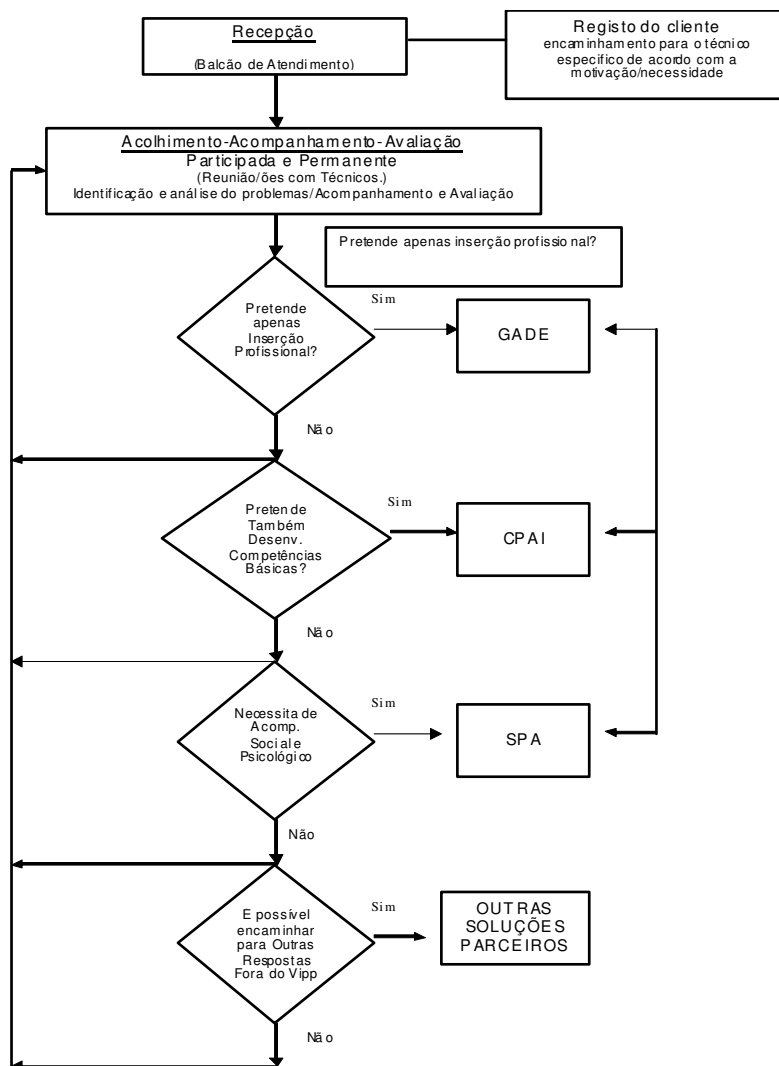
De salientar que estas “respostas” podem funcionar em simultâneo dependendo da situação e do interesse dos clientes.

O acompanhamento e a avaliação é uma constante ao longo de todo o processo. Nas reuniões marcadas previamente com o cliente, existem momentos específicos para a realização de balanço e de avaliação de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Anexo 6 – Grelha de Avaliação Técnico-Comportamental).

Para as pessoas que acedem ao GADE, com o principal objectivo de uma colocação profissional, a equipa desenvolve o trabalho assente num método de procura activa de emprego por parte do sistema cliente e do sistema interventor, centrado no contacto com entidades com o objectivo de receber ofertas de emprego, para, em conjunto analisar e decidir se será a melhor oportunidade de trabalho. Trata-se de um método de inserção profissional que obriga o sistema cliente a decidir se quer efectivamente encontrar trabalho e que o implica na decisão de aceitar, porque lhe é dada a possibilidade de escolha

De uma forma esquemática, é possível representar o modo de funcionamento do projecto através do fluxograma abaixo indicado:

Figura 7.1. Fluxograma de funcionamento do projecto VIPP, inspirado no fluxograma de Peter Ketner



CAPITULO VIII. A PERCEPÇÃO DOS ACTORES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO

8.1. O olhar dos Clientes

Parece possível concluir, que a maioria dos clientes que conseguiram concretizar a sua inserção, enquadram-se em situações de pobreza e de exclusão social. Acumulam diversas desvantagens sociais que não podem ser explicadas isoladamente e que estão relacionadas com encadeamentos biográficos ligados a mecanismos estruturais. Utilizando a classificação apresentada por Robert Castel, na sua grande maioria tratam-se de pessoas que se encontram nas zonas de vulnerabilidade e desafiliação, as quais correspondem, respectivamente a trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais e, ausência de trabalho e isolamento relacional, sendo que a maioria dos clientes se integra na zona de vulnerabilidade. Ainda que, utilizando pressupostos diferentes, Paugam classificaria os clientes do GADE que conseguiram manter a sua inserção como população frágil e população assistida, pois encontramos um conjunto de clientes que não perde a força e a vontade de encontrarem novo trabalho, enquanto que outros acabaram por sucumbir à dependência dos apoios.

Assim, neste quadro teórico que referencia os diferentes clientes que passaram pelo GADE e que conseguiram manter a sua inserção, importa, a partir da categorização efectuada para os 13 clientes, tirar algumas conclusões sobre a forma como percebem o processo de inserção profissional:

Para alguns clientes, sobretudo pessoas solteiras, do sexo masculino e sem filhos a cargo, a inserção profissional surge associada apenas ao emprego, sendo a ausência de trabalho a única dimensão impeditiva da inserção profissional. De acrescentar, ainda, e relacionado com a questão do género, mesmo os homens com família não apresentam preocupações de conciliação da vida familiar e profissional essa preocupação recai sobre as mulheres e as soluções que encontram para efectuar a conciliação estão sob sua responsabilidade.

Para outros clientes a inserção profissional surge associada ao emprego e simultaneamente a outras dimensões da vida, que os impedem, por vezes, de concretizar a inserção profissional, como sendo a família. Ou seja, a inserção profissional não é entendida simplesmente como um momento em que se articulam diplomas e postos de trabalho, sendo percebida como um processo multidimensional que envolve um conjunto de actores e factores diversificados, não sendo simplesmente o resultado de opções individuais que têm por base uma racionalidade económica.

Todos os clientes tem a percepção que um bom emprego é aquele que proporciona um bom ordenado, onde se pratica um bom horário (sem turnos) e existe a possibilidade de se fazer o que se gosta, com autonomia e responsabilidade e com bom ambiente de trabalho. Também referem que as condições essenciais para se conseguir um bom emprego passam pelos “estudos”, formação e experiência, sendo também necessário “sorte e cunhas”, chegando a ser referido por um cliente que para uma pessoa pobre é mais difícil concretizar a inserção, porque não lhe é dada a oportunidade de

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

demonstrar as suas capacidades, pelo que este cliente associa a situação de pobreza a motivo de exclusão profissional: “(...) quando se nasce pobre é tudo muito mais difícil, parece que temos sarna.” (entrevista nº. 4)

Dos 13 inquiridos, 8 responderam que o actual emprego é, sem dúvidas, a sua melhor experiência profissional: “Esta sem dúvida. Eu gosto do que faço, as pessoas respeitam-me e apreciam o que faço, tive muita sorte.” (entrevista nº. 9); “gosto do que faço e tenho a minha vida organizada, sinto que sou gente.” (entrevista nº. 7). Através da análise das entrevistas foi possível identificar como razões para as respostas dados os seguintes aspectos:

- a segurança e estabilidade económica, decorrentes de um contrato de trabalho e do cumprimento das obrigações legais;
- a segurança e estabilidade para a vida pessoal e familiar
- a confiança em si próprios, porque estão acompanhados pelos técnicos do projecto;
- a confiança que adquiriram deu-lhes responsabilidade e autonomia;
- a obtenção do respeito dos outros, permitiu a valorização pessoal e profissional.

Quando questionados sobre as alterações que fariam, caso fosse possível, no actual emprego, as respostas centraram-se no aumento de ordenado (6 pessoas) e no reforço/substituição dos recursos humanos (4 pessoas), acrescentando que possuem colegas que não estão a conseguir responder às exigências do trabalho, verificando-se capacidade critica por parte destes clientes. A questão dos horários por turnos tornou a ser referida, ainda que dada a natureza da actividade da entidade empregadora seja impossível deixar de ser praticado.

Mas se os clientes se enquadravam nas categorias de população frágil e população assistida, utilizando a classificação de Paugam e eles próprios reconheciam não possuir as condições para ter um bom emprego, e se, o actual emprego reúne a grande maioria das condições indicadas para ser um bom emprego, quais foram as variáveis que permitiram a estes clientes consumir e manter a sua inserção profissional? É a questão que se impõe de seguida nesta análise e interpretação dos resultados.

As respostas dadas pelos clientes e que se apresentam sistematizadas no ponto 3. da categoria 1. Características do processo de inserção do actual emprego, apontam para um processo de "conscientização". O trabalho desenvolvido com os técnicos, ajudou o cliente a reflectir sobre a sua realidade, permitindo-lhe desenvolver um processo reflexão-acção contínuo. O cliente enfrentou o que Paulo Freire designou "medo da liberdade" (Freire 1975:46), que a consciência da necessidade da mudança pode criar, e a aceitar e desempenhar o seu papel de sujeito no processo histórico: “porque de repente parece que tudo se compôs, arranjei a boca, o Vipp acreditou em mim e eu também acreditei em mim e ganhei amor ao que faço e ao que sou” (entrevista nº.7). As clientes nºs.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

4 e 7 referiram que as circunstâncias da vida obrigaram-nas a perceber que não conseguiam manter a sua vida à custa de subsídios.

Tal processo de “conscientização” está claramente associado a uma prática de “advocacy” e de “empowerment”. A suspensão da descrença e a sua validação por parte do cliente, através do reconhecimento das suas capacidades, nomeadamente através de acções que contrariem a teoria da aprendizagem do comportamento de impotência constituem, na perspectiva da investigadora, algumas das variáveis que podem explicar a inserção profissional.

A comunidade, aqui entendida pelo conjunto dos clientes, dos técnicos e do projecto na sua globalidade, bem como as sinergias, entre todos os parceiros, com o objectivo de em conjunto produzirem algum efeito de mudança consistente, funcionaram como meio potenciador do empowerment, e ambiente propiciador à participação dos seus membros, apresentando fortes redes de apoio e de solidariedade, que se reflectiram na colocação profissional e na manutenção dos postos de trabalho. Os diferentes parceiros, em colaboração com os clientes empenharam-se em identificar soluções, recorrendo para o efeito aos recursos da freguesia e do concelho (ex.: conseguir creches, conseguir consultas de estomatologia, programas de desintoxicação de álcool, óculos, dinheiro para as primeiras deslocações para o emprego, etc)

A abordagem desenvolvida por Olivier Galland, em que a inserção profissional é um dos acontecimentos da entrada na vida adulta que coexiste com a saída do sistema educativo, com a partida da família de origem, com o estabelecimento de relações matrimoniais e com a constituição de uma nova família (Galland, in Alves, 2003, p.167), não tem qualquer aplicação junto do grupo em análise.

A actual situação de estabilidade, permite agora aos clientes – “clientes sobreviventes” - pensar sobre o seu processo de inserção profissional, que está incluído no seu projecto de vida e que passa por estudar para obter promoções, trabalhar no mesmo local, porque se sentem realizados, constituir um negócio ou mesmo mudar para uma área que seja mais do seu agrado e vocação.

Recorrendo à terminologia de Claude Trottier, o grupo em análise é constituído por indivíduos, a quem não foi possível o estabelecimento de uma “estratégia deliberada” de inserção profissional, e que por isso são portadores de “estratégias emergentes”, ou seja, são indivíduos cujas decisões em matéria de inserção profissional foram tomadas em separado, não obedecendo a qualquer identificação de objectivos de longo prazo, mas sim exclusivamente em função dos constrangimentos, oportunidades e recursos disponíveis no momento.

Na perspectiva do autor, no limite, o processo de inserção profissional decorre durante todo o percurso profissional do indivíduo, sobressaindo a ideia de que o projecto profissional e de vida dos indivíduos se vai construindo progressivamente durante o período de inserção e ao longo da vida profissional.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Privilegiando as dimensões estrutural e individual, Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, segundo Teixeira (2008: 56), percebem a inserção profissional como um processo ao longo do qual os indivíduos operacionalizam estratégias que lhes permitem delimitarem a sua identidade social e profissional, sendo pensada sob a forma de um continuum que vai do pólo da “desafiliação social” ao da “integração profissional”, abrangendo uma multiplicidade de situações que só têm coerência em função do itinerário de cada indivíduo. Os autores privilegiam a análise das estratégias dos indivíduos que, enquanto protagonistas dos processos de inserção profissional, constroem os seus percursos escolares e profissionais no quadro de determinantes estruturais, características de um dado tempo e de um dado espaço.

Os clientes sentiram o impacto da inserção profissional nas diferentes dimensões da sua vida, permitindo-lhes agora a constituição de um projecto de vida, que lhes permite “ter uma vida normal”: equilíbrio e bem estar na vida familiar; desenvolvimento pessoal e profissional, assinalados com o regresso à escola; independência; poder preparar a reforma, pensar em casar ou mesmo abrir um negócio por conta própria.

8.2. O olhar dos Interventores

As entrevistas realizadas aos técnicos permitiram recolher elementos fundamentais para a caracterização do funcionamento, tanto a nível administrativo como dos processos/metodologias praticados no processo de intervenção e, sobretudo, da forma como estes técnicos, enquanto interventores do processo o percebem.

Assim, as ideias força que sobressaem da forma como os interventores percebem o trabalho de inserção são:

1. O acolhimento – acompanhamento - avaliação e a inserção enquanto momentos fundamentais no processo de inserção dos clientes. A inserção porque constitui o principal objectivo de GADE, sendo simultaneamente o principal objectivo que move clientes e interventores. O acolhimento porque dele depende a forma como toda a interacção cliente-interventor se desenvolve, sendo fundamental o estabelecimento de uma relação aberta e de confiança entre os dois elementos desde o início do contacto. O restante procedimento – acompanhamento e avaliação - é praticado de forma contínua e sistemática envolvendo a reflexão conjunta entre técnico/os e o cliente - processo sob a forma de espiral reflexiva, assente no modelo de Paulo Freire: observação-acção-escuta-avaliação.

2. A importância dos perfis dos técnicos e uma atitude de advocacy, as características identificadas no ponto dos Recursos Humanos e Perfis para a Intervenção, parecem determinantes para os resultados obtidos. Ainda que nesta investigação, não se tenha recolhido elementos nesse sentido, muito provavelmente, os resultados não teriam sido os mesmos se os técnicos apresentassem um perfil diferente. Trata-se de um perfil adequado à prática de uma atitude de advocacy. Os clientes identificaram-se e sentiram-se seguros com os técnicos, a ponto de lhes

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

confiarem a sua representação em determinados momentos do percurso de inserção e os técnicos souberam identificar o momento de transferirem para os próprios essa responsabilidade.

3. Existência de duas lógicas diferenciadas, mas interactivas: a ocupacional e a de inserção, assentes no desenvolvimento de aspectos que contribuem para a inserção do cliente, em processos que contribuem para mudanças efectivas e para a valorização da imagem pessoal e da auto-estima, **numa perspectiva de empowerment**;

4. Existência de um trabalho que respeita a individualidade do cliente, na medida em que, caso este se demonstre desconfortável, em situações de grupo, se opta, por actividades de cariz mais individual, como por exemplo ateliers de informática, mas sempre numa lógica de promover a **passagem/movimento da esfera individual para a colectiva**, uma vez que o grupo funciona como estratégia de consciencialização, representando esta factor de transformação e de responsabilidade.

5. Planos de acção / inserção, assentes numa lógica **de competências em detrimento de uma lógica de conteúdos**.

6. A parceria, entendida como um processo de acção conjunta entre diferentes entidades (serviços públicos, autarquia, sindicatos, associações, grupos formais e informais, empresas), que actuam no mesmo território e que estão sensibilizados e envolvidos na prossecução dos objectivos da inserção das populações vulneráveis, graças ao trabalho de **participação, acompanhamento e avaliação que é realizado por todos os parceiros de forma mais ou menos directa**.

8.3. Discussão dos resultados

No que respeita ao sistema cliente, é possível concluir que as pessoas que conseguiram manter o emprego, integram maioritariamente, os grupos etários dos 25-34 anos, seguido do grupo dos 35-44 anos, que correspondem aos grupos mais representados no universo

Ainda que sem expressão quantitativa, as pessoas que, proporcionalmente, se mantiveram nos postos de trabalho em maior número, foram as detentoras do ensino secundário, todas as outras apresentaram uma redução superior a 50%.

São as pessoas casadas que conseguiram manter mais empregos, verificando-se que, enquanto 50% dos homens solteiros perderam o emprego, nas mulheres, essa percentagem sobe para 80%, sendo possível concluir que neste grupo são as mulheres que têm mais dificuldade em manter os seus empregos, provavelmente por terem a seu cargo filhos menores. Da análise dos dados sobressai uma percentagem superior de mulheres solteiras face aos homens com filhos a cargo e, são as famílias monoparentais as que apresentam mais dificuldades em manter os empregos.

Verifica-se que as pessoas que chegaram ao GADE na situação de desempregadas há mais de 12 meses, apresentavam motivações essencialmente ligadas ao emprego e ao acompanhamento e, proporcionalmente, foram as que melhor conseguiram manter o emprego, com destaque para as

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

peças casadas. De referir, igualmente, que são as peças casadas, que, maioritariamente residem em alojamento social.

Acerca do percurso seguido pelos clientes, apenas 30% aceitou integrar os ateliers do projecto, enquanto procuravam emprego, sendo os mais frequentados os de informática, as oficinas de leitura e escrita e os de micro-crédito. Os restantes 70% da população não integraram ateliers, manifestando o interesse e a necessidade de encontrarem trabalho o mais rapidamente possível, sendo questionável a importância dos ateliers para o processo de inserção profissional.

A frequência de formação profissional por parte dos clientes não tem expressão. Para a maioria dos clientes, o percurso profissional foi constituído por um acumulado de actividades, sem relação entre si, com uma duração variável entre 6 meses e 3 anos e apenas 2 peças tiveram oportunidade de escolher o emprego.

É, ainda, possível constatar que o mais difícil para estes clientes foi manter o emprego na fase inicial, pois verifica-se que a percentagem de saídas do trabalho se reduz à medida que o tempo de emprego aumenta, situação que poderá estar relacionada com o facto dos clientes, progressivamente, conseguirem estabilizar as suas relações sociais e familiares, facilitadoras do processo de inserção.

Face ao exposto, e sendo a inserção profissional percebida como um processo multidimensional que envolve um conjunto de actores e factores diversificados, não sendo simplesmente o resultado de opções individuais que têm por base uma racionalidade económica, parece poder concluir-se que as variáveis que permitiram a alguns dos clientes consumir e manter a sua inserção profissional, estão inseridas num contexto complexo de ligações, de natureza intrínseca e extrínseca ao próprio cliente, estabelecendo correlações entre si.

Na primeira categoria de variáveis, e de acordo com a análise das entrevistas, encontramos a necessidade de mudar, seja porque se trata de uma vontade própria, seja porque se trata de uma imposição externa; seja porque a resolução de aspectos da vida pessoal e familiar só nesse momento permitiram agarrar o emprego; seja porque tiveram a oportunidade de demonstrar as suas competências; seja porque a oportunidade de trabalhar foi facilitada e proporcionada por elementos externos. Recorrendo novamente a Paulo Freire, o que permitiu esta mudança foi a concretização do processo de “conscientização” efectuado pelos clientes. O cliente enfrentou o que Paulo Freire designou “medo da liberdade” (Freire 1975:46), que a consciência da necessidade da mudança pode criar, e a aceitar e desempenhar o seu papel de sujeito no processo histórico”: É possível encontrar exemplo claro do processo de conscientização, no caso da história de vida da cliente, classificada como nº. 1: oriunda de famílias rurais pobres, com baixas habilitações escolares, presa por tráfico de droga, casada, com dois filhos toxicod dependentes, passou pela doença dos filhos e do marido e posteriormente pela morte dos dois filhos. Com 52 anos conheceu uma experiência profissional, como cozinheira, que em Setembro de 2011 ainda se mantém:

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Queria começar uma nova vida

Eu nunca pensei que pudesse fazer coisas bem feitas e apreciadas por todas as pessoas, olhe que os meus cozinhados são muito apreciados, até mesmo por pessoas importantes.

Agora acho que tenho uma vida normal (...)recebo mais do que recebia com o rendimento mínimo e faço descontos para a segurança social, para a velhice (...)

É preciso ter sorte e não cair em desgraça e eu tive sorte quando fui ao VIPP pedir ajuda (...)

Eu não estudei aprendi com a experiência e tenho vocação Infelizmente já não tenho os meus filhos comigo para poder partilhar com eles esta minha mudança, mas acredito que onde quer que eles estejam estão orgulhosos da mãe. Afinal é nesta vida que aprendemos com os nossos erros, é ou não é?

(...) pela primeira vez tive um contrato, e agora já estou efectiva. Já não corro o risco de ir para dentro novamente porque já ganho o meu dinheiro de forma limpa “

Ou o caso da história de vida, expressa na entrevista nº. 7, que com 28 anos de idade, solteira, mãe de dois filhos, para quem um bom emprego “é aquele que não tenho que prejudicar ninguém para conseguir ganhar dinheiro”, uma vez que também esteve envolvida com tráfico de droga e que agora diz:

Frequentei o atelier de Gestão e Orçamento Familiar, e embora estivesse a receber o rendimento mínimo a Dra. Paula fez-me ver que isso não era o suficiente pra mim e que eu tinha que procurar a minha estabilidade enquanto ainda era nova, e foi com esse conselho que eu segui porque vi que ela tinha razão. E então cumpri com o que tinha prometido. Ainda fui procurar creche para o meu filho mais novo e tratar dos dentes (...) parece que tudo se compôs, arranjei a boca, o Vipp acreditou em mim e eu também acreditei em mim e ganhei amor ao que faço e ao que sou.

Claro, não é fácil eu sei que no meu trabalho nunca vou conseguir ganhar num ano o que antes ganhava numa semana, mas isso não é um bom emprego, é algo bastante arriscado e os meus filhos não merecem eles precisam de mim. Então se eu consegui qualquer pessoa também consegue basta querer e ter uma oportunidade. A Dr^a. Paula teve muita paciência e acreditou em mim. Só consegui porque eu percebi que estava errada, com ajuda e depois acreditaram em mim e deram-me a oportunidade.

Ou o caso da cliente nº. 4 que refere que as circunstâncias da vida obrigaram-na a perceber que não conseguia manter a sua vida à custa de subsídios.

Este processo de “conscientização”, envolvendo claramente a vontade do cliente, associado às referidas variáveis externas como sejam a prática de uma metodologia de empowerment” e prática de “advocacy”, pelos técnicos do VIPP, a envolvência de toda a comunidade (conjunto dos clientes, dos técnicos e do projecto na sua globalidade), bem como a participação dos parceiros, permitiram a criação de um ambiente propiciador ao desenvolvimento do empowerment dos clientes, criando capacidade de mudança e de transformação, passando o objectivo desta rede de parceiros pela produção conjunto de mudanças consistentes, assentes em redes de apoio e de solidariedade, que se reflectiram na colocação profissional e na manutenção dos postos de trabalho

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

A concretização da inserção profissional e a manutenção dos postos de trabalho, reflectiu-se de forma muito positiva nas dimensões individual e familiar destes clientes. Permitiu-lhes ter “uma vida normal” e “ser gente”: “tenho a minha independência, a minha liberdade e isso faz com que me respeitem mais” (entrevista nº. 11), verificando-se o desenvolvimento da auto-estima, devolvendo-lhes a capacidade de planear a sua vida futura, seja lutando por uma promoção no actual emprego através de empenhamento profissional, seja voltando à escola, seja planeando a reforma, ou procurar outro emprego melhor, ou mesmo constituir um negócio por conta própria, procedendo assim ao efectivo reconhecimento e validação das suas competências pessoais e profissionais. De realçar que, apesar do trabalho, a actual situação conferiu paz e sentido às vidas de alguns destes clientes:

Nos meus dias de folga continuo a frequentar os ateliers de informática e antes era o de inglês. Tenho conseguido pagar as minhas dívidas porque já tinha ordem de despejo mas hoje já não devo nada à câmara” (entrevista nº. 9);

A grande alteração foi mesmo poder fazer a vida normalmente, a ter dinheiro para o essencial, e veja lá que comecei a namorar com um homem que era cliente da pastelaria. Foi engraçado, a vida prega-nos partidas (entrevista nº. 8).

Na dimensão familiar, verifica-se que a responsabilidade de gerir a casa e os filhos está sobretudo entregue às mulheres, mas também parece possível concluir, pelas entrevistas, que não é uma situação do seu desagrado. A inserção profissional e a respectiva manutenção do emprego, permitiu-lhes algumas vantagens na sua vida familiar e sobretudo alcançar estabilidade:

Ganho melhor e então o meu marido já está novamente em Portugal comigo. Como eu não tinha emprego o meu marido foi para fora agora já veio. É mais fácil com os miúdos e assim continuo a fazer bolos para fora (entrevista nº. 5);

Estou a conseguir pagar o crédito que fiz para arranjar a boca da minha filha. Deixei de ter prestações atrasadas. As mudanças são mais relacionadas com os meus filhos e os meus netos, porque também andam um bocado desorientados, mas já estão ir às sessões com a Dra. Paula e a fazer os ateliers (entrevista nº. 4);

Não tenho tempo para nada. Muita coisa a fazer e a gerir. Somos uma família que tem um negócio e isso é bom, dá-nos oportunidade de viver a vida (entrevista nº. 10).

A partir dos resultados apresentados parece possível concluir que a intervenção efectuada a partir das estruturas que compõem o projecto VIPP, funcionam como espaços onde o acolhimento está orientado para a inserção dos clientes. Esta forma de acolhimento permite o desenvolvimento de um acompanhamento genuinamente pessoal e diferenciado, numa lógica de empowerment, envolvendo atitudes de advocacy e de suspensão da descrença, que habitualmente existe acerca da vontade do cliente em efectivar a sua inserção e a respectiva validação dessa suspensão pelo próprio cliente.

São espaços onde as experiências de natureza ocupacional não são valorizadas e igualmente pouco valorizadas, são as aprendizagens assentes numa lógica de formação.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

De facto, as competências a adquirir para a vida ganham um papel preponderante em relação aos conteúdos programáticos.

Desenvolvem-se actividades em ateliers temáticos, que têm como objectivo primordial conduzir a pessoa a um encontro consigo mesmo, proporcionando um conjunto de experiências potenciadoras de uma efectiva e real inserção.

Os dados obtidos apontam, também, para uma dinâmica muito específica no que concerne ao planeamento e funcionamento de todas as estruturas do projecto. Estes são pensados e estruturados a partir de um movimento entre o que é individual e o que é colectivo, reforçando neste tipo de acolhimento e de formação uma forte presença do grupo e do que todos conseguem realizar cooperativamente.

Dos dados observados conclui-se, ainda, que a função do grupo é sobretudo a de conduzir a pessoa a uma percepção e entendimento das suas fragilidades. É a de deixar a pessoa consciente dos seus padrões de valores que foram desenvolvendo ao longo do tempo. O grupo ajuda o indivíduo a perceber melhor o que está a fazer, e é esta consciência que desencadeia o processo de transformação na imagem pessoal de cada um.

As entrevistas mostram que o trabalho realizado é o de levar a pessoa a responder diante de si e dos outros, por aquilo que diz e por aquilo que faz. Esta acção centrada na atenção, significa agir conscientemente e com responsabilidade. Conclui-se que as mudanças e transformações ao nível das atitudes ficam facilitadas e potenciadas.

Parece assim, que o projecto VIPP, conseguiu uma inserção estável para clientes, designados de “vulneráveis” – sem qualificação profissional, com baixas qualificações escolares, desempregados de longa duração, com ocupação esporádica, com problemas familiares, entre outros. Ao analisar-se os procedimentos base da estrutura GADE, verifica-se que a prática corrobora o que autores como Carmo (2007: 196) referem. Ou seja, no contexto dos clientes em análise, o recurso ao projecto individual, enquanto mobilizador da intervenção não faz sentido numa fase inicial, porque é necessária uma estratégia que careça de resultados imediatos e não num futuro a médio-longo prazo. Os perigos de elaborar estudos/ diagnósticos demasiado prolongados, sem intervenção efectiva, produz no sistema-interventor o “síndrome de paralisia por análise” e no sistema-cliente o “efeito de vacina”, que aumentam a referida descrença que existe acerca da vontade do cliente em efectivar a sua inserção profissional.

Na dinâmica das estruturas do projecto são utilizados mecanismos de regulação interna ou de monitorização sistemática, que lhes permitem corrigir o modo como funcionam em função dos resultados que obtêm.

Estes processos de reflexão e de reformulação dos procedimentos de implementação trabalhando para metas mais ambiciosas, prende-se a esta gestão cuidada do conhecimento que recorre a

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

técnicas de trabalho como a meta – avaliação ou o “benchmarking” muito apoiada no tipo de metodologia investigativa, que parece ser praticada no projecto

Nas práticas do projecto em geral e no GADE em particular, parecem reunir-se dados ou evidências para diagnosticar e revelar situações, com o objectivo de apresentar recomendações tendentes à mudança, procurando-se resultados, que possam ser utilizados pelas pessoas para tomarem decisões práticas relativas a determinados aspectos da vida.

Parece ser possível concluir que a metodologia praticada é uma metodologia de investigação virada para a acção, que tenta promover mudanças relativas ao problema que é objecto da investigação. Quando se recolhem dados a bem de uma determinada causa, ou problema social, os investigadores fazem-no com o objectivo de modificar práticas existentes.

Tal é possível, porque existe uma recolha sistemática de informação que, na maioria das vezes, auxilia na identificação de pessoas e instituições que contribuem para tornar possível a resolução de situações problemáticas. Faculta, igualmente, o desvelamento de pontos susceptíveis de negociação, quando chegar o momento de tomar decisões.

A metodologia praticada, permite, ainda, que as pessoas se conheçam melhor, aumentando a consciência que têm dos problemas, bem como o empenho na sua resolução.

Deste modo, esta metodologia serve como estratégia organizativa agregando as pessoas de uma forma activa face a questões particulares, que se vivem no terreno. Daí a sua justificação, na implementação de um projecto desta natureza, é que a própria investigação constitui uma forma de acção.

Em conjunto com outras pessoas e/ou organizações preocupadas com a mudança, os projectos que optam por esta metodologia poderão, de uma forma mais eficaz, ajudar as pessoas a viverem uma vida melhor.

Parecem existir práticas isomórficas, constituintes de processos que se interligam ao recorrerem ao diagnóstico de situações problemáticas, às actividades de reflexão e de avaliação, à tomada de decisões e ao terem como objectivo último a autonomização progressiva dos clientes, na condução e melhoramento nas suas propostas de emprego e de inserção social.

Parece assim, que o projecto VIPP e as metodologias do GADE, conseguiram uma inserção estável para clientes, designados de “vulneráveis”, com biografias tipo “manta de retalhos”, com compromissos pessoais e familiares. Fundamental neste processo, é proporcionar aos clientes uma inserção profissional, aceite pelos próprios, para que depois, seja então possível chegar ao designado projecto individual ou projecto de vida.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barronhos

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou um estudo de caso – Projecto VIPP do Alto dos Barronhos em Oeiras, financiado pelo Programa CLDS e centrou-se na questão “Quais são as variáveis que facilitaram o processo de inserção profissional dos clientes do GADE? Ou seja perceber quais as variáveis que permitiram a 18 pessoas concretizar e manter a sua inserção profissional, tendo em atenção, que no período em análise, foi possível inserir um total de 46 clientes.

Para o efeito, a investigadora sentiu necessidade de efectuar uma reflexão de âmbito mais alargado, evocando alguns conceitos relacionados com a temática e pertinentes para a compreensão da questão, retratando, simultaneamente, a sua dimensão holística, cujo desenvolvimento está sintetizada na introdução.

Na primeira parte do estudo, desenvolveu-se o enquadramento teórico, considerado fundamental para compreender e interpretar os resultados obtidos com o trabalho de pesquisa.

O conceito de desenvolvimento local foi apresentado como moldura teórica do trabalho e enquanto instrumento no combate à pobreza e à exclusão social. Os conceitos de empowerment e parceria, foram aplicados, simultaneamente, como instrumentos do DL e como conceitos chave da investigação. Os conceitos de pobreza e de exclusão social e a respectiva discussão e paralelismo com as terminologias de Castel e de Paugam contribuíram para a caracterização e enquadramento do sistema cliente e, finalmente, o conceito de inserção profissional, cuja discussão teórica é recente, sobretudo quando aplicada aos novos contextos sócio-económicos, contribuiu para o enquadramento da problemática da inserção profissional de públicos em situação de pobreza e de exclusão social.

A apresentação do Programa CLDS, e a sua discussão enquanto instrumento de política social, facilitou a articulação entre o enquadramento teórico e o estudo empírico, consubstancializando-se no recurso que permitiu o desenvolvimento da intervenção social analisada.

Na segunda parte do trabalho, e recorrendo a metodologias de base quantitativa e qualitativa, foi possível proceder a análises sucessivas que permitiram a concretização dos objectivos específicos enunciados.

Considerando que os objectivos específicos 1., 2., e 3. se encontram devidamente alcançados no capítulo VII., e apenas em guisa de conclusão, é possível concluir que foram as pessoas casadas que melhor conseguiram manter os seus empregos. Relativamente às pessoas solteiras, refira-se que, enquanto 50% dos homens solteiros perderam o emprego, nas mulheres, essa percentagem sobe para 80%, sendo possível concluir que neste grupo são as mulheres que têm mais dificuldade em manter os seus empregos, provavelmente por terem a seu cargo filhos menores. Da análise dos dados sobressai uma percentagem superior de mulheres solteiras face aos homens com filhos a cargo e, são as famílias monoparentais as que apresentam mais dificuldades em manter os empregos.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

As pessoas que conseguiram manter o emprego, integram maioritariamente, os grupos etários dos 25-34 anos, seguido do grupo dos 35-44 anos. Sem expressão quantitativa, parece que são as pessoas detentoras do ensino secundário, que, proporcionalmente, melhor se mantiveram nos postos de trabalho, pois todas as outras categorias apresentaram uma redução superior a 50%.

Verifica-se que as pessoas que chegaram ao GADE na situação de desempregadas há mais de 12 meses, apresentavam motivações essencialmente ligadas ao emprego e ao acompanhamento e, proporcionalmente, foram as que melhor conseguiram manter o emprego

Acerca do percurso seguido pelos clientes, apenas 30% aceitou integrar os ateliers do projecto, enquanto procuravam emprego, sendo questionável a importância dos ateliers para o processo de inserção profissional.

O percurso profissional destes clientes foi constituído por um acumulado de actividades, sem relação entre si, com uma duração relativamente curta e apenas 2 pessoas tiveram oportunidade de escolher o emprego. A frequência de formação profissional não tem expressão.

É, ainda, possível constatar que o mais difícil para estes clientes foi manter o emprego na fase inicial, pois verifica-se que a percentagem de saídas do trabalho se reduz à medida que o tempo de emprego aumenta.

No que se refere ao sistema interventor, constituído pelos pilares - estruturas do projecto VIPP – GADE, CPAI e Parcerias e respectivos recursos humanos, é possível concluir que no geral os seus objectivos passam por promover a (re)aproximação dos clientes aos saberes de base, com vista à aquisição de autonomia, nos diferentes aspectos de vida quotidiana; reforçar a capacidade dos clientes em procurarem a informação que lhes é necessária; desenvolver a capacidade de adaptação à mudança e redescobrir o prazer de aprenderem, assentes numa metodologia de investigação-acção. A forma como é realizado o acolhimento permite o desenvolvimento de um acompanhamento genuinamente pessoal e diferenciado, numa lógica de empowerment, envolvendo atitudes de advocacy e de suspensão da descrença, que habitualmente existe acerca da vontade do cliente em efectivar a sua inserção e a respectiva validação dessa suspensão pelo próprio cliente.

É praticada uma lógica de promoção da passagem da esfera individual para a colectiva, uma vez que o grupo funciona como estratégia de consciencialização, representando esta factor de transformação e de responsabilidade e numa lógica de competências em detrimento de uma lógica de conteúdos.

Finalmente e no que respeita às metodologias do sistema interventor no caso concreto da inserção profissional, é privilegiada uma lógica de proposta ao cliente, em detrimento de uma lógica de diagnóstico de empregabilidade e de projecto pessoal. Enquanto que na primeira o cliente tem a oportunidade de recusar a proposta e, ao aceitá-la, fica automaticamente implicado na decisão, na segunda o cliente está sujeito a um diagnóstico realizado de modo “subjectivo” e à construção de um

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

projecto de vida/pessoal, cuja concretização não é exequível com a premência das necessidades da sua vida.

Nas práticas do projecto em geral e no GADE em particular, parecem reunir-se dados ou provas para diagnosticar e revelar situações, com o objectivo de apresentar recomendações tendentes à mudança, procurando-se resultados, que possam ser utilizados pelas pessoas para tomarem decisões práticas relativas a determinados aspectos da vida.

Parece ser possível concluir que a metodologia praticada é uma metodologia de investigação virada para a acção, que tenta promover mudanças relativas ao problema que é objecto da investigação.

A metodologia praticada, permite, ainda, que as pessoas se conheçam melhor, aumentando a consciência que têm dos problemas, bem como o empenho na sua resolução.

Deste modo, esta metodologia serve como estratégia organizativa agregando as pessoas de uma forma activa face a questões particulares, que se vivem no terreno. Em conjunto com outras pessoas e/ou organizações preocupadas com a mudança, os projectos que optam por esta metodologia poderão, de uma forma mais eficaz, ajudar as pessoas a viverem uma vida melhor.

Parecem existir práticas isomórficas, constituintes de processos que se interligam ao recorrerem ao diagnóstico de situações problemáticas, às actividades de reflexão e de avaliação, à tomada de decisões e ao terem como objectivo último a autonomização progressiva dos clientes, na condução e melhoramento nas suas propostas de emprego e de inserção social.

No que respeita às variáveis que permitiram a alguns dos clientes consumir e manter a sua inserção profissional são de natureza intrínseca e extrínseca ao próprio cliente, estabelecendo um complexo contexto de correlações entre si.

Sobre a primeira categoria de variáveis, parece possível concluir que o cliente enfrentou o que Paulo Freire designou por "medo da liberdade" (Freire 1975:46), que a consciência da necessidade da mudança pode criar, e aceitar desempenhar o seu papel de sujeito activo no processo histórico, concretizando o processo de "conscientização"

Por seu lado, este processo intrínseco ao cliente, só foi possível graças a outro, este de natureza extrínseca e, que ocorreu em simultâneo com o primeiro. Assim, a "conscientização", envolvendo claramente a vontade do cliente, associado às referidas variáveis externas como sejam a prática de uma metodologia de empowerment" e prática de "advocacy", pelos técnicos do VIPP, a envolvência de toda a comunidade (conjunto dos clientes, dos técnicos e do projecto na sua globalidade), bem como a participação dos parceiros, permitiram a criação de um ambiente propiciador ao desenvolvimento do empowerment dos clientes, criando capacidade de mudança e de transformação, passando o objectivo desta rede de parceiros pela produção conjunta de mudanças consistentes,

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

assentes em redes de apoio e de solidariedade, que se reflectiram na colocação profissional e na manutenção dos postos de trabalho

A concretização da inserção profissional e a manutenção dos postos de trabalho, reflectiu-se de forma positiva nas dimensões individual e familiar destes clientes. A nível individual, restituiu-lhes auto-estima, capacidade para definir objectos, capacidade de planeamento e de organização das suas vidas.

Na dimensão familiar, verifica-se que a responsabilidade de gerir a casa e os filhos está sobretudo entregue às mulheres, mas também parece possível concluir, pelas entrevistas, que não é uma situação do seu desagrado. A conciliação da vida pessoal e familiar, com a vida profissional, é desenvolvida entre a escola dos filhos e relações sociais que se estabelecem entre familiares e/ou vizinhos para assegurar que tudo se articula. A inserção profissional e a respectiva manutenção do emprego, proporcionou-lhes vantagens na sua vida familiar e permitiu criar o equilíbrio e a estabilidade das diversas dimensões da vida quotidiana.

Finalmente, importa sistematizar as implicações dos resultados da investigação para os processos de intervenção social a nível micro e macro

Face ao apresentado sobre a metodologia praticada no projecto, que parece identificar-se com a investigação-acção, e relacionando-a com o que foi referido no capítulo destinado ao DL, sobressai a hipótese, para trabalhos futuros, uma vez que esta questão não integrava o âmbito da presente dissertação, que a investigação-acção poderá alavancar processos de transformação e de mudança, que numa primeira fase ocorrerão a nível individual, para depois se estender ao colectivo, procurando alcançar a melhoria das condições de vida de algumas pessoas, pois como refere Amaro (2004: 57) o DL “exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”

Parece poder-se concluir que a metodologia desenvolvida no contexto do projecto VIPP, que assenta no desenvolvimento de processos de conscientização por parte dos clientes; com a ajuda de técnicos que promovem o empowerment; recorrendo ao que parece constituir a investigação-acção, associada a uma prática de trabalhar com os clientes numa perspectiva do individual para o colectivo; associada a um intenso trabalho em parceria; recorrendo aos diversos actores presentes e aos recursos disponíveis no concelho, apresenta já resultados que apontam para a eficácia deste tipo de implementação como estratégia potenciadora de boas práticas no âmbito das políticas de emprego e formação.

Ainda que cada processo de DL seja único e irrepetível, parece possível concluir que os pilares do projecto VIPP – GADE, CPAI e Parcerias são estruturas passíveis de serem adaptadas aos diferentes contextos locais onde se pretende que venham a funcionar.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

De realçar, ainda, a pertinência da metodologia praticada pelos técnicos no processo de inserção profissional. Cliente e técnico partem para a análise das propostas de trabalho possíveis e para uma inserção de preferência imediata, para depois chegar ao projecto de vida. No contexto em que os clientes chegam ao GADE, a noção de projecto individual ou de vida, não faz sentido logo numa fase inicial, uma vez que as necessidades dos clientes carecem de resultados imediatos e não num futuro a médio-longo prazo, cabendo ao cliente a responsabilidade de escolher e aceitar a proposta em causa. A oportunidade de decidir desencadeia um processo de autonomização e de responsabilização, fundamental para públicos vulneráveis, em processo de desenvolvimento.

A este respeito, importa ainda referir que, decorrente de pesquisa efectuada sobre a inserção profissional de públicos vulneráveis, a mestrandia deparou-se com uma prática, designada “método IOD - Intervention sur l'Offre et la Demande”, onde parece possível enquadrar o trabalho desenvolvido pelo GADE. Refira-se alguns pressupostos da prática IOD³³:

1. centra-se nas propostas disponíveis e na liberdade do candidato escolher, pois é a liberdade que gera envolvimento e aumenta a implicação pessoal;
2. o recrutamento incide sobre as tarefas a desenvolver e não sobre o candidato e o seu curriculum;
3. o recrutamento é efectuado no próprio local de trabalho;
4. mais difícil do que encontrar um emprego, é mantê-lo, pelo que, e à semelhança de todos os trabalhadores, é essencial uma rede de relações e de recursos sociais que ajudem o candidato a manter o seu posto de trabalho.

Face ao exposto, parece pertinente em projectos futuros, o desenvolvimento de experiências com recurso a este método, cujos resultados poderão contribuir para o desenvolvimento da problemática da inserção profissional de públicos vulneráveis, sobretudo num contexto de proximidade

É ainda de salientar a importância dos contributos do presente estudo para a actividade da Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento, enquanto entidade que trabalha na inserção social e profissional de públicos vulneráveis e para os parceiros, nomeadamente Câmara Municipal de Oeiras, que, com as devidas adaptações, poderão experimentar as soluções encontradas nos diversos bairros de realojamento existentes no concelho e assim proceder à respectiva validação.

Para concluir, considera-se que os objectivos delineados para o estudo foram alcançados e que o mesmo permitiu identificar caminhos, que poderão ser explorados em outros projectos, cujo âmbito de aplicação poderá ser individual, organizacional ou mesmo de âmbito mais alargado, respeitando à definição de políticas sociais, especificamente direccionadas a realidades semelhantes à do Bairro Alto dos Barrinhos.

³³ Folheto do seminário realizado acerca desta prática disponível em <http://www.ams.pt/view?id=122>

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Para terminar, e dando cumprimento ao solicitado por alguns dos clientes entrevistados, transcreve-se as recomendações que foram deixadas:

Agradeço pelos técnicos do VIPP me terem orientado, e fazer perceber os verdadeiros valores da vida, valores esses que desconhecia. E por eles não me discriminarem por viver num Bairro Social, por ter uma boca horrível, pelo meu companheiro ter estado preso, sempre lutaram pra que eu me desse o valor como pessoa. Por isso a minha sugestão era que em todos os bairros sociais houvesse uma equipa como a que há neste pra apoiar as pessoas. (entrevista nº. 7);

O governo deveria ter mais atenção a quem atribui os subsídios pois quem precisa mesmo não tem direito a nada. A lei devia ser revista. Se não têm pessoal suficiente que empreguem mais para fazer uma supervisão, pois é uma vergonha, ver quem recebe rendimento mínimo todos os dias a tomar pequeno almoço fora e não só, e quem trabalha diariamente e faz os seus descontos, as vezes o dinheiro nem lhe chega para tomar um café se quer levar uma vida arrumada.(entrevista nº. 8)

O problema muitas vezes para se conseguir trabalho não está só, porque a pessoa desempregada não queira trabalhar, mas porque não tem dinheiro para os transportes, como era o meu caso e se não fosse a ajuda que recebi certamente continuaria desempregado. Eu no fundo, até me posso considerar um sortudo, por ter conseguido esta oportunidade. Eu sei, que outras doutoras não queriam saber, se eu tinha dinheiro ou não para ir a entrevista, iriam pensar que era falta de interesse meu. Estas confiaram em mim e eu senti-me, e continuo a sentir-me, na obrigação de lhes continuar a provar, que fui merecedor de tal acto. O governo devia olhar e recompensar estas técnicas, que trabalham directamente com as pessoas, e que estão sempre disponíveis para nos ajudar e sempre com uma palavra de incentivo e de motivação, para que não desistamos de nada. Eu tinha um processo em tribunal por causa das minhas filhas e se não fosse a presença da Dra. Paula, naquele momento, eu teria cometido uma loucura e dado cabo da minha vida. Certamente, não estaria agora aqui a conversar consigo. Mas, realço, que quando, a Dra. Paula esteve comigo já passava do horário dela de sair e nunca a vi a olhar para o relógio, como do estilo, quando é que isto acaba!!! Esteve 100% comigo e hoje tudo está resolvido. O meu obrigado a estas doutoras. (entrevista nº. 9).

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Geral

- Almeida, Ana (1985), “Trabalho feminino e estratégias familiares”, *Análise Social*, vol, XXI (85), pp. 7-44.
- Alves, Mariana (2003), *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- Amaro, Roque (2004), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria”, *Caderno de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70.
- Amaro, Roque (1998), “O Desenvolvimento Local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro”, *A Rede para o desenvolvimento local - Edição Especial*, (Online). Disponível em: <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=96>.
- Amaro, Roque (s.a), “A Exclusão Social Hoje”, *Cadernos do ISTA*, 9, (Online), Disponível em http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html.
- André, Isabel e Alexandre Abreu (2006), “Dimensão e Espaços da Inovação Social”, *Finisterra*, XLI, 81, pp 121-141, (Online) Disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf.
- Antunes, Manuel (s.a.), “Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano: O Caso de Vilarinho da Furna”, em 1º Congresso de Estudos Rurais – Mundo Rural e Património, (Online), 16. Disponível em <http://www.sper.pt/ICER/DOWNLOAD/1017.PDF>.
- Ascher, François (2001), *Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme*, Paris, Editions de l'Aube.
- Bureau Internacional do Trabalho, Programa STEP, Roque Amaro (org), (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*, Genebra, (Online). Disponível em: www.ilo.org/public/english/protection/socsec/pol/.../files/lotapobreza.pdf.
- Bureau Internacional do Trabalho, Programa STEP, Jordi Estivill (org) (2003), *Panorama da luta contra a pobreza e a exclusão social – conceitos e estratégias*, Genebra, (Online). Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>.
- Caleiras, Jorge (2008), *A Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão Social*, Cadernos REAPN, 14, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Caleiras, Jorge et al (2007) (orgs.), *É o (des)emprego fonte de pobreza? : o impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do Distrito de Coimbra*, Cadernos REAPN, 11, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.
- Carmo, Hermano (2008), *Intervenção Social com Grupos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano e Manuela Ferreira (2008), *Metodologia da Investigação : guia para a auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano (2008), “O rasto do PETI”, em *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 10 anos de combate à exploração do trabalho infantil em Portugal*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Carmo, Hermano (2007), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Castel, Robert (1997), “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". *Caderno CRH*, 26/27: 19-40.
- Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Paris: Fayard.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2005), *In extremis : fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*, Cadernos REAPN, 9, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Costa, Alfredo et al. (orgs.), (2008), *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Diogo, Fernando (1998), “Lutar contra a pobreza”, *Informar*, 25, pp. 50-51.
- Diogo, Fernando (2006), “Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português”, *Fórum Sociológico*, 15/16, pp. 261-276.
- Diogo, Fernando (2010), “Pobreza e Exclusão Social: combater a pobreza: um compromisso para o futuro global”, comunicação apresentada à Conferência Internacional sobre Pobreza e Exclusão Social no Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP, Lisboa, 18 a 20 Novembro de 2010, Lisboa.
- Direcção Geral da Segurança Social (2005) *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal - Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*, (Online). Disponível em http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16395&m=PDF.
- Drucker, Peter (1986), *Inovação e Gestão*, Lisboa, Presença.
- Dubar, Claude (2001), “La construction social de l’insertion professionnelle”, *Éducation et Sociétés*, 7, pp. 23-36.
- Elias, Norbert (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Esgaio, Ana (2010), “Trabalho, Novas Competências e Integração Social”, em Óscar Barata (org.), *Política Social e Sociologia*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 425-439.
- Esgaio, Ana (2009), *A Economia Social e Solidária e os Serviços de Proximidade em Portugal. A constituição de redes locais de Responsabilidade Social: o caso de Oeiras*. Tese de Mestrado em Sociologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- Ferrão, João (2004), “A Cidade como Agitação Social – Pedido de ajuda de um geógrafo aos colegas das ciências sociais”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 8, pp. 111-117.
- Freire, Paulo (2004), *Pedagogia do Oprimido*, S. Paulo, Editora Paz e Terra.
- Friedmann, John (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Gabinete de Gestão Equal e parceria de desenvolvimento “animaTe” (2008), *Animação Territorial – Caminhos para a Inovação Social*, (Online). Disponível em http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/Animacao_Territorial.pdf.
- Gaulejac, V.; Taboada, I. 1994. *La lutte des places*, Paris, Hommes et Perspectives.
- Guerra, Isabel (2006), *Participação e acção colectiva, Interesses, conflitos e consensos*, Cascais, Principia.
- Guerra, Isabel (2002), “Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das novas políticas sociais”, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 63, pp. 45-74.
- Guerra, Isabel (2001), “Intervenções face à Exclusão social Urbana”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 2, pp. 47-56.
- Guerra, Isabel (2000), “O Planeamento Estratégico das Cidades”, *Cidades Comunidades e Territórios*, 1, pp. 37-55.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

- Henriques, José (2009), “Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal”, *Sociedade e Trabalho*, 37, (no prelo) (Online). Disponível em http://www.inloco.pt/site/parameters/inloco/files/File/document/Inovacao%20Social_Animacao_Territorial.pdf.
- Henriques, José (2003) “Avaliação em programas experimentais: perspectivas da avaliação realista”, *Caderno de Estudos Africanos*, 4, pp. 85-97.
- Henriques, José (1999), “Área Metropolitana de Lisboa: Território de Pobrezas e Exclusões”, *Sociedade e Trabalho*, 5, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Henriques, José (1990), *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher.
- Instituto da Segurança Social (2005), *Tipificação da Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Lisboa, ISS, (Online). Disponível em: http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=10324&m=PDF.
- Le Bosse Yann (2003), “De l’habilitation au pouvoir d’agir» vers une appréhension plus circonscrite de la notion d’empowerment”, *Nouvelle Pratique Social*, 16, (2) pp. 30-51.
- Leite, Emanuel (2002) – *O Fenómeno do Empreendedorismo*, Recife, Edições Bagaço.
- Louça, F. e Caldas, J. (2009) *Economias(s)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Martins, Sérgio (2002), “Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas”, *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, (Online), 10. Disponível em http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_serjio_martins.pdf.
- Menezes, João (2009), “Empreendedorismo Social em Lisboa”, *Cidade Solidária*, (Online), <http://www.scml.pt/media/revista/2010/23/04-05.pdf>.
- Mortágua, Camilo (1998), “Existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso país?”, *A REDE para o desenvolvimento local* (Online), Disponível em <http://www.inloco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=82>.
- Moura, Dulce et al (2005) (orgs.), “A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo”, em *Relatório Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*, (Online). Disponível em: http://home.fa.utl.pt/~fs/FCT_2009/URB%20REHABILITATION/PAPER%2004%20_%202006_RevitalizacaoUrbana.pdf.
- Mucha, Marta (2002) (Des)Construir a Descentralização: Descoincidência entre Descentralização de Competências e de Recursos, em *Matéria de Habitação, e seus Reflexos nos Modos de Vida da População*, Tese de Mestrado em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Nicole-Drancourt, Chantal (1992), “L’insertion des jeunes garçons et filles: une étude localisée” em Laurence Coutrot, Claude Dubar, *Cheminevements professionnels et mobilités sociales*, Paris, La Documentation Française.
- Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social – Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora.
- Pereira, Margarida (2009) “Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: para uma governabilidade inteligente dos territórios”, (Online). Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/52997747/DESAFIOS-CONTEMPORANEOS-DO-ORDENAMENTO-DO-TERRITORIO>.
- Pinto, Carla (1998), “Empowerment: Uma Prática de Serviço Social” em Óscar Barata, *Política Social 1998*, (org.), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

- Pires, Ana (1994), “As novas competências profissionais”, Revista Formar, 10, pp. 4-19.
- Pochmann, Marcio et al (2004), (orgs.) A exclusão no mundo: Atlas de exclusão social, volume 4, S. Paulo, Cortez Editora.
- Poirier, Jean. et al (1999). Histórias de Vida, Oeiras, Celta Editora.
- Portela, José et al (2008) (orgs.), Microempreendedorismo em Portugal experiências e perspectivas, (Online). Disponível em: http://www.inscoop.pt/inscoop/comunicacao/docs/Microempreendedorismo%20em%20Portugal_ivro_completo.pdf.
- Quivy, Raymond. e Luc Van Campenhoudt (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva.
- Rodrigues, Fernanda e Stoer, Stephen (1998), Entre Parceria e Partenariado. Amigos Amigos, Negócios à Parte, Oeiras, Celta Editora.
- Rodrigues, Maria João (1992), O sistema de emprego em Portugal: crise e mutações, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Rodrigues, Vítor Eduardo, (2000)., “O Estado-providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português”, Sociologia, 10, (Online), 28. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1477.pdf>.
- Santos, Miguel (2010), “Inserção no Mercado de trabalho e Formação Profissional. Guia Teórico para Decisores”, (Online). Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_5_2010.pdf.
- Seixas, João (2006) “A Cidade na encruzilhada”, Cidades, Comunidades e Territórios, 11, pp. 105-122
- Soulet, Marc-Henry (2005), “La vulnérabilité comme catégorie de l’action publique”, Pensée plurielle, 2005/2, 10, pp. 49-59.
- Stilwell, Peter (2002) (org.), Caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja, Editora Rei dos Livros, 4ª. edição. Lisboa.
- Toffler, Alvin. (1980), A terceira vaga, Lisboa, Livros do Brasil.
- Toffler, Alvin. (1970), Choque do futuro, Lisboa, Livros do Brasil.
- Touraine, Alain. (1998), Iguais e Diferentes. Poderemos Viver juntos?. Lisboa, Instituto Piaget.
- Touraine, Alain. (1996), Carta aos Socialistas. Lisboa, Terramar.
- Trottier, Claude (2001), “La sociologie de l’éducation et l’insertion professionnelle des jeunes”, Éducation et Sociétés, 7, pp. 93-101.
- Vachon, Bernard (1993), Le développement local. Théorie et pratique, Boucherville, Gaëtan Morin Éditeur.
- Vernières, Michel (1997), (org.) L’insertion professionnelle: analyses et débats, Paris, Economica.
- Wuhl, Simon (1996), Insertion: les politiques en crise, Paris; Press Universitaires France.

Legislação

A Inserção Profissional de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social – o caso do Bairro Alto dos Barrinhos

Portaria Nº. 396/2007, DR 1ª. Série-Nº. 65 (2007-04-02), 2073-2078.

Outros documentos consultados

- APSD (2008), Diagnóstico Bairro dos Barrinhos, Dossier Técnico Pedagógico Projecto VIPP.
- Câmara Municipal de Oeiras (2003), Carta de Saúde, Oeiras, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- Commission of the European Communities (2008) Livro Verde da Coesão Territorial Europeia, Luxembourg, CEC, (Online) Disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf.
- Commission of the European Communities (2008) “Novas Competências para Novos Empregos - Antecipar e adequar as necessidades do mercado de trabalho e as competências”, comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, CEC, (Online). Disponível em: <http://eur-ex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52008DC0868:PT:NOT>.
- Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, 1995, (Online). Disponível em http://www.gobcan.es/cmayerot/servlet/ViewDocu?id_documento=2165&id_pagina=23.
- Gabinete do Desenvolvimento Municipal/Câmara Municipal de Oeiras (2009), Oeiras, Factos e Números, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, (Online), 130. Disponível em http://www.cm-oeiras.pt/voeiras/Concelho/CaraMapEst/OeirasFactoseNumeros/Documents/factos_numeros.pdf.
- Gabinete do Desenvolvimento Municipal/Câmara Municipal de Oeiras (2009), Oeiras é a minha casa, Plano Estratégico Habitar Oeiras. 2006-2015, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, (Online), 116. Disponível em http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasInova/Documents/PE_Habitar_Educar_V20Novembro2006_VFF.pdf.
- Junta de Freguesia de Carnaxide (2005), Diagnóstico social de freguesia, Carnaxide. (Online). Disponível em <http://www.jf-carnaxide.pt/>.
- Organização Internacional do Trabalho 2009, Guia sobre os novos Indicadores de Emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Organização Internacional do Trabalho, Sector de Emprego, (Online) Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/documents/publication/wcms_110515.pdf.
- Organização Internacional do Trabalho 2007, Trabalho digno – a chave do progresso social, Organização Internacional do Trabalho, (Online). Disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_02_pt.htm.
- Roteiro Municipal de 2005 da Câmara Municipal de Oeiras, 2005, CMO, (Online). Disponível em: <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasConversa/Publicacoes/PubNaoPer/OutrasPublicacoes/Paginas/Roteiro%20Municipal.aspx>.
- Segurança Social de Oeiras / Núcleo Local de Inserção (2010), Actas das reuniões.
- World Commission on Environment and Development, 1991, (Online). Disponível em: <http://www.uow.edu.au/~sharonb/esd/alternatives.html>.

Anexos